

Veículo: Correio 24 Horas	
Data: 12/06/2020	Caderno: Bahia



12 de junho de 2020 | 10:04

Nota Premiada Bahia repassa R\$ 3 milhões a 523 entidades filantrópicas

Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020



A campanha Nota Premiada Bahia acaba de encaminhar as ordens de pagamento para 523 entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, totalizando R\$ 3 milhões que vão reforçar o orçamento dessas instituições em meio à pandemia do novo coronavírus. A campanha é mantida pelo Governo do Estado, por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**. Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

"Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais", afirmou o **secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitória**.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

A importância dos recursos neste momento é enfatizada pelas entidades participantes. "O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado.

Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressaltou Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do Hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. "Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado", salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes - Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. "Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada", enfatizou a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales.

Ainda de acordo com a coordenadora, a Fazenda Esperança consegue manter diversos compromissos com o valor que é repassado. "Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água, e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas. Por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio".

O apoio às entidades filantrópicas foi mantido mesmo com a suspensão dos sorteios da Loteria Federal em virtude do novo coronavírus, que levou à interrupção das premiações individuais aos participantes da Nota Premiada Bahia. Os sorteios da campanha tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês.

Como apoiar:

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 13 e 14/06/2020	Página: 02

Tribuna

Filantrópicas

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), acaba de encaminhar as ordens de pagamento para entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, totalizando R\$ 3 milhões que vão reforçar o orçamento dessas instituições em meio à pandemia do novo coronavírus. Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

FOLHA DO ESTADO

DA BAHIA

Estado repassa R\$ 3 milhões a filantrópicas via Nota Premiada Bahia

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), acaba de encaminhar as ordens de pagamento para 523 entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, totalizando R\$ 3 milhões que vão reforçar o orçamento dessas instituições em

meio à pandemia do novo coronavírus. Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde. "Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos

chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais", afirmou o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitorino.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual - três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

CPF na nota

A importância dos recursos neste momento é enfatizada pe-

las entidades participantes. "O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota", ressaltou Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do Hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. "Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a

todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado", salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes - Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. "Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada", enfatizou a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales.

Ainda de acordo com a coordenadora, a Fazenda Esperança consegue manter diversos

compromissos com o valor que é repassado. "Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água, e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas. Por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio".

O apoio às entidades filantrópicas foi mantido mesmo com a suspensão dos sorteios da Loteria Federal em virtude do novo coronavírus, que levou à interrupção das premiações individuais aos participantes da Nota Premiada Bahia. Os sorteios da campanha tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês.

Filantrópicas incentivam baianos a inserir o CPF na nota

Em um momento de maior necessidade de recursos devido à pandemia, entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é Um Show de Solidariedade reforçam a importância dos participantes da Nota Premiada Bahia pedirem o CPF na nota fiscal.

As 530 entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é Um Show de Solidariedade em toda a Bahia precisam ainda mais do apoio da população baiana neste período de escassez de recursos devido à pandemia do novo coronavírus. Uma maneira simples de contribuir com estas instituições é se cadastrar uma única vez no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e a partir de então inserir o CPF na nota fiscal a cada compra. Toda vez que o cidadão cadastrado pede o CPF na nota, as duas filantrópicas por ele escolhidas recebem pontos que ao final de cada quadrimestre são revertidos em repasses financeiros.

Mesmo com a suspensão dos sorteios da Loteria Federal em virtude do novo coronavírus, ocasionando a interrupção das premiações da Nota Premiada, que tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal, os repasses para entidades foram mantidos pela Secretaria da Fazenda do Estado. Neste cenário, representantes das filantrópicas reforçam a necessidade dos participantes da campanha continuarem a inserir o CPF na nota.

“O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. Nós contamos com a comunidade, com nossos apoiadores, nossos voluntários e o Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressalta o presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do hospital Martagão Gesteira, Carlos Emanuel Melo.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus, é outra entidade que conta com o apoio da população. "Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado", salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Repasses

Desde o início de 2018, quando o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade foi vinculado à Nota Premiada Bahia e teve suas regras simplificadas, os repasses a entidades filantrópicas já somam R\$ 25,9 milhões. Do total, R\$ 18 milhões correspondem à fase atual, e R\$ 7,9 milhões à regularização de fases anteriores. Os pagamentos são feitos para as entidades que estão com as suas certidões do INSS e FGTS regulares. A cada quadrimestre, são destinados R\$ 1,5 milhão para as instituições da área de saúde e R\$ 1,5 milhão para as da social.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br para concorrer aos prêmios individuais deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir este CPF nas compras realizadas em estabelecimentos comerciais da Bahia, que têm obrigatoriedade de emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Solidariedade

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, observa que, com o advento da Nota Premiada Bahia, o apoio às instituições filantrópicas foi amplamente facilitado, “seja porque o compartilhamento das notas fiscais pelos contribuintes baianos passou a ser feito eletronicamente, aposentando-se as antigas urnas para doação das notas em papel, seja por conta de novas regras mais simples”.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, ressalta que todos saem ganhando neste processo. “As instituições recebem um reforço em seu caixa para desenvolver o importante trabalho social sob sua responsabilidade, os participantes da Nota Premiada têm a oportunidade de colaborar com esse trabalho e ainda concorrem a prêmios em dinheiro, e o fisco, ao estimular os consumidores a exigirem a emissão do documento fiscal pelas empresas, obtém o apoio da sociedade para o combate à sonegação e à concorrência desleal no mercado baiano”.

Bilhetes válidos

Além da motivação de continuar apoiando as filantrópicas de sua preferência, em um momento de maior necessidade de recursos devido à pandemia, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na NF-e ou na NFC-e. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, dos quais um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão, em 2018 e 2019.

Veículo: Repórter Hoje	
Data: 12/06/2020	Caderno: Bahia



Estado repassa R\$ 3 milhões a filantrópicas via Nota Premiada Bahia

🕒 JUN 12, 2020 📍 Redação

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), acaba de encaminhar as ordens de pagamento para 523 entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade,



Estado repassa R\$ 3 milhões a filantrópicas via Nota Premiada Bahia

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, acaba de encaminhar as ordens de pagamento para 523 entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, totalizando R\$ 3 milhões que vão reforçar o orçamento dessas instituições em meio à pandemia do novo coronavírus. Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

“Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais”, afirmou o **secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitorio**.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

CPF na nota

A importância dos recursos neste momento é enfatizada pelas entidades participantes. “O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada

sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressaltou Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do Hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. “Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado”, salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes – Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. “Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada”, enfatizou a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales.

Ainda de acordo com a coordenadora, a Fazenda Esperança consegue manter diversos compromissos com o valor que é repassado. “Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água, e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas. Por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio”.

O apoio às entidades filantrópicas foi mantido mesmo com a suspensão dos sorteios da Loteria Federal em virtude do novo coronavírus, que levou à interrupção das premiações individuais aos participantes da Nota Premiada Bahia. Os sorteios da campanha tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês.

Como apoiar

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Veículo: Andaiá.com.br	
Data: 12/06/2020	Caderno: Bahia

ANDAIÁ.COM.BR

Estamos funcionando e respeitando as recomendações do Ministério da Saúde em combate ao COVID-19.

últimas notícias Amargosa, beneficiada com Nota Premiada 'Não é momento de reabrir comércio', avalia neurocientista do Consórcio

AMARGOSA

Fazenda Esperança, em Amargosa, beneficiada com Nota Premiada

Facebook Twitter Google+ 12/06/2020 11:50 1

Ouvir: nda Esperança, em Amargosa, beneficiac 0:00 audíma

Fazenda Esperança, em Amargosa, beneficiada com Nota Premiada

Estado repassa R\$ 3 milhões a filantrópicas via Nota Premiada Bahia

A campanha Nota Premiada Bahia acaba de encaminhar as ordens de pagamento para 523 entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, totalizando R\$ 3 milhões que vão reforçar o orçamento dessas instituições em meio à pandemia do novo coronavírus. A campanha é mantida pelo Governo do Estado, por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**.

Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

"Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais", afirmou o **secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório**.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual –

três de 2018 , três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

A importância dos recursos neste momento é enfatizada pelas entidades participantes. “O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressaltou Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do Hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. "Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado", salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes - Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. "Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada" , enfatizou a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales.

Ainda de acordo com a coordenadora, a Fazenda Esperança consegue manter diversos compromissos com o valor que é repassado. “Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água, e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas. Por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio”.

O apoio às entidades filantrópicas foi mantido mesmo com a suspensão dos sorteios da Loteria Federal em virtude do novo coronavírus, que levou à interrupção das premiações individuais aos participantes da Nota Premiada Bahia. Os sorteios da campanha tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês.

Como apoiar:

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

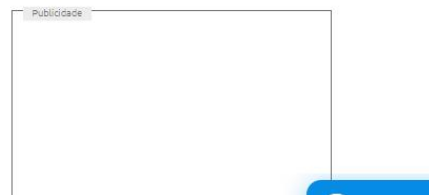
Veículo: Aratu On line	
Data: 12/06/2020	Caderno: Bahia



Campanha Nota Premiada Bahia repassa R\$ 3 milhões a 523 entidades filantrópicas

Há 7 horas Atualizada Há 7 horas Fonte: Da redação

Compartilhe: [f](#) [t](#) [w](#)



Campanha Nota Premiada Bahia repassa R\$ 3 milhões a 523 entidades filantrópicas

Compartilhe:

Facebook Twitter WhatsApp

Há 7 horas Atualizada Há 7 horas Fonte: Da redação

O orçamento de 523 entidades filantrópicas da Bahia será reforçado em meio à pandemia do novo coronavírus por meio da campanha Nota Premiada Bahia. Ao todo são R\$ 3 milhões relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde. O pagamento será feito a entidades ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a quantia deve ser creditada nos próximos dias.

"Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais", afirmou o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitória.

A campanha é mantida pelo Governo do Estado por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**. Para contribuir, quem se inscreve no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas,

uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

"O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota", ressaltou Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do Hospital Martagão Gesteira.

Além de apoiar as filantrópicas, os participantes da Nota Premiada acumulam bilhetes ao inserirem o CPF na nota. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) **COLUNISTAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))

ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) **FALE CONOSCO** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

segunda-feira, 15 de junho de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

Estado repassa R\$ 3 milhões a filantrópicas via Nota Premiada Bahia

Os recursos são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020

Comunicação Governo da Bahia , Salvador | 12/06/2020 às 09:49

Curtir 0

Tweet

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), acaba de encaminhar as ordens de pagamento para 523 entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, totalizando R\$ 3 milhões que vão reforçar o orçamento dessas instituições em meio à pandemia do novo coronavírus. Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

"Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais", afirmou o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vítório.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

CPF na nota

A importância dos recursos neste momento é enfatizada pelas entidades participantes. "O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota", ressaltou Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do Hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. "Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado", salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes - Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. "Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada", enfatizou a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales.

Ainda de acordo com a coordenadora, a Fazenda Esperança consegue manter diversos compromissos com o valor que é repassado. "Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água, e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas. Por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio".

O apoio às entidades filantrópicas foi mantido mesmo com a suspensão dos sorteios da Loteria Federal em virtude do novo coronavírus, que levou à interrupção das premiações individuais aos participantes da Nota Premiada Bahia. Os sorteios da campanha tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês.

Como apoiar

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br (<https://outlook.office.com/mail/www.notapremiadabahia.ba.gov.br>) deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

idEditoria=1&idNoticia=126627)

Veículo: Blog do Valente	
Data: 12/06/2020	Caderno: Bahia

[Notícias](#) ▾[Cidades](#) ▾[Esporte](#)[Opinião](#)[Vídeo](#)

Estado repassa R\$ 3 milhões a filantrópicas via Nota Premiada Bahia

Por Jéssica / 12/06/2020 às 09:15

Bahia / 0

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, acaba de encaminhar as ordens de pagamento para 523 entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, totalizando R\$ 3 milhões que vão reforçar o orçamento dessas instituições em meio à pandemia do novo coronavírus. Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

“Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais”, afirmou o **secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitória**.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

CPF na nota

A importância dos recursos neste momento é enfatizada pelas entidades participantes. “O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressaltou Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do Hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. “Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado”, salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes – Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. “Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada”, enfatizou a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales.

Ainda de acordo com a coordenadora, a Fazenda Esperança consegue manter diversos compromissos com o valor que é repassado. “Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o

pagamento de funcionários, das contas de energia e de água, e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas. Por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio”.

O apoio às entidades filantrópicas foi mantido mesmo com a suspensão dos sorteios da Loteria Federal em virtude do novo coronavírus, que levou à interrupção das premiações individuais aos participantes da Nota Premiada Bahia. Os sorteios da campanha tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês.

Como apoiar

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) / Secom – Secretaria de Comunicação Social – Governo da Bahia

Veículo: Farol News	
Data: 12/06/2020	Caderno: Economia



Estado repassa R\$ 3 milhões a filantrópicas via Nota Premiada Bahia

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, acaba de encaminhar as ordens de pagamento para 523 entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, totalizando R\$ 3 milhões que vão reforçar o orçamento dessas instituições em meio à pandemia do novo coronavírus. Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

“Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais”, afirmou o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitória.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

CPF na nota

A importância dos recursos neste momento é enfatizada pelas entidades participantes. “O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressaltou Carlos Emanuel Melo,

presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do Hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. “Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado”, salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes – Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. “Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada”, enfatizou a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales.

Ainda de acordo com a coordenadora, a Fazenda Esperança consegue manter diversos compromissos com o valor que é repassado. “Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água, e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas. Por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio”.

O apoio às entidades filantrópicas foi mantido mesmo com a suspensão dos sorteios da Loteria Federal em virtude do novo coronavírus, que levou à interrupção das premiações individuais aos participantes da Nota Premiada Bahia. Os sorteios da campanha tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês.

Como apoiar

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)

Veículo: Ilhéus 24 horas	
Data: 12/06/2020	Caderno: --



Estado repassa R\$ 3 milhões a filantrópicas via Nota Premiada Bahia

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, acaba de encaminhar as ordens de pagamento para 523 entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, totalizando R\$ 3 milhões que vão reforçar o orçamento dessas instituições em meio à pandemia do novo coronavírus. Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

“Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais”, afirmou o **secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório**.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

CPF na nota

A importância dos recursos neste momento é enfatizada pelas entidades participantes. “O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar neste momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressaltou Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do Hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. “Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado”, salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes – Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. “Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada”, enfatizou a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales.

Ainda de acordo com a coordenadora, a Fazenda Esperança consegue manter diversos compromissos com o valor que é repassado. “Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água, e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas. Por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio”.

O apoio às entidades filantrópicas foi mantido mesmo com a suspensão dos sorteios da Loteria Federal em virtude do novo coronavírus, que levou à interrupção das premiações individuais aos participantes da Nota Premiada Bahia. Os sorteios da campanha tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês.

Como apoiar

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Veículo: Radar da Bahia	
Data: 12/06/2020	Caderno: Bahia



Estado repassa R\$ 3 milhões a filantrópicas via Nota Premiada Bahia

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, acaba de encaminhar as ordens de pagamento para 523 entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, totalizando R\$ 3 milhões que vão reforçar o orçamento dessas instituições em meio à pandemia do novo coronavírus. Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

“Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais”, afirmou o **secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório**.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

CPF na nota

A importância dos recursos neste momento é enfatizada pelas entidades participantes. “O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar neste momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressaltou Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do Hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. “Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado”, salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes – Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. “Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na

campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada”, enfatizou a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales. Ainda de acordo com a coordenadora, a Fazenda Esperança consegue manter diversos compromissos com o valor que é repassado. “Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água, e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas. Por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio”.

O apoio às entidades filantrópicas foi mantido mesmo com a suspensão dos sorteios da Loteria Federal em virtude do novo coronavírus, que levou à interrupção das premiações individuais aos participantes da Nota Premiada Bahia. Os sorteios da campanha tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês.

Como apoiar

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Veículo: Toda Bahia	
Data: 12/06/2020	Caderno: Bahia

ESTADO REPASSA R\$ 3 MILHÕES A FILANTRÓPICAS VIA NOTA PREMIADA BAHIA



ESTADO REPASSA R\$ 3 MILHÕES A FILANTRÓPICAS VIA NOTA PREMIADA BAHIA

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, acaba de encaminhar as ordens de pagamento para 523 entidades filantrópicas baianas ativas e regulares no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, totalizando R\$ 3 milhões que vão reforçar o orçamento dessas instituições em meio à pandemia do novo coronavírus. Os recursos, que devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao primeiro quadrimestre de 2020, encerrado em abril, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

“Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais”, afirmou o **secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitória**.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Site Bahia de Valor	Online
Data: 11/06/2020	Caderno: Notícias

bahiadevalor

Arrecadação de ICMS cai quase 30% e Bahia aprofunda medidas emergenciais



O forte impacto da crise sanitária sobre as contas públicas está evidenciado pela queda na arrecadação em maio: principal imposto estadual, o ICMS registrou perda de 29,8% em comparação com o mesmo mês em 2019. O tributo, que incide sobre a circulação de mercadorias e serviços, arrecadou R\$ 1,42 bilhão, ante R\$ 2,02 bilhões no ano passado. O IPVA caiu 28%, e o ITD, imposto sobre heranças e doações, perdeu 58,6%. O Estado, no entanto, já vinha se preparando para este cenário, e tem aprofundado medidas emergenciais para garantir o funcionamento da administração.

Diante do quadro de incertezas, desde que foram registrados os primeiros casos de contágio local o governo baiano colocou em prática uma agenda destinada a minimizar as perdas na arrecadação e a reduzir os gastos, com base nas diretrizes do decreto 19.551/20, assinado pelo governador Rui Costa no dia 20 de março.

“O cenário atual é inédito por envolver crises simultâneas na saúde e na economia, mas estamos trabalhando, sob a liderança do governador, para preservar o funcionamento do Estado, o que inclui

uma série de medidas de redução dos gastos, o redirecionamento das atividades do fisco em função das áreas que mantiveram a atividade econômica e a renegociação de contratos, inclusive os de operações de crédito”, explica o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. Apenas as medidas de contenção de gastos já contabilizam até agora uma economia estimada em R\$ 778 milhões, que preserva as despesas voltadas para o combate à pandemia.

Déficit

Mas o desafio é maior. Mesmo com os repasses provenientes do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que só começaram a chegar esta semana, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** ainda projeta um déficit estimado em R\$ 1,5 bilhão em 2020.

“O pacote de ajuda federal trouxe vetos que na prática reduziram seu alcance, o que contribui para prolongar a situação de dificuldade que os Estados já vinham enfrentando antes da pandemia, por conta do fracasso da política do Governo Federal em promover crescimento econômico e geração de emprego”, avalia Vitório.

“Mais do que nunca, o Estado precisa manter-se em funcionamento. Com o advento da pandemia, cabe aos governos estaduais tarefas fundamentais, a exemplo do enfrentamento dos desafios da saúde sobretudo na esfera da alta complexidade, da manutenção da paz social e da segurança pública” ressalta.

Redução de gastos

A partir de março, todos os órgãos do governo foram instados a promover a revisão dos contratos em vigor e das licitações em curso, com vistas à redução dos preços e à determinação de prioridades, a suspender a celebração de novas contratações e de aditivos contratuais e a diminuir os gastos de custeio. As medidas voltadas para evitar acréscimos nas despesas públicas são monitoradas pela Coordenação de Qualidade do Gasto Público, instituída na Secretaria da Fazenda pela reforma administrativa promovida no início da primeira gestão do governador, em 2015.

Combate à pandemia

Ao esforço para economizar, contrapõem-se as despesas crescentes no combate à pandemia. A Bahia já contabiliza um gasto total de R\$ 704,4 milhões, havendo mais cerca de R\$ 173 milhões projetados para as próximas semanas, totalizando R\$ 877 milhões. Os gastos ocorrem não apenas na área de Saúde, como nas de Educação, Justiça e Direitos Humanos, Administração Penitenciária, Administração e Segurança Pública, incluindo as polícias Militar e Civil e no Corpo de Bombeiros.

“O governo se preparou para cumprir as medidas necessárias ao enfrentamento da pandemia e suas repercussões não só na área de saúde, mas também no âmbito socioeconômico, como é o caso do pagamento do vale-alimentação e das contas de água”, lembra Manoel Vitorio.

Veículo: Blog Agravado	Online
Data: 11/06/2020	Caderno: Notícias



ICMS cai 29,8% em maio e Bahia aprofunda medidas emergenciais

O forte impacto da crise sanitária sobre as contas públicas está evidenciado pela queda na arrecadação em maio: principal imposto estadual, o ICMS registrou perda de 29,8% em comparação com o mesmo mês em 2019. O tributo, que incide sobre a circulação de mercadorias e serviços, arrecadou R\$ 1,42 bilhão, ante R\$ 2,02 bilhões no ano passado. O IPVA caiu 28%, e o ITD, imposto sobre heranças e doações, perdeu 58,6%. O Estado, no entanto, já vinha se preparando para este cenário, e tem aprofundado medidas emergenciais para garantir o funcionamento da administração.

Diante do quadro de incertezas, desde que foram registrados os primeiros casos de contágio local o governo baiano colocou em prática uma agenda destinada a minimizar as perdas na arrecadação e a reduzir os gastos, com base nas diretrizes do decreto 19.551/20, assinado pelo governador Rui Costa no dia 20 de março.

“O cenário atual é inédito por envolver crises simultâneas na saúde e na economia, mas estamos trabalhando, sob a liderança do governador, para preservar o funcionamento do Estado, o que inclui uma série de medidas de redução dos gastos, o redirecionamento das atividades do fisco em função das áreas que mantiveram a atividade econômica e a renegociação de contratos, inclusive os de operações de crédito”, explica o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. Apenas as medidas de contenção de gastos já contabilizam até agora uma economia estimada em R\$ 778 milhões, que preserva as despesas voltadas para o combate à pandemia.

Déficit

Mas o desafio é maior. Mesmo com os repasses provenientes do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que só começaram a chegar esta semana, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** ainda projeta um déficit estimado em R\$ 1,5 bilhão em 2020.

“O pacote de ajuda federal trouxe vetos que na prática reduziram seu alcance, o que contribui para prolongar a situação de dificuldade que os Estados já vinham enfrentando antes da pandemia, por conta do fracasso da política do Governo Federal em promover crescimento econômico e geração de emprego”, avalia Vitório.

“Mais do que nunca, o Estado precisa manter-se em funcionamento. Com o advento da pandemia, cabe aos governos estaduais tarefas fundamentais, a exemplo do enfrentamento dos desafios da saúde sobretudo na esfera da alta complexidade, da manutenção da paz social e da segurança pública” ressalta.

Redução de gastos

A partir de março, todos os órgãos do governo foram instados a promover a revisão dos contratos em vigor e das licitações em curso, com vistas à redução dos preços e à determinação de prioridades, a suspender a celebração de novas contratações e de aditivos contratuais e a diminuir os gastos de custeio. As medidas voltadas para evitar acréscimos nas despesas públicas são monitoradas pela Coordenação de Qualidade do Gasto Público, instituída na Secretaria da Fazenda pela reforma administrativa promovida no início da primeira gestão do governador, em 2015.

Combate à pandemia

Ao esforço para economizar, contrapõem-se as despesas crescentes no combate à pandemia. A Bahia já contabiliza um gasto total de R\$ 704,4 milhões, havendo mais cerca de R\$ 173 milhões projetados para as próximas semanas, totalizando R\$ 877 milhões. Os gastos ocorrem não apenas na área de Saúde, como nas de Educação, Justiça e Direitos Humanos, Administração Penitenciária, Administração e Segurança Pública, incluindo as polícias Militar e Civil e no Corpo de Bombeiros. “O governo se preparou para cumprir as medidas necessárias ao enfrentamento da pandemia e suas repercussões não só na área de saúde, mas também no âmbito socioeconômico, como é o caso do pagamento do vale-alimentação e das contas de água”, lembra Manoel Vitório.

Veículo: Blog da Feira	Online
Data: 11/06/2020	Caderno: Notícias



Arrecadação de ICMS cai quase 30% e Bahia aprofunda medidas emergenciais

O forte impacto da crise sanitária sobre as contas públicas está evidenciado pela queda na arrecadação em maio: principal imposto estadual, o ICMS registrou perda de 29,8% em comparação com o mesmo mês em 2019. O tributo, que incide sobre a circulação de mercadorias e serviços, arrecadou R\$ 1,42 bilhão, ante R\$ 2,02 bilhões no ano passado. O IPVA caiu 28%, e o ITD, imposto sobre heranças e doações, perdeu 58,6%. O Estado, no entanto, já vinha se preparando para este cenário, e tem aprofundado medidas emergenciais para garantir o funcionamento da administração.

Diante do quadro de incertezas, desde que foram registrados os primeiros casos de contágio local o governo baiano colocou em prática uma agenda destinada a minimizar as perdas na arrecadação e a reduzir os gastos, com base nas diretrizes do decreto 19.551/20, assinado pelo governador Rui Costa no dia 20 de março.

“O cenário atual é inédito por envolver crises simultâneas na saúde e na economia, mas estamos trabalhando, sob a liderança do governador, para preservar o funcionamento do Estado, o que inclui uma série de medidas de redução dos gastos, o redirecionamento das atividades do fisco em função das áreas que mantiveram a atividade econômica e a renegociação de contratos, inclusive os de operações de crédito”, explica o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**. Apenas as medidas de contenção de gastos já contabilizam até agora uma economia estimada em R\$ 778 milhões, que preserva as despesas voltadas para o combate à pandemia.

Déficit

Mas o desafio é maior. Mesmo com os repasses provenientes do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que só começaram a chegar esta semana, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** ainda projeta um déficit estimado em R\$ 1,5 bilhão em 2020.

“O pacote de ajuda federal trouxe vetos que na prática reduziram seu alcance, o que contribui para prolongar a situação de dificuldade que os Estados já vinham enfrentando antes da pandemia, por conta do fracasso da política do Governo Federal em promover crescimento econômico e geração de emprego”, avalia Vitório. “Mais do que nunca, o Estado precisa manter-se em funcionamento. Com o advento da pandemia, cabe aos governos estaduais tarefas fundamentais, a exemplo do enfrentamento dos desafios da saúde sobretudo na esfera da alta complexidade, da manutenção da paz social e da segurança pública” ressalta.

Redução de gastos

A partir de março, todos os órgãos do governo foram instados a promover a revisão dos contratos em vigor e das licitações em curso, com vistas à redução dos preços e à determinação de prioridades, a suspender a celebração de novas contratações e de aditivos contratuais e a diminuir os gastos de custeio. As medidas voltadas para evitar acréscimos nas despesas públicas são monitoradas pela Coordenação de Qualidade do Gasto Público, instituída na Secretaria da Fazenda pela reforma administrativa promovida no início da primeira gestão do governador, em 2015.

Combate à pandemia

Ao esforço para economizar, contrapõem-se as despesas crescentes no combate à pandemia. A Bahia já contabiliza um gasto total de R\$ 704,4 milhões, havendo mais cerca de R\$ 173 milhões projetados para as próximas semanas, totalizando R\$ 877 milhões. Os gastos ocorrem não apenas na área de Saúde, como nas de Educação, Justiça e Direitos Humanos, Administração Penitenciária, Administração e Segurança Pública, incluindo as polícias Militar e Civil e no Corpo de Bombeiros. “O governo se preparou para cumprir as medidas necessárias ao enfrentamento da pandemia e suas repercussões não só na área de saúde, mas também no âmbito socioeconômico, como é o caso do pagamento do vale-alimentação e das contas de água”, lembra Manoel Vitório.

Veículo: Rádio Jacobina FM	Programa: Notícias
Data: 12/06/2020	Apresentador: --
Assunto: Bahia aprofunda medidas emergenciais. Crise provocada por pandemia derruba arrecadação da Bahia. Cita a <u>Sefaz</u> .	

Data: 12/06/2020

Horário: 09:40

Emissora: Rádio Jacobina FM

Programa: Notícias

Citação Direta: Sim

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Bahia aprofunda medidas emergenciais. Crise provocada por pandemia derruba arrecadação da Bahia. Cita a **Sefaz**.

Veículo: Rede GN	Online
Data: 11/06/2020	Caderno: Notícias



ICMS cai 29,8% em maio, e Bahia aprofunda medidas emergenciais



O forte impacto da crise sanitária sobre as contas públicas está evidenciado pela queda na arrecadação em maio: principal imposto estadual, o ICMS registrou perda de 29,8% em comparação com o mesmo mês em 2019. O tributo, que incide sobre a circulação de mercadorias e serviços, arrecadou R\$ 1,42 bilhão, ante R\$ 2,02 bilhões no ano passado. O IPVA caiu 28%, e o ITD, imposto sobre heranças e doações, perdeu 58,6%. O Estado, no entanto, já vinha se preparando para este cenário, e tem aprofundado medidas emergenciais para garantir o funcionamento da administração.

Diante do quadro de incertezas, desde que foram registrados os primeiros casos de contágio local o governo baiano colocou em prática uma agenda destinada a minimizar as perdas na arrecadação e a reduzir os gastos, com base nas diretrizes do decreto 19.551/20, assinado pelo governador Rui Costa no dia 20 de março.

“O cenário atual é inédito por envolver crises simultâneas na saúde e na economia, mas estamos trabalhando, sob a liderança do governador, para preservar o funcionamento do Estado, o que inclui uma série de medidas de redução dos gastos, o redirecionamento das atividades do fisco em função das áreas que mantiveram a atividade econômica e a renegociação de contratos, inclusive os de operações de crédito”, explica o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**. Apenas as medidas de contenção de gastos já contabilizam até agora uma economia estimada em R\$ 778 milhões, que preserva as despesas voltadas para o combate à pandemia.

Déficit

Mas o desafio é maior. Mesmo com os repasses provenientes do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que só começaram a chegar esta semana, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** ainda projeta um déficit estimado em R\$ 1,5 bilhão em 2020.

“O pacote de ajuda federal trouxe vetos que na prática reduziram seu alcance, o que contribuiu para prolongar a situação de dificuldade que os Estados já vinham enfrentando antes da pandemia, por conta do fracasso da política do Governo Federal em promover crescimento econômico e geração de emprego”, avalia Vitório. “Mais do que nunca, o Estado precisa manter-se em funcionamento. Com o advento da pandemia, cabe aos governos estaduais tarefas fundamentais, a exemplo do enfrentamento dos desafios da saúde sobretudo na esfera da alta complexidade, da manutenção da paz social e da segurança pública” ressalta.

Redução de gastos

A partir de março, todos os órgãos do governo foram instados a promover a revisão dos contratos em vigor e das licitações em curso, com vistas à redução dos preços e à determinação de prioridades, a suspender a celebração de novas contratações e de aditivos contratuais e a diminuir os gastos de custeio. As medidas voltadas para evitar acréscimos nas despesas públicas são monitoradas pela Coordenação de Qualidade do Gasto Público, instituída na Secretaria da Fazenda pela reforma administrativa promovida no início da primeira gestão do governador, em 2015.

Combate à pandemia

Ao esforço para economizar, contrapõem-se as despesas crescentes no combate à pandemia. A Bahia já contabiliza um gasto total de R\$ 704,4 milhões, havendo mais cerca de R\$ 173 milhões projetados para as próximas semanas, totalizando R\$ 877 milhões. Os gastos ocorrem não apenas na área de Saúde, como nas de Educação, Justiça e Direitos Humanos, Administração Penitenciária, Administração e Segurança Pública, incluindo as polícias Militar e Civil e no Corpo de Bombeiros. “O governo se preparou para cumprir as medidas necessárias ao enfrentamento da pandemia e suas repercussões não só na área de saúde, mas também no âmbito socioeconômico, como é o caso do pagamento do vale-alimentação e das contas de água”, lembra Manoel Vitório.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 13/06/2020	



LEÃO GARANTE PROJETO DA PONTE SALVADOR ITAPARICA COM OBRAS EM 2020



admin 13 Junho, 2020

Por: João Paulo Almeida

O vice governador da Bahia, João Leão (PP), afirmou que o projeto da Ponte segue forte e que as obras podem começar ainda em 2020 caso a pandemia acabe e os sistemas de voos se normalizem. Leão confirmou que as empresas que venceram a licitação da Ponte seguem interessadas.

“O projeto da Ponte Salvador Itaparica está caminhando. Eu recebi uma visita dos empresários que ganharam a obra e eles me disseram no olho no olho que estão ansiosos para começar a obra. Assim que a normalidade dos voos voltar nós vamos iniciar esse projeto. Os navios chineses que vão fazer a fundação já estão na china prontos para vim para cá fazer essa fundação. Vamos apostar nisso e essa obra vai sair do papel ainda esse ano se a pandemia acabar”.

Em entrevista ao Jornal da Metrópole, Leão afirmou que o prazo da assinatura do contrato de concessão pra construção e gestão da ponte deve ser prorrogado por causa da Pandemia. “Os chineses estão firmes. Têm me ligado muito. Há uma equipe deles aqui. Foi prorrogado. Vamos ter mais 90 dias. Prorrogamos sem colocar [o decreto] de calamidade pública no meio. Vamos ver com a Procuradoria-Geral do Estado e o Tribunal [de Contas do Estado] para saber se podemos prorrogar para mais seis meses”, disse.

ENTREVISTA Glademir Aroldi, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

O REPASSE FEDERAL NÃO É SUFICIENTE

OSVALDO LYRA

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, é enfático ao afirmar que o Brasil não tem condições sanitárias para realizar a próxima eleição para prefeitos e vereadores. Em entrevista exclusiva ao ATARDE, ele diz que a pandemia do novo coronavírus aumentou o número de pessoas que estão necessitando do poder público e que os repasses feitos pelo governo federal são insuficientes para isso. Aroldi prevê uma queda na arrecadação dos municípios da ordem de R\$ 74 bilhões. "Vamos precisar de uma recomposição do FPM, no mínimo, até o final do ano".

Presidente, que avaliação o senhor faz da pandemia e seu impacto sobre os municípios?

Os gestores locais estão vivendo uma situação muito difícil. Um mo-

mento, talvez, que não tenha ocorrido na história política e administrativa do Brasil. Eu acho que nenhuma geração de gestores passou pelo que os atuais estão passando. Primeiro, por conta da preocupação com o atendimento à população na área da saúde. Proteger a população, dar o atendimento necessário. Na área da assistência social, a mesma situação. A demanda aumentou muito pois nós já tínhamos um número significativo de famílias vivendo em situação de vulnerabilidade e esse número está aumentando. Então, a pandemia aumentou o número de pessoas que estão necessitando do apoio público. O prefeito está tendo que conviver com essa situação, com uma queda significativa de receita, por conta da retração da economia, e ainda tendo que trabalhar com a possibilidade de uma eleição municipal ali na frente. Então, é um momento muito delicado sim.

R\$ 60 bilhões, sendo R\$ 37 bilhões para estados e R\$ 23 bilhões para municípios.

Mas é suficiente para atender às demandas?

O repasse federal é importante, mas não é suficiente. Ele vai ser liberado em quatro parcelas, a primeira foi agora no mês de junho, então tem mais três parcelas para julho, agosto e setembro. Então, por que ele não é suficiente? Porque um apoio financeiro da ordem de R\$ 23 bilhões e a queda de arrecadação dos municípios, contando com aquela recomposição do FPM, será de cerca de R\$ 74 bilhões. Então, esse apoio financeiro vai recompor apenas 30% do que será a perda da arrecadação dos municípios, daquilo que os municípios projetaram no seu orçamento para esse ano. Então, ele é importante, nós precisamos agradecer muito ao Con-

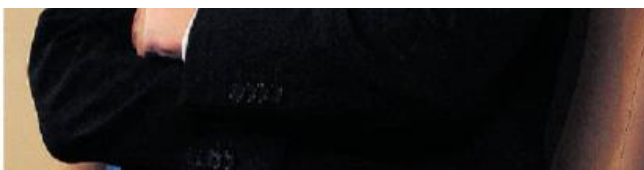
gresso Nacional, aos parlamentares todos pelo esforço, mas ele não será suficiente. Eu posso dizer que, após esse apoio financeiro, no mês de setembro, outubro, novembro e dezembro, se nada mais acontecer, nós vamos ter aí muitos municípios no Brasil atrasando a folha de pagamento de seus colaboradores e não conseguindo cumprir com o pagamento aos seus fornecedores e tendo dificuldade na prestação dos serviços públicos. Isso é real.

Como conciliar a crise sanitária com a crise financeira que atinge o país?

Precisa de um equilíbrio, sensibilidade. A cada dia, a cada semana, a cada mês, para tomada de decisão. Nós estamos trabalhando com algo que a gente não imaginava que um dia pudesse acontecer. Com um inimigo invisível. Então, é tudo muito novo, é tudo desconhecido ainda. O Brasil é um país continental, então cada estado, cada município tem a sua peculiar-



CNM / Divulgação



seus padrões a diminuição da carga horária e de seus salários. Tudo isso acaba respingando no gestor local e na gestão local.

Muito se fala que, após a pandemia, vai existir uma recessão profunda na economia. Qual vai ser o maior desafio das prefeituras?

O maior desafio, nesse momento, é atender as pessoas tentando poder dar uma olhada também para a situação econômica, não descuidar muito disso. Ter uma atenção especial para com os empresários, com a sociedade produtiva brasileira que também está sofrendo muito. E, logo em seguida, é outra batalha, outra guerra nesse sentido

que as turbulências políticas e a pandemia vão dificultar a aprovação das medidas necessárias para o fortalecimento dos municípios?

Claro que sim. Tinha uma pauta extensa no Congresso Nacional tramitando e, por conta da situação da calamidade pública que estamos vivendo, o Congresso começou a trabalhar pautas emergenciais, com vista a combater essa pandemia. Eu acho correto, adequado. Mas aos poucos nós vamos ter que retomar uma pauta importante que estava sendo discutida na Câmara e no Senado. Por

exemplo, a Reforma Tributária, a Reforma Fiscal. Nós tínhamos outra pauta importante que era a Reforma Administrativa. Tudo isso precisa ser retomado. Ai nós tínhamos alguns projetos de lei que haviam sido votados na Câmara e agora estão no Senado, que é a nova lei de Licitações, uma lei extremamente importante para os municípios, a nova lei do ISS, na Câmara dos Deputados, uma PEC que estava tramitando que aumentava em 1% a participação dos municípios no FPM e que já foi votada em primeiro turno na Câmara, só falta o segundo turno. Então, tem uma pauta muito extensa lá que a gente precisa, aos poucos, retomar o debate

chamar a atenção que um pleito não é só o dia da eleição. Tem todo um processo que antecede. Tem as convenções municipais e tem a campanha propriamente dita. O Brasil tem, nas grandes, médias e pequenas cidades, a cultura de que o candidato vá para o bairro, faça o contato com o eleitor, que reúna os segmentos organizados da sociedade para poder expor o seu plano de governo, e, nas médias e pequenas cidades, nós temos ainda a cultura da visita em todas as residências tanto na área urbana, quanto na área rural. Imagina que, na última eleição, 146 milhões de brasileiros participaram no dia da eleição votando.

Sem contar as pessoas que trabalham na eleição...

Ai nós temos mais de dois milhões e trezentas mil pessoas que trabalham voluntariamente como mesários. Mais de dois

milhões e meio de pessoas filiadas a partidos políticos que trabalham voluntariamente, escaladas pelos partidos como fiscais. Então, nós temos mais de cinco milhões de pessoas que trabalham efetivamente no dia da eleição, movimentando 146 milhões de brasileiros. E, durante a campanha, nós tivemos na última eleição municipal 46 mil candidatos a vereadores e 32 mil candidatos a prefeitos e a vice-prefeitos. Então, mais de 50 mil candidatos participando do pleito em todos os municípios brasileiros, se reunindo com a comunidade de cada município, no sentido de buscar divulgar as suas ideias, os seus projetos, o seu plano de governo. Isso é um risco muito grande para a saúde das pessoas. Uma eleição em outubro, novembro ou dezembro desse ano, ela poderá sim ser responsável por uma segunda onda dessa pandemia no Brasil. E mudar de outubro para novembro ou dezembro não altera esse risco, não muda na-

Como o senhor vê as medidas do Governo Federal de suporte às prefeituras? O repasse de recursos tem sido suficiente?

No momento, nós estamos com a recomposição das perdas da arrecadação do FPM, que é a principal arrecadação para a maioria dos municípios do país. De uma videoconferência que fizemos com o ministro Paulo Guedes e com os presidentes das entidades estaduais e municípios, sentamos com ele, tratamos sobre a recomposição dessa receita por quatro meses. Isso está sendo cumprido pelo Governo. Já recompos de março, abril e maio. Então, está faltando... No mês de julho, ele vai recompor o mês de junho. De julho em diante, não tem nada definido. Nós vamos precisar de uma recomposição do FPM, no mínimo, até o final do ano. Esse apoio financeiro, construído através dessa lei complementar 173, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Governo Federal, ele é um apoio financeiro importante para o momento. Ele vai ser liberado em quatro parcelas. É um apoio financeiro da ordem de

ridade, a sua realidade no que diz respeito a essa pandemia. E cada prefeito está tendo que tomar a sua responsabilidade em seu município. E é muito difícil. Qualquer medida que os prefeitos tomem, eles acabam sendo criticados por uma parcela da sua população, porque se eles isolam, sempre tem alguém que vai criticar, dizer que não deveria fechar, que não deveria isolar naquela proporção. Se eles tentam liberar, fazer aberturas e a situação da pandemia começa a agravar, aumentar, aí o prefeito também vai ser criticado. Então, é um momento de decisão que precisam ser tomadas medidas, mas que, muitas vezes, a sociedade não compreende a necessidade dessas ações dos governos locais. Então, isso tem dificultado muito a vida do gestor. Está preocupado, num primeiro momento, na proteção da saúde das pessoas, que é o mais importante, mas que tem que trabalhar também com a outra situação, que é o fechamento das empresas. Tem que conviver com o aumento no número de desempregados, com trabalhadores tendo que negociar com

da retomada da economia, que, infelizmente, vai levar um bom tempo. E é isso que nós estamos alertando ao Governo. Então, nós precisamos trabalhar com ações emergenciais e pensar em ações continuadas, que possam proteger o micro, pequeno, médio, grande empresário, que possam proteger o trabalhador brasileiro, mas que possam também ter uma atenção especial para aqueles que estão com dificuldades, perderam o emprego, que já estavam sem emprego, e que vinham atuando na informalidade. Diminuiu muito também o trabalho informal. Então, tem que ter aí uma política de médio, longo prazo nesse sentido. Então, é trabalhar com a emergência e é trabalhar com políticas de médio e longo prazo para que o Brasil possa, num período mais curto possível, amenizar a situação tanto da pandemia como a questão econômica, que é muito importante para a geração de emprego e renda à população brasileira.

Presidente, existe uma pauta municipalista extensa no Congresso. Acredita

A pandemia aumentou o número de pessoas que estão necessitando do apoio público

Vamos precisar de uma recomposição do FPM, no mínimo, até o final do ano

Nenhuma geração de gestores passou pelo que os atuais estão passando

é a possibilidade de a gente concluir essa votação até o final do ano.

Qual o impacto que a pandemia vai ter sobre a eleição?

Do ponto de vista sanitário, nós entendemos que o Brasil não reúne as condições mínimas para a realização de um pleito nesse ano. Veja bem, nós não chegamos, infelizmente, ao pico dessa primeira onda. Estudos científicos estão trabalhando com a possibilidade real de uma segunda onda, até mesmo de uma terceira. Nós já estamos no mês de junho e não atingimos o pico da primeira onda. Então, isso precisa ser levado em conta. Segundo, a Organização Mundial da Saúde e a comunidade científica recomendam que pessoas com mais de 60 anos, com um ou outro problema de saúde, devam buscar o isolamento. Nós temos aí hoje 1213 prefeitos com mais de 60 anos. 82% deles, ou seja, 1040 prefeitos e prefeitas com direito a concorrer à reeleição. O número de candidatos tem um percentual muito alto de pessoas acima de 60 anos de idade. Esta é uma situação. Segundo, eu quero

da. Então, nós entendemos que o Brasil não reúne condições mínimas para a realização de um pleito do ponto de vista sanitário, do ponto de vista do direito, nós não vamos oferecer igualdade de condições aos concorrentes, por conta dessa situação de que muitos não poderão fazer campanhas reunindo, mantendo contato com seus eleitores. Do ponto de vista econômico, é um desastre total. O Brasil não tem condições normais ou direito de investir recursos que são investidos por conta de um pleito eleitoral a cada dois anos. O custo de uma eleição é muito alto. Então, isso precisa ser discutido com muita responsabilidade, respeitando todas as opiniões, mas esse debate precisa ser feito e eu espero que o movimento municipalista brasileiro possa ter o espaço para efetivamente fazer esse debate, evidentemente que respeitando todas as posições do Tribunal Superior Eleitoral e do Congresso Nacional. Não dá para ficar olhando um ou outro interesse pessoal e prejudicar o povo brasileiro. Esse é o nosso entendimento.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 14/06/2020	Página: A2

Entendendo o “game” do petróleo

Paulo Ormino de Azevedo

Arquiteto, professor titular da Ufba
pauloormindo@gmail.com

Alguém já disse que a Idade da Pedra não acabou porque faltou pedra. Ela continua sendo usada em pisos, no concreto e o calcário no cimento, cal e na agricultura. O carvão de pedra não desapareceu com o petróleo, continua sendo indispensável na siderurgia. Na China, ele fornece 60% da energia. Embora alguns “inocentes” digam que o petróleo não valerá nada dentro de 20 anos, ele continuará sendo o insumo básico da produção de químicos, plásticos, lubrificantes, asfalto e fertilizantes agrícolas. Além do mais, o gás do petróleo é a fonte mais barata do futuro combustível, o hidrogênio. Sua importância pode ser aferida pelo fato de todos os conflitos ar-

mados atuais, que matam milhões de pessoas, são em áreas de reservas de petróleo: Afeganistão, Iêmen, Iraque e Síria.

A baixa atual do petróleo se deve à diminuição da atividade econômica com a pandemia e a guerra movida por dois grandes produtores, Arábia Saudita e Rússia, contra o novo líder mundial, os EUA. O petróleo americano custa US\$ 40,00 por barril para ser produzido e só é lu-

Estamos exportando o cru sem valor agregado e importando mais derivados com preços cartelizados, à mercê de sua cotação

crativo com seu preço por volta de US\$ 60,00. O petróleo saudita custa cerca de US\$ 12,00 para ser produzido e a Rússia, grande produtora de gás e a principal fonte de calefação da Europa, tem custo de produção muito baixo. Para eles a produção de petróleo é viável mesmo na casa dos US\$ 30,00. Passada a pandemia e neutralizada a concorrência dos americanos subsidiada por Trump, o barril deverá se estabilizar um pouco abaixo dos US\$ 60,00.

Com o preço baixo do barril, a Petrobrás e o Brasil perdem muito nas suas exportações de cru e em investimentos estrangeiros nas bacias do nosso pré-sal. Companhias como a Exxon e a Shell, que dominam toda a cadeia de produção, do poço até à bomba de gasolina, compensam suas perdas na extração com os ganhos no refino, porque o preço da gasolina não cai na mesma proporção nas bombas. Apesar do barril de petróleo ter

baixado de US\$ 65,00 para US\$ 22,00, o consumidor brasileiro só viu o preço da gasolina baixar alguns centavos.

A Petrobras perdeu essa condição privilegiada com a venda da distribuidora BR e redução da produção de nossas refinarias pela atual diretoria. Estamos exportando o cru sem valor agregado e importando mais derivados com preços cartelizados, à mercê de sua cotação e do dólar nas bolsas. É o plano de faltar a empresa para inviabilizá-la, desvalorizá-la e facilitar sua venda para a China, nosso principal importador de cru, ou para as Sete Irmãs, como quer Paulo Guedes. Se ela foi saqueada, deve ser saneada e não vendida. Já são os americanos que mandam na empresa. Prova? Para criar uma vacina contra a Covid-19, a Petrobras disponibilizou 60% da capacidade dos seus supercomputadores para a Universidade de Stanford e nada para as nossas, Fiocruz e Butantan.

TEIXEIRA DE FREITAS

Hospital de Campanha reforça combate à Covid-19 na região

DA REDAÇÃO

A partir de amanhã, o Hospital de Campanha de Teixeira de Freitas poderá receber os primeiros pacientes para tratamento da Covid-19. A unidade foi construída em parceria entre o governo do estado, as empresas Suzano, Veracel Celulose e a prefeitura municipal de Teixeira de Freitas. Serão disponibilizados 20 leitos de terapia intensiva (UTI) na nova estrutura.

Na manhã de ontem, o secretário estadual da saúde, Fábio Vilas-Boas visitou o hospital e destacou a importância do reforço na saúde da região.

"O extremo sul da Bahia é a região que possui, hoje, a maior taxa média de crescimento dos casos de infecção pelo coronavírus. Portanto, a oferta desses leitos será fundamental para fazer frente à necessidade de internação. Esse leitos se juntam aos que estamos abrin-

do também em Porto Seguro e Eunápolis, para que a gente possa rapidamente ampliar a oferta de leitos de terapia intensiva", completou o secretário.

O Hospital de Campanha foi construído ao lado do Hospital Municipal de Teixeira de Freitas, o que facilita também a integração física e de equipamentos necessários ao funcionamento da nova estrutura, gerida pelo poder municipal.

Os 20 respiradores que



Unidade de saúde irá disponibilizar 20 leitos de UTI

equipam os novos leitos de UTI foram doados pelas empresas Suzano e Veracel Celulose. "É muito importante que nesse momento de pandemia as entidades privadas possam ajudar de alguma forma. Identificamos essa oportunidade de contribuir com a doação de equipamentos e esperamos que ajude a população diminuindo os impactos da Covid-19", explicou André Brito, gerente de relações corporativas da Suzano.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 15/06/2020	Página:

Correio*

Benefício para trabalhadores informais deverá ser prorrogado

SALVADOR POR TODOS A prefeitura de Salvador planeja prorrogar o pagamento dos beneficiários do programa Salvador por Todos, que atende ambulantes e autônomos durante a pandemia. Programado inicialmente para três meses, o benefício chega ao fim neste mês, mas um projeto de lei será enviado para a Câmara de Vereadores pedindo a prorrogação da medida. A informação foi dada no sábado, durante coletiva virtual, pelo prefeito ACM Neto. Atualmente, 37 mil trabalhadores são beneficiados com o pagamento de R\$ 270 da prefeitura de Salvador. Segundo Neto, a base de beneficiários vai ser mantida na nova fase do programa. As seguintes categorias têm direito ao valor: ambulantes, barraqueiros, donos de quiosques, baianas de acarajé, guardadores de carro, recicladores, baleiros, taxistas, mototaxistas e motoristas de aplicativo a partir de 60 anos.

37
mil
pessoas são
beneficiadas
com o
pagamento
de R\$ 270
pela
prefeitura

ECONOMIA

Mansueto Almeida pede demissão e deve deixar governo

SAÍDA O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, deixará o governo nas próximas semanas, segundo o jornal O Estado de S. Paulo. Ele deve cumprir quarentena e ir para a iniciativa privada. Mansueto já está discutindo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, um nome para sucedê-lo no cargo, cuja missão é controlar o caixa do governo. Ele estava no posto desde abril de 2018.

O atual secretário do Tesouro sempre foi considerado "guardião" dos cofres do governo e fiador do processo de ajuste das contas públicas. Rumores de sua saída sempre geraram preocupação no mercado financeiro sobre a continuidade dessa agenda. Guedes já havia manifestado o desejo de nomeá-lo diretor-executivo do Conselho Fiscal da República, colegiado a ser criado pela PEC do Pacto Federativo. Mas a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus acabou atrasando a tramitação de propostas estruturais no Congresso.

Bahia lidera produção de energia eólica no país

VENTOS A energia gerada por fonte eólica na Bahia, no primeiro quadrimestre do ano, representou 31% do total do país, o que consagra a liderança nacional. Hoje, no Dia Mundial do Vento, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDE) divulgará dados atualizados do setor, no Informe Executivo mensal de Energias Renováveis. "A Bahia tem 170 parques eólicos em operação, mais de 1,3 mil aerogeradores, que o povo no interior chama carinhosamente de 'catavento', e uma capacidade instalada de 4,1 Gigawatts (GW)", afirma o vice-governador João Leão, também titular da SDE.

De acordo com ele, os parques investiram R\$ 16,7 bilhões, beneficiando 20 municípios baianos. "Ou seja, os números do Estado no segmento de energias renováveis são extremamente significativos e motivo, não só de muito orgulho para nós que estamos na linha de frente da atração de investimentos, mas de esperança para a economia no pós-pandemia",

Caixa anuncia calendário de novos saques do FGTS

ATÉ NOVEMBRO O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Pedro Guimarães, anunciou no último sábado que as liberações emergenciais do FGTS começarão no dia 29 de junho. Essa data é para o crédito em conta do trabalhador nascido em janeiro. O saque em



PAULA FROES/GOVBA

analisa Leão.

O governo estadual prevê que 53,5 mil empregos são gerados pelos 38 novos parques em construção e nos 86 que estão para iniciar suas construções. Juntos, esses novos complexos devem injetar R\$ 13,1 bilhões em investimentos no território baiano.

Além do setor eólico, o governo estadual comemora

os números também da energia solar fotovoltaica. A Bahia possui 29 parques em operação, em sete municípios, com 777 Megawatts (MW) de capacidade instalada e 3 milhões de módulos fotovoltaicos. De acordo com a SDE, o segmento terá 23 novos parques instalados, que devem investir R\$ 4 bilhões e podem gerar mais de 12 mil empregos.

Guanambi em uma das principais cidades baianas em termos de produção de energia eólica

espécie ou transferências, também dos aniversariantes de janeiro, estão liberados a partir de 25 de julho.

Terão direito aos saques os trabalhadores que tenham contas ativas (do emprego atual) ou inativas (de empregos anteriores) do FGTS. Cada trabalhador poderá sa-

car até R\$ 1.045.

Essa nova liberação do saque do FGTS se deu em razão da pandemia do coronavírus, que afetou as atividades econômicas e a renda dos trabalhadores. As liberações serão feitas gradualmente até novembro, para evitar aglomeração nas agências.

Financiamentos em tempos de quarentena

Carteira Correio Pedidos de renegociação de dívida crescem 60% na Bahia no período da pandemia

Priscila Natividade

REPORTER

priscila.oliveira@redebahia.com.br



Cartão de crédito, cheque especial, crédito pessoal, consignado e financiamento de carros e imóveis. É muita dívida para pouco dinheiro. Segundo um levantamento feito com exclusividade para o CORREIO, pela plataforma de recuperação de crédito QuiteJá, na Bahia, o crescimento de demanda de negociação de dívidas cresceu 60% nos meses de abril e maio, quase o dobro da média nacional durante a pandemia, que ficou em 35%.

“As ofertas que aparecem agora, tanto dos bancos, quanto dos varejistas, basicamente são para postergar a sua dívida para dois ou três meses à frente, dependendo do credor, ou a possibilidade de liquidação antecipada com desconto mais agressivo, ou o parcelamento sem juros. A visão que temos é como se fosse uma espécie de ‘Black Friday’ para negociação”, compara o diretor-executivo da QuiteJá, Luiz Henrique Garcia.

O caminho é não esperar o boleto vencer ou esperar que

Tem que se aproximar do seu credor de banco, seu gerente de relacionamento, onde a pessoa pode consultar suas dívidas, fazer a sua oferta ou aceitar as que são disponibilizadas no sistema **Luiz Henrique Garcia**

Diretor-executivo da QuiteJá

É muito importante que haja transparência de ambas partes. Assim, o cliente deve procurar o gerente responsável pela operação financeira e contextualizar a sua situação **Raimundo Sousa Filho**

Economista e professor da UniRuy



Luiz Henrique Garcia, da QuiteJá



Raimundo Sousa Filho, da UniRuy

o credor chegue para cobrar. “Tem que se aproximar do seu credor de banco, seu gerente de relacionamento, onde a pessoa pode consultar suas dívidas, fazer a sua oferta ou aceitar as que são disponibilizadas no sistema”, diz. O conselho é explicar a realidade financeira”, aconselha.

O setor bancário renegociou no período de 1 de março a 22 de maio, 9,7 milhões de contratos com a oferta de acordos de carência entre 60 a 180 dias para pagar as prestações, segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). A entidade informou que não possui estes dados regionais e os bancos do Brasil, Caixa, Santander, Itaú e Bradesco, não disponibilizaram.

O microempresário Vinícius Nóbrega é um dos clientes que precisaram renegociar o financiamento que tinha contratado para expandir o seu pequeno negócio, uma agência de viagens. “Tivemos que remarcar viagens, fazer reembolsos e isso descontrolou todo o financeiro da empresa, além disso, seguimos na incerteza de quando vamos poder voltar às atividades, o que interfere bastante nas nossas finanças”.

Depois tentar a negociação pelo site e não conseguir, Vinícius teve que ir quatro vezes até uma agência da Caixa e enfrentar as grandes filas que se formaram no banco, por conta do pagamento do auxílio emergencial. O esforço valeu uma carência de nove meses e também a redução do valor das parcelas do financiamento de R\$ 13,5 mil. “Isso vai aliviar muito nesse momento para que a gente possa se reorganizar”, diz.

NA BASE DA INSISTÊNCIA

O economista e professor da UniRuy, Raimundo Sousa Filho, acredita que o fator principal a ser analisado deve ser a taxa de juros, pois isso vai impactar diretamente no custo final do contrato e no valor das prestações. Além disso, ele pede atenção em relação ao prazo de pagamento.

Esse é justamente o ponto que impediu a professora Maise Balbino de fazer a renegociação de um empréstimo que tem com o banco. “Isso tem me trazido muitos transtornos”, conta.

O conselho para Maise é seguir tentando um acordo, como analisa o economista: “É muito importante que haja transparência de ambas partes. Assim, o cliente deve procurar o gerente responsável pela operação financeira e contextualizar a sua situação, informando a sua real necessidade de renegociar a dívida existente e as suas condições atuais, para poder assumir um novo contrato”.

Não vá além do que pode pagar. “O objetivo é conseguir condições mais favoráveis de pagamento, tendo em vista que, com a redução da taxa básica de juros da economia (Selic), para o seu menor patamar histórico, as taxas de mercado também, consequentemente, se reduzem. Insista por melhores condições”, recomenda o economista.



DICA DA SEMANA: O QUE FAZER NA HORA DE NEGOCIAR

Carro O primeiro passo é verificar se o contrato de financiamento prevê alguma possibilidade de renegociação e, caso sim, buscar um desconto sobre os juros das parcelas a vencer.

Consórcio Nesse caso é necessário procurar a administradora e propor uma renegociação da dívida ou ainda pode-se tentar uma troca por um bem de menor valor e,

assim, reduzir proporcionalmente o custo das prestações.

Imóvel Existem várias possibilidades de renegociação de financiamento imobiliário, a começar pela mudança de data para o pagamento das prestações e a alteração do prazo de financiamento. Também pode ser feita a renegociação de prestações já vencidas junto à instituição credora, desde que o contrato vigente não seja para o prazo máximo permitido, assim como a portabilidade do contrato para outra instituição financeira, com melhores condições.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 13 e 14/06/2020	Página:

Correio*

24H ECONOMIA

Dólar dispara e volta a fechar acima de R\$ 5; Bolsa tem queda de 2%

MERCADO O dólar comercial emendou nessa sexta-feira (12) a terceira alta seguida, de 2,14%, e voltou a fechar acima de R\$ 5 pela primeira vez desde a quinta-feira da semana passada, cotado a R\$ 5,045 na venda. É a maior valorização percentual diária desde 7 de maio (+2,39%). Na semana, a moeda avançou 1,16%, após três quedas semanais seguidas. No ano, o dólar acumula alta de 25,73%.

O Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores brasileira, caiu 2%, a 92.774,69 pontos. Foi a terceira sessão seguida de recuo. Com o resultado, o índice acumulou queda de 1,97% na semana, após três altas sema-

O real liderou com folga as perdas entre as principais moedas na sessão sexta-feira

nais. No ano, a Bolsa tem queda de 19,78%.

O real liderou com folga as perdas entre as principais moedas na sessão dessa sexta, em ajuste depois de, feriado no Brasil na véspera, os mercados financeiros globais serem golpeados por uma onda de aversão a risco por temores de ressurgência de casos de covid-19 e pela avaliação sombria do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), emitida na quarta-feira (10). Nessa sexta-feira o Fed afirmou ver "fragilidades persistentes" para famílias e empresas e esperar forte queda do PIB norte-americano neste trimestre.

"O Fed deu um choque de realidade nos mercados", disse Fernando Bergallo, sócio da FB Capital. "Não foi nada que os mercados não soubessem, mas as avaliações ganharam outro peso por saírem 'da boca' do Fed", completou.

Para Gustavo Rangel, economista-chefe para a América Latina do ING, o real até pode estender "um pouco" a recente valorização, mas será difícil para a moeda operar abaixo de 4,50 por dólar, conforme a "profunda" recessão mantém riscos fiscais "elevados" no segundo semestre de 2020.

O que ainda joga a favor de apreciação extra para o real, segundo Rangel, é a expectativa em torno da política monetária. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne nos próximos dias 16 e 17 de junho para decidir sobre o rumo da taxa básica de juros, a Selic. A estimativa do mercado com base em indicações do próprio BC é de novo corte de 0,75 ponto percentual na taxa Selic, para mínima recorde de 2,25% ao ano. Há quem veja no mercado Selic abaixo de 2% até o fim do ano.

Auxílio Emergencial: mais 4,9 milhões recebem a primeira parcela

BENEFÍCIO A Caixa Econômica Federal (CEF) passará a pagar na próxima terça-feira (16) os beneficiários de mais um lote da primeira parcela do Auxílio Emergencial. O Ministério da Cidadania informou nessa sexta-feira (12) que os pagamentos de 4,9 milhões de novos aprovados para receber o benefí-

cio serão realizados nos dias 16 e 17 de junho.

O valor total do repasse será de R\$ 3,1 bilhões. No dia 16, recebem os aniversariantes de janeiro a junho. No dia 17, de julho a dezembro. O ministério afirma que concluiu a análise de 8,9 milhões de pedidos, realizados entre 1º e 26 de maio.

A Caixa libera neste sábado (13) as transferências e os saques em dinheiro da segunda parcela do Auxílio Emergencial depositada em poupanças sociais digitais do banco para os 2,5 milhões de beneficiários nascidos em dezembro. A Caixa vai abrir 680 agências para atender aos beneficiários do Auxílio Emergencial, das

8h às 12h. Confira a relação das que vão abrir no endereço: www.caixa.gov.br/agenaciasabado.

Com a liberação deste sábado, a Caixa conclui os pagamentos da segunda parcela do Auxílio Emergencial para os trabalhadores que receberam a primeira parcela até 30 de abril.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 13 e 14/06/2020	Página:

Correio*

MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



É CRIMINOSA A FALA DE BOLSONARO DE INCITAR A INVASÃO DE HOSPITAIS

O louco que nos governa

O país já está anestesiado pelas atrocidades diárias do presidente da República. Ainda assim tomou um susto com a criminosa atitude de estimular pessoas à invasão de hospitais. Isso é crime contra a saúde pública, é perturbação da ordem e incitação à prática de ilícitos. Coloca em risco pacientes, médicos e a população. Os seguidores do presidente podem seguir a proposta e executar tal desatino. Ele avisou que encaminhará os vídeos que receber à Polícia Federal. Se o fizer, será denúncia caluniosa. O negacionismo de Bolsonaro levou-o à loucura. Um louco nos governa.

Vamos olhar as leis. O código penal estabelece o crime de pôr em perigo a saúde de outrem (artigo 132), violação de domi-

cílio (150), infração de medida sanitária (268), incitação ao crime (286). Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de utilidade pública (265). Na lei de abuso de autoridade, o artigo 22 estabelece que é crime "invadir ou entrar astuciosamente ou à revelia da vontade do ocupante, imóvel alheio", no artigo 25, obter provas, em procedimento de investigação ou fiscalização, de forma ilícita. Essa lei prevê o ato de cometer crime por meio de terceiros. Na lei das contravenções penais, artigo 42: "perturbar alguém, o trabalho, ou o sossego alheios, com gritaria ou algazarra".

Para entrar em um hospital, em qualquer momento, é preciso apresentar documentos, passar pela segurança, saber

se a pessoa pode receber visita, lavar as mãos, passar álcool gel, respeitar as restrições. Num pandemia, todos esses cuidados aumentam. Se é crime invadir um hospital em períodos normais, imagine no meio de uma pandemia. Os governadores do Nordeste em carta o chamaram de inconsequente.

A proposta é um desrespeito aos pacientes, invasão de privacidade desses doentes, ameaça aos médicos e enfermeiros e coloca em risco a própria pessoa que o fizer, porque ela pode contrair o vírus e ser um vetor de contágio. O presidente está levando pessoas à morte com uma fala como essa.

Confesso que num primeiro momento não acreditei. Dei ao presidente Bolsonaro o benefício da dúvida. Infelizmente era

verdade. O crime é agravado por ele ser o presidente da República. Ele acha que assim serão desmascarados os governadores e prefeitos, que, no seu delírio persecutório, estariam mentindo sobre os números de mortes e infectados e a respeito da sobrecarga do SUS, para ter ganhos políticos.

Bolsonaro repetiu a afirmação de que ninguém no Brasil morreu por falta de leitos ou respiradores. Está convencido de que há uma conspiração entre imprensa, governadores, Organização Mundial da Saúde (OMS), os que ele acha que são seus inimigos. Todos estariam inventando mortos. Indício claro de transtorno psíquico.

Bolsonaro voltou a atacar o "penúltimo", que é como ele chama o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, dizendo que o número está alto agora porque Mandetta havia "dado uma inflada". Vamos desenhar para o primeiro mandatário: quando ele foi demitido, em 16 de abril, os números oficiais eram de 1.933 mortos e de 30.449 contagiados, de acordo com o Ministério da Saúde. Ontem, estávamos com mais de 41 mil mortos e mais de 800 mil infectados. O aumento desde então

foi de 20 vezes. Mesmo que todos os óbitos registrados no período do ex-ministro fossem apagados, ainda assim o país teria 39 mil mortes. Aliás, desde que o general Pazuello assumiu, as vítimas fatais pularam de 14.817 para 41.828.

Na frente desta guerra pela vida estão médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, todo o pessoal de apoio. Eles trabalham duro, diariamente, longe muitas vezes das suas famílias, com risco de contaminação, em cargas horárias pesadas, com equipamento de proteção desconfortável e insuficiente, vendo a falta de remédios, passando por momentos de estresse. Inúmeros integrantes das equipes médicas dos hospitais públicos já morreram de Covid-19. Como vítimas desta tragédia, estão os doentes, tentando se recuperar nos hospitais, ou sofrendo numa UTI entre a vida e a morte. Seus parentes estão aflitos à espera de notícias. A todos eles, médicos, pacientes, familiares, o presidente Jair Bolsonaro desrespeitou com essa imperdoável atitude de convocar seus seguidores para invadir hospitais. Que pessoa sã faria isso?

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 13 e 14/06/2020	Página:

Correio*

Governadores do Nordeste reagem a pedido de Jair Bolsonaro

INVASÃO A HOSPITAIS Governadores de estados do Nordeste reagiram ao pedido do presidente Jair Bolsonaro a apoiadores para que invadam hospitais públicos para filmar leitos vazios e provar que os números sobre mortes e casos são falsos. O presidente pediu que as imagens sejam enviadas à Polícia Federal, que recentemente fez operações contra os governadores do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, e do Pará, Helder Barbalho, acusados de chefiar esquemas de compra superfaturada de respiradores para atender infectados pela covid-19.

O pedido foi feito por Bolsonaro em rede social na noite da quinta (11/6). Na tarde da sexta, um grupo de 6 pessoas invadiu e destruiu equipamentos em uma ala restrita do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, em Acari, na Zona Norte do Rio. A unidade é uma das referências na cidade no combate ao Coronavírus.

No documento, os governadores dizem que Bolsonaro segue o “mesmo método inconsequente que o levou a incentivar aglomerações por todo o país, contrariando orientações científicas, bem como a estimular agressões contra jornalistas, violando a liberdade de imprensa”.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 13 e 14/06/2020	Página:

Correio*

ALÔ ALÔ

POR RAFAEL FREITAS



COM PANDEMIA, TURISMO DA BAHIA TEM MAIOR PREJUÍZO DO NORDESTE

Um estudo realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que a Bahia teve o maior prejuízo do Nordeste e o quinto maior do país na área do turismo. Segundo o levantamento, o estado teve perdas em torno de R\$ 4,07 bilhões entre os meses de março e maio deste ano, período em que o Brasil enfrentava o avanço da pandemia do novo coronavírus.

Em todo o país, o prejuízo foi de quase R\$ 90 bilhões. São Paulo (R\$ 31,77 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 12,48 bilhões), principais focos do coronavírus no Brasil, concentram mais da metade do prejuízo nacional registrado pelo setor. Em seguida estão Minas Gerais, com R\$ 7,09 bilhões, e Rio Grande do Sul, com R\$ 4,79 bilhões.

No Nordeste, atrás da Bahia estão Pernambuco (R\$ 2,52 bilhões) e Ceará (R\$ 1,88 bilhão).

Com base na queda de receitas do turismo, a CNC estima que 727,8 mil postos de trabalho podem ser eliminados no setor até o fim de junho.

TEM MAIS

Segundo o presidente da CNC, José Roberto Tadros, ainda não é possível prever uma mudança significativa na atual tendência de perdas do segmento. “As ações já adotadas pelo governo federal, na forma de medidas provisórias voltadas para a preservação do emprego, permitem reduzir o impacto decorrente da queda expressiva do nível de atividade do setor”, ressalta Tadros.

Contudo, ele afirma que mais medidas serão necessárias. “Mas a extensão das perdas e dos danos no setor causados pela crise histórica que estamos vivendo vai exigir medidas adicionais para a preservação das empresas e dos empregos”, finaliza.



ENTRE/ SEMIÁRIDO

www.correio24horas.com.br

MANUELA CAVADAS/ARQUIVO PRÓ-SEMIÁRIDO



O SERTÃO É FEMININO

Depois de uma longa seca, mulheres apoiadas pelo projeto Pró-Semiárido reinventam o Sertão durante a pandemia de covid-19 com criatividade e solidariedade

Agricultora cuida de plantação de coentro em território coberto pelo Pró-Semiárido, considerado pela ONU o melhor projeto do mundo

SORA MAIA



Em uma das oito casas sem reboco da Lagoa do Boi, área rural de Várzea do Curral, distrito de Queimadas, oito mulheres vendem hortaliças plantadas por elas e vizinhos. A venda passou a ser a única alternativa, durante a pandemia da covid-19 e a proibição de algumas feiras livres, de movimentar a economia local. Nem bem atravessaram a maior seca do século, veio um novo abalo. As mulheres têm tido destaque na empreitada de, outra vez, erguer o Sertão.

A Lagoa do Boi tem 40 moradores, distribuídos em oito casas. O local faz parte das 32 cidades com os menores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para considerar a qualidade de vida a partir das variáveis de renda, educação e saúde - da Bahia. Abaixo de 0,5, o IDH é baixo. Entre 0,5 e 0,79, é médio; de 0,8 a 0,89, alto; e, acima disso, muito alto.

Os municípios integram, gradativamente, desde 2014, o Projeto Pró-Semiárido, subsidiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), da Organização das Nações Unidas (ONU), em uma parceria com o Governo do Estado - o investimento é de, aproximadamente, R\$ 350 milhões. Esses locais recebem apoio financeiro, técnico e social. Já são 62 mil famílias impactadas - a meta são 70 mil.

"A perspectiva é que superada a crise hídrica, e agora de saúde, o sertão supere também a recessão econômica esperada. O semiárido sempre transitou de uma crise para outra. Agora, com novas perspectivas", avalia Hardi Vieira, oficial de Programas do Fida. Foram 1.450 cisternas construídas em 26 das 32 cidades para garantir que a água chegue à população.

O Pró-Semiárido foi consi-

MUNICÍPIOS

ANDORINHA

ANTÔNIO GONÇALVES

CAÉM

CALDEIRÃO GRANDE

CAMPO ALEGRE DE LOURDES

CAMPO FORMOSO

CAPIM GROSSO

CASA NOVA

CURACÁ

FILADÉLFIA

ITIÚBA

JACOBINA

JAGUARARI

JUAZEIRO

MIGUEL CALMON

MIRANGABA

OUROLÂNDIA

PILÃO ARCADEO

PINDOBAÇU

PONTO NOVO

QUEIMADAS

QUIXABEIRA

REMANSO

SAÚDE

SENHOR DO BONFIM

SENTO SÉ

SERROLÂNDIA

SOBRADINHO

UAUÁ

UMBURANAS

VÁRZEA DO POÇO

VÁRZEA NOVA

derado, em janeiro, entre 231 projetos do Fida, o melhor do mundo. A iniciativa dá protagonismo a jovens líderes, mulheres e quilombolas, e apoia o pequeno produtor.

O Fida investiu R\$ 217 milhões para compra de alimentos e outros insumos para apoiar territórios nos 11 estados onde tem projetos, durante a pandemia. Veio em boa hora.


Fernanda Santana

texto

fernanda.santana@redabahia.com.br

Desde abril, 54% dos 2.271 agricultores baianos ouvidos afirmaram que a renda diminuiu até R\$ 100 por semana.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda mensal dos 278 municípios da fiação baiana do Sertão era de R\$ 268 mensais, em 2010 – ou seja, quatro vezes menos que um salário mínimo, R\$ 1.045. Desde a chegada do Pró-Semiário, 70% das pessoas dizem que a renda está maior em até 30%.

TODAS POR TODOS

Em Lagoa do Boi, não há casos notificados de coronavírus, mas na vizinha Queimadas, a 12 quilômetros de distância, são 21. Mas, era questão de tempo, se continuassem dependente de outras regiões. As mulheres abriram, então, um Hortifruti, batizado de "Prosperando", onde os moradores podem vender seus produtos e abastecer a comunidade sem se expor em viagens. Os produtos são vendidos somente entre os nativos.

Elas já recebiam suporte do Pró-Semiário e comercializavam merenda escolar e sequilhos. Cada território dos 32 municípios recebe assistência contínua. São mais de 300 técnicos na Bahia. "Pensamos: 'Agora vai fazer como?'", lembra Joelma Silva, 44 anos, uma das idealizadoras da venda.

Os vizinhos e elas próprias passaram a retirar das roças as frutas e verduras que seriam perdidas, fora o consumo próprio. Todos são remunerados semanalmente, conforme os lucros. Cada venda é embalada em uma sacola de pano costurada por outra integrante do grupo. Quem não pode pagar pelos R\$ 15 da bolsa, leva emprestada. Dona Maria Helena Santos Silva, 65, é a costureira e uma das sócias. Na comunidade, vestiu até noivas.

Agora, costura máscaras para proteção contra o coronavírus. A unidade custa R\$ 3. De uma em uma, veio o incremento na renda dela que trabalha desde a infância. Os 11 irmãos a acompanhavam. "Dá orgulho. Todo mundo vem aqui me procurar e também ajuda a mim e meu marido", conta.

QUESTÃO DE GÊNERO

As mulheres sertanejas, sempre coube um papel duplo: o de labuta na terra e o de afazeres domésticos. O patriarcado tradicionalmente tenta ofuscar o primeiro na sombra do segundo. "O que a gente vê é que essas mulheres têm um papel importantíssimo, não só secundário. As mulheres cuidaram de casa e ainda precisavam cuidar da terra", diz Elizabeth Siqueira, assessora de gênero do Pró-Semiário.

O projeto estimula discussões sobre gênero, feminismo e oferece cursos para as mulheres. Na pandemia, Elizabeth acredita que a solidariedade tenha aflorado ainda mais. "Essas mulheres têm se for-


62 MIL
famílias baianas são impactadas pelo Projeto Pró-Semiário
51%
das lideranças nas áreas rurais são jovens mulheres
1.450
cisternas foram construídas para garantir que a água chegasse aos territórios atendidos
70%
das famílias impactadas afirma que a renda está maior depois da chegada do Projeto
350 MI
de reais estão sendo investidos nos 32 municípios contemplados pelo Pró-Semiário na Bahia

talecido fazendo isso. Quando uma mulher faz, todas se fortalecem", completa.

Na comunidade quilombola de Malhadinha de Dentro, distrito de Jacobina, Adelânia Ferreira, 24, agricultora e agente comunitária rural (ACR), começou a bater de porta em porta para pedir doação de alimentos. No local, moram 118 famílias. O território é apoiado pelo Pró-Semiário, mas, com o avanço da pandemia e proibição de algumas feiras livres, frutas e verduras não tinham onde ser vendidas. "Vi que tinha que fazer alguma coisa", revela.

Um dia, quando terminava as doações, entrou na casa de uma vizinha, que tem dois filhos e um marido que não pode trabalhar por problemas de saúde. O caçula chorou ao ver os quilos de alimentos doados. A mãe se emocionou. "Uma mulher trabalhando na comunidade fortalece as outras", opina. Antes dos primeiros encontros com mulheres, incentivados pelo Pró-Semiário, ela, como a maioria das amigas, convivia com o machismo do marido dentro de casa.

O projeto remunera os ACR's, como ela, em um salário mínimo. Dos 86 agentes, 44 são mulheres – 51%. Hoje, Adelânia não pensa duas vezes para responder: "Com certeza sou feminista". A renda dela é fundamental para manter a família – marido, três filhos e dois enteados.

LUCRANDO E DOANDO

Em Salina, área rural do distrito de Malhada da Areia, em Juazeiro, a distância de uma casa para outra chega a seis quilômetros. O isolamento social, de certa forma, já era uma realidade. Mas, como precisam sair da região para ter acesso, por exemplo, a serviços de saúde, os moradores começaram a se expor ao vírus.

Um grupo de seis costureiras passou a costurar e distribuir máscaras para os vizinhos. Elas já faziam parte do grupo de 120 pessoas beneficiadas pelo projeto naquela área. As máquinas e outros equipamentos foram fornecidos pelo Fida. Hoje, cada uma delas trabalha de casa.

"Tá tudo diferente, mas precisamos fazer algo pra ajudar", comenta Monique Maiara Silva, 32, agricultora e artesã que viu a vida mudar. Ganha um salário mínimo por mês e, aos poucos, se transformou na principal provedora da casa onde mora com o pai e a filha. As mulheres foram selecionadas em um edital do Governo da Bahia para produzir máscaras que serão doadas.

Tudo que é produzido pelas mulheres atendidas pelo Pró-Semiário é anotado na chamada caderneta agroecológica, que monitora a produção de mulheres e estimula a igualdade de gênero. As mulheres escrevem e monetizam o que colhem, vendem e em-



ADELÂNIA FERREIRA, 24 ANOS

AGRICULTORA E AGENTE COMUNITÁRIA RURAL, CRIOU CAMPANHA DE DOAÇÃO DE ALIMENTOS DURANTE PANDEMIA E ACREDITA QUE SEU TRABALHO INCENTIVA OUTRAS MULHERES.

MONIQUE SILVA, 32 ANOS **COSTUREIRA E AGRICULTORA, ELA É RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DA FAMÍLIA E, JUNTO A SEIS MULHERES, COSTURA MÁSCARAS DE PROTEÇÃO PARA MORADORES DA COMUNIDADE ONDE VIVE.**

JOELMA SILVA, 44 ANOS **AGRICULTORA QUE PARTICIPA DE PROJETO QUE VENDIA MERENDAS E SEQUILHOS É UMA DAS IDEALIZADORAS DO HORTIFRUTI QUE MOVIMENTA ECONOMIA NA PANDEMIA EM LAGOA DO BOI.**

HELENA SANTOS SILVA, 65 ANOS **NA INFÂNCIA, ELA COMEÇOU A TRABALHAR NA ROÇA E, POUCO DEPOIS, APRENDEU A COSTURAR. COM A QUEDA NAS ENCOMENDAS, PASSOU A VENDER MÁSCARAS PARA OS VIZINHOS.**

PATRICIA VIEIRA, 42, E REGINA VIEIRA, 22 **MÃE E FILHA SÃO RESPONSÁVEIS POR BOA PARTE DO SUSTENTO DA FAMÍLIA, FORMADA POR 13 PESSOAS. NA PANDEMIA, CRIARAM UM DELIVERY DOS BEIJUS QUE VENDIAM NAS FEIRAS.**

Essas mulheres têm papel importantíssimo, Elizabeth Siqueira

Assessora de gênero do Pró-Semiário

Sou feminista Adelânia Ferreira, 24
Agricultora encara machismo e ajuda famílias vizinhas durante pandemia

prestam para ter consciência da sua contribuição para a família e o entorno.

Na comunidade de Canavieira, distrito de Senhor do Bonfim, mãe e filha têm sido responsáveis pelo sustento dos 13 moradores da casa – três deles sem conseguir emprego, mesmo nas roças, durante a pandemia. As duas, Patrícia Vieira, 42, e Regina, 22, vendem beijos e massa de tapioca. A cozinha foi reformada pelo Pró-Semiário.

O lucro, até abril, chegava aos R\$ 500 com as mudanças, para surpresa da família. Agora, elas remanejam o negó-

cio e têm vendido os produtos por delivery – com apoio gráfico de um técnico.

"Tem gente que quando me vê trabalhando, vem falar: 'É macho fêmea'", diz Patrícia. Seu marido, com problema cardíaco, não pode trabalhar. Enquanto alguns vizinhos se atrevem a desdenhar, Patrícia e Regina, como milhares de mulheres sertanejas, promovem uma revolução. As mais velhas enxergam o passado como página virada e as mais novas tentam contar, palavra por palavra, uma nova história – com filhas, mães e avós fora da sombra do machismo.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 13 e 14/06/2020	Página: 06

Tribuna

SAÚDE

Em meio à pandemia, obras de oito policlínicas seguem aceleradas

O secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, inspecionou na manhã da última quarta-feira (10), as obras da policlínica de saúde de Narandiba, em Salvador, e conferiu de perto as intervenções, que já estão 60% concluídas. Mesmo diante de uma epidemia de coronavírus (Covid-19), as obras essenciais da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) que ampliam e descentralizam a assistência à saúde da população seguem em ritmo acelerado. Um exemplo é a cons-

trução de mais oito policlínicas regionais de saúde, com entregas previstas ainda este ano, tendo um investimento superior a R\$ 170 milhões entre obras e equipamentos.

As novas estruturas serão referência para cerca de 2 milhões de baianos e isso sem contar as duas policlínicas de Salvador, que estão sendo erguidas nos bairros de Narandiba e Escada. No interior, as policlínicas em Brumado, Serrinha, Ribeira do Pombal, Itaberaba, São Francisco do Conde e Eunápolis contemplam 82 municípios.

Rui vai a Cajazeiras e faz última vistoria antes da entrega de novas moradias a 36 famílias

Antes da entrega oficial de novas casas a moradores da comunidade Jardim Mangabeiras, em Cajazeiras VIII, o governador Rui Costa foi até o local, na manhã desta sexta-feira (12), para realizar uma última vistoria. Ao todo, 36 famílias que viviam de auxílio aluguel ou em imóveis situados em áreas de risco foram beneficiadas pela iniciativa, que contou com R\$ 35,8 milhões em investimentos. Por conta da pandemia, a ocupação será feita gradualmente, nestes sábado (13) e domingo (14).

Situados às margens da Avenida 29 de Março, os imóveis contam com dois quartos, banheiro, sala, cozinha e área de serviço, como conferiu de perto o governador. "Essas casas fazem parte dessa macro obra da 29 de Março. Amanhã [13] e domingo [14], as 36 famílias já se mudam e passam a ter uma



casa nova, em condições infinitamente melhores ao que eles viviam. É um trabalho social forte", avaliou Rui.

Além da construção das casas, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado (Sedur), por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder), também promoveu melhorias na infraestrutura urbana da

localidade.

O governador finalizou a visita realizando uma vistoria em uma praça que fica do outro lado da avenida. Composto de estruturas como mesas para jogos de tabuleiro, vestiário e campo com grama sintética, o espaço será aberto quando as medidas de isolamento social forem relaxadas.

Tribuna

Crédito urgente!

O Presidente Jair Bolsonaro editou em 1º de junho a Medida Provisória 975, instituindo o "Programa Emergencial de Acesso a Crédito", sob a supervisão do Ministério da Economia. Objetivo: facilitar o acesso a financiamentos pelas empresas de pequeno e de médio porte, diante dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus, para a proteção de empregos e da renda. Ontem, o presidente Rodrigo Maia prometeu votar nesta semana tal MP na Câmara. A ansiedade dos empresários é grande, já que dos bancos cansaram de esperar.



Rodrigo Maia

Óbitos

Para o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, a redução da taxa de crescimento de mortes por coronavírus na Bahia é uma prova de que o sistema de saúde tem conseguido atender a demanda. No Twitter, ele publicou gráficos que atestam o decréscimo. "A redução

da taxa de crescimento de óbitos por Covid-19 na Bahia é uma evidência de que o sistema de saúde está sendo capaz de absorver a demanda. Nossa sociedade, governos, imprensa, empresariado e o povo, estão de parabéns. Juntos com Rui Costa conseguimos esmagar a curva", escreveu.

a conexão ainda mais se da quando me ponho a ouvir xta-feira o Podcast rádio a da CBN. Uma sátira onal realizada desde outros is com uma acidez e ica de dar inveja. Mistura as da ficção e as da reali-

ta vez, em entrevista no ano l a Celso Fioravante na uando tratava da sua

Tribuna

Amendoim e milho verde vão movimentar economia do Ceasa

REDAÇÃO

Os permissionários do Centro de Abastecimento do Estado (Ceasa), às margens da BA 516, estão otimistas em arrecadar R\$ 1,4 milhão na venda de amendoim e R\$ 1,8 milhão comercializando milho verde, nesse período que antecede o dia oficial de São João.

A comercialização exclusiva de produtos típicos, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), deverá render R\$ 3,2 milhões na comercialização de amendoim e milho verde, pois, apenas nos 10 primeiros dias do mês, já foram comercializadas 254 toneladas de milho e 72 toneladas de amendoim. A expectativa é de vender 400 tonela-

das de amendoim e 1,2 mil toneladas de milho até o final do mês.

MELHOR OPÇÃO

"Mesmo vivendo um momento desafiador na economia mundial, esperamos que a Feira de São João potencialize a economia local por todo o período junho. Mesmo com o distanciamento social, os festejos dentro de casa vão acontecer e a população baiana procura por alimentos típicos de boa qualidade e mais em conta, por isso o Ceasa é melhor opção de compra destes itens", destaca o vice-governador João Leão, titular da SDE.

A SDE informa, ainda, que a feira junina ocorre no mesmo horário de funcionamento das feiras cotidianas do Ceasa, mas numa área reservada. Nas segundas, quartas e sextas-feiras, os

portões abrem às 3h para permissionários e funcionários e às 4h para clientes. O fechamento é às 15h. Já nas terças, quintas e sábados, a abertura dos portões é às 5h, para todos, e o encerramento às 13h.

SEGURANÇA

A procura por estes produtos no período junino é enorme e as vendas crescem na semana do São João. Nessa época de pandemia a feira do Ceasa é muito importante, pois ela ajuda a diminuir a aglomeração no mercado, sendo mais específica para esse tipo de cliente. "Nós temos intensificado a fiscalização para o uso de máscara e o distanciamento social. A nossa expectativa, apesar de ter sido antecipado os feriados do São João, é de que a produção e venda desses alimentos aumente ainda mais", afirma a gerência



VENDAS

Permissionários esperam

Operacional.

Por sua vez, a Associação dos Permissionários do Ceasa (Aspec) tem tomado sérias medidas de segurança e reforça que: "Tanto quem trabalha quanto quem compra no centro de abastecimento tem aderido aos atos de prevenção ao coronavírus, como lavar as mãos e usar máscara. O trabalho de conscientização, orientação e prevenção ao coronavírus tem sido positivo e surtido efeito", garante a SDE.

Tribuna

Inadimplência nas contas de luz dos baianos se manteve estável no primeiro trimestre

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

Em todo o ano de 2019, a inadimplência nas faturas das contas de luz dos baianos foi de 1,13%. Agora, somente no primeiro trimestre de 2020, ela já atingiu a 1,15%. Os dados dos meses de Abril, Maio e Junho estão sendo avaliados e só serão divulgados, pela Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia no próximo mês de Julho, com o fechamento do segundo trimestre.

Em todo o país, a inadimplência dos consumidores chegou a 12% nos últimos 30 dias. "Historicamente, a taxa gira em torno dos 3% e já temos contabilizada, para as distribuidoras, uma perda de R\$ 1,8 bilhão. Os números, realmente, são impressionantes", afirmou o Ministério das Minas e Energia. A atual inadimplência atinge diretamente os clientes que estão fora do programa de Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), previsto na Medida Provisória 950/2020 editada pelo Governo Federal em vigor desde o dia 01 de abril até o próximo dia 30 de junho.

BAIXA RENDA

O benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) é direcionado à população de baixa renda com consumo mensal até 220kwh. A inserção automática é realizada depois que a Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia (Coelba), empresa do grupo Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola cruza as informações dos contratos com os dados do CadÚnico, disponibilizados, periodicamente,



mente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Nos quatro estados de atuação das suas distribuidoras, a Neoenergia cadastrou 278 mil famílias – um aumento de 9,3% no número de consumidores que já estavam no Programa. Ao todo, são, aproximadamente, 2,9 milhões de beneficiários da Tarifa Social nas quatro concessionárias – Coelba (Bahia), Celpe (Pernambuco), Cosem (Rio Grande do Norte) e Elektro (interior de São Paulo e Mato Grosso do Sul). Além do cadastro proativo na Tarifa Social, as quatro distribuidoras atenderam a 32.332 solicitações feitas pelos próprios clientes, nos canais digitais de comunicação.

NOVAS TARIFAS

Em abril, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), definiu novas tarifas de energia elétrica a vigorar a partir do dia 22 do mesmo mês para a Bahia. Mas, a

Coelba se antecipou à medida e solicitou que a aplicação das novas tarifas fosse iniciada a partir do próximo 1º de julho. E a proposta foi prontamente aceita. O índice médio do reajuste tarifário anunciado pela Aneel foi de 5,00%. Para a baixa tensão, que inclui os clientes residenciais, o efeito médio será de 4,85%. A variação percebida pelos clientes atendidos em alta tensão, como indústrias e comércio de médio e grande porte, será de 5,38%.

Outra preocupação da Aneel tem sido com a saúde financeira das empresas. Através de recursos oriundos do Tesouro Nacional, a Aneel está destinando R\$ 900 milhões de reais para cobrir os descontos relativos à tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores incluídos na Tarifa Social. A agência proibiu ainda que até o final desse mês de junho não houvesse corte no fornecimento dos que estão inadimplentes.

Tribuna

Novos leitos vão reforçar luta contra a Covid

REDAÇÃO

“A administração municipal vai iniciar um processo forte

de revisitação das localidades que já passaram por medidas restritivas. Isso para evitar situações como a da Avenida Joana Angélica (Centro), que voltou a apresentar cenas preocupantes de aglomeração. Vamos fazer um trabalho mais refinado e fechar apenas aquelas atividades que, realmente, estão descumprindo as medidas de segurança”.

A declaração é do prefeito ACM Neto, em coletiva virtual, ocorrida no último sábado 13, com o balanço das ações municipais de proteção à vida realizadas nos últimos três meses. O chefe do Executivo antecipou que “já há um protocolo bem definido para reabertura dos shoppings e comércio de rua da cidade, mas que deverá ser feito em etapas”. E que não há data para o início dessa retomada, “que depende do cenário do coronavírus na cidade”. Segundo informou “a taxa de ocupação dos leitos de UTI na rede pública de

saúde é de 81% e, dos leitos clínicos, de 72%, sendo que a rede particular apresenta 79% de ocupação”.

ACM Neto falou, ainda, sobre a continuidade do programa Salvador por Todos. “Vamos enviar um novo projeto de lei à Câmara Municipal, prorrogando os benefícios por mais um período”. Entretanto não antecipou os detalhes. O que pretende divulgar em breve.

NOVOS LEITOS

Dentre as principais medidas na área da saúde o prefeito da capital baiana disse que vai “disponibilizar mais 60 leitos, sendo 20 de UTI e 40 clínicos, para casos do novo coronavírus, através da contratualização do Hospital Salvador, situado na Federação. Nessa primeira etapa, o Hospital Salvador terá à disposição dez leitos de UTI e outros 14 clínicos, com previsão de receber pacientes já a partir da próxima semana.

O prefeito também informou que já está sendo equipada a segunda tenda do Hospital de Campanha Wet'n Wild, na Avenida Luis Viana (Paralela).

“A Prefeitura não tem poupado esforços para oferecer novos leitos hospita-

lares, nessa busca incessante da ampliação da rede para evitar colapso no sistema. Se, ao fim deste processo, conseguimos ultrapassar tudo isso tendo condições de dar assistência a todas as pessoas que demandam internamento hospitalar, teremos vencido o coronavírus”, pontuou ACM Neto.

INVESTIMENTOS

Nos últimos três meses (90 dias), a Prefeitura já investiu R\$192 milhões diretamente em medidas de combate à pandemia da Covid-19, com contingenciamento dos gastos, através de renegociação dos contratos e corte de 30% nas gratificações. “A estratégia foi dividida em cinco eixos de atuação: medidas de distanciamento social, fortalecimento do sistema de saúde, ações sociais, higienização e controle sanitário, e ações especiais nos bairros e no transporte público”, explicou ACM Neto. Segundo ele, “o foco definido, desde o primeiro instante, foi o de defesa e proteção à vida. Todos os eixos que foram trabalhados estão conectados a esse foco de preservar a vida, cui-



Foto: Romildo de Jesus

INVESTIMENTO

Na área da saúde, 60 novos leitos serão criados no Hospital Salvador, na Federação

dar da saúde e salvar o maior número possível de pessoas na capital”. O esforço vem dando resultados. “Neste momento, por exemplo, as medidas possibilitaram que a taxa de transmissão da Covid-19 na capital, que chegou a 10%, caísse para atuais 3,9% - mesmo índice da taxa de letalidade da doença em Salvador, que é bastante abaixo de outras capitais do país”, justificou.

Apneia do sono: por que parar de respirar enquanto dorme é perigoso

NEIL STEINBERG
ESPECIAL PARA A BBC FUTURE

Pensei que estivesse morrendo. Durante o dia, eu ficava tão cansado que meus joelhos cambaleavam. Ao dirigir, minha cabeça pesava. Meu rosto denunciava sem

gênio no sangue. É por isso que você se mexe ofegante, tentando respirar. Isso pode acontecer centenas de vezes por noite, e os danos são muitos e graves.

A apneia coloca pressão sobre o coração, uma vez que leva o órgão a bombear

FORTEALECIMENTO

Para garantir o máximo de atendimento aos casos mais graves de Covid-19 na cidade, foram promovidas diversas ações para fortalecer o sistema de saúde. Uma delas foi a ampliação do número de novos leitos próprios ou contratualizados: atualmente, 161 vagas de UTI e 163 leitos clínicos já estão em funcionamento. Outros 89 leitos de UTI e 132 clínicos estão em fase de implantação, chegando as-

sim ao total de 545 vagas apenas para atender a pacientes com o novo coronavírus.

Também foram implantados três hospitais específicos para tratamento da Covid-19, sendo dois em estruturas adaptadas no Itaigara Memorial, no Caminho das Arvores, e no Hospital Sagrada Família, em Monte Serrat. Do zero, foi construído o Hospital de Campanha Wet'n Wild, na

Paralela, cuja segunda tenda já está em fase de instalação de equipamento, assim como a entrada no Hospital Salvador no sistema. Houve também reforço na equipe de pessoal especializado, com a contratação de 1.872 profissionais de saúde.

A área da saúde contou, ainda, com ações complementares, a exemplo da entrega de nove Unidades de Saúde da Família (USFs),

instalação de seis gripários - dois já em funcionamento na UPA Vale dos Barris e na Ilha de Bom Jesus dos Passos, e três salas para estabilização de pacientes graves nas USFs Ilha de Maré, Bom Jesus dos Passos e Paramana. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ganhou 20 novas ambulâncias, ampliando assim a rápida assistência nesse período de pandemia.

ACÇÕES SOCIAIS

Para dar apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade social que foram duramente afetadas neste período de pandemia, foi criado o programa Salvador por Todos. Com investimento de R\$20,8 milhões, cerca de 37 mil pessoas do comércio informal e autônomos foram beneficiadas com o valor de R\$270 cada - equivalente a duas cestas básicas e um botijão de gás.

Mais de 163 mil cestas básicas estão sendo distribuídas por mês aos alunos da rede municipal e conveniada de ensino, e do Programa Pê na Escola. Outras 38 mil cestas básicas também são destinadas por mês para pessoas carentes, mães de crianças com microcefalia e outras deficiências, crianças abrigadas e autônomos, dentre outros. Cerca de três milhões de máscaras

faciais foram entregues à população em locais como bairros com atividades restritas, em comunidades carentes e nas estações de transbordo, assim como aos ambulantes.

A rede física de apoio foi reforçada com a entrega dos novos Centro de Referência e Assistência Social de Itapagipe, no Bonfim, e Restaurante Popular de Pau da Lima. Para as pessoas em situação de

rua, público dentre os mais vulneráveis ao novo coronavírus, foram instaladas nove Unidades de Acolhimento Emergencial, quatro contêineres com chuveiros em pontos de distribuição de alimentos, uma unidade móvel de lavanderia industrial e cinco consultórios de rua, além do novo Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) Djalma Dutra.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 13 e 14/06/2020	Página: 02

Tribuna

Intrigante

No Superior Tribunal de Justiça, para onde foi enviada a investigação relacionada à compra de respiradores pelo Consórcio Nordeste que não foram entregues, o clima é de severas críticas à decisão da juíza Virginia Silveira, da 2ª Vara Criminal Especializada de Salvador do Tribunal de Justiça da Bahia, que, antes de ter enviado para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) o processo, resolveu soltar os empresários e demais investigados presos na Operação Ragnarok, da Polícia Civil. Um ministro contou a um advogado que procurou informações sobre o procedimento em Brasília que o esperado seria que ela tivesse enviado o processo para o STJ, uma vez que há na investigação uma autoridade com prerrogativa de foro, mantendo os investigados pela Polícia Civil da Bahia presos até que o próprio Tribunal decidisse seu destino. Agora, ele disse que não vê alternativa, senão o STJ convocar a Polícia Federal para assumir o caso, o que pode resultar tanto em prisões novas quanto na daqueles que foram libertados.

Líder

Líder do PT na Câmara de Salvador, a vereadora Marta Rodrigues saiu em defesa do governo do Estado em relação à polêmica causada com a compra de respiradores pelo da empresa Hempcare. Segundo a edil, não houve nada de ilegal na antecipação da compra dos aparelhos, uma vez que a lei de licitação permite a operação. "Foi o próprio governo e Consórcio do Nordeste quem denunciaram a fraude com a não entrega dos respiradores e pediu as investigações. O que queremos é que os responsáveis sejam identificados e a verba seja devolvida ao Governo para que os respiradores possam ser obtidos o mais rápido possível para salvar a vida da população", declarou.

LDO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Salvador fará uma reunião online na próxima sexta-feira (19) para a apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com metas e prioridades para o próximo ano. A sessão será presidida pelo vereador Joceval Rodrigues (Cidadania), a partir das 9h. O prazo para apresentação de emendas à LDO 2021, de autoria do Executivo municipal, está aberto e vai até o dia 3 de julho, até às 17h.



Joceval Rodrigues

Respiradores

O deputado estadual Hilton Coelho (PSOL) reivindicou ontem que o governador Rui Costa detalhe cada fato referente aos cerca de R\$ 49 milhões referentes à compra de respiradores junto à empresa HempCare, feita pelo Consórcio Nordeste. "Segundo dados divulgados pela imprensa, a aquisição dos equipamentos foi paga a vista e não entregue. Queremos saber quem são os responsáveis e a punição exemplar de pessoas que diante de tantas mortes e desespero geradas pela pandemia conseguem praticar um crime contra a saúde e os recursos públicos", cobrou o legislador.

Tribuna

Petistas saem em defesa de Rui Costa após compra de respiradores

HENRIQUEBRINCO
REPÓRTER

A polêmica envolvendo a compra mal-sucedida de 300 respiradores para Consórcio Nordeste virou pauta principal no noticiário de política na Bahia. Ontem, diversos petistas saíram em defesa do governador Rui Costa (PT). O caso culminou na exoneração do ex-secretário da Casa Civil da Bahia, Bruno Dauster. Ele foi citado pela dona da Hemptcare, Cristiana Prestes, investigada pela Operação Ragnarok, deflagrada pela Polícia Civil da Bahia.

Para o líder de governo na Assembleia Legislativa da Bahia, Rosemberg Pinto

(PT), o gestor baiano foi "enganado". "O governador Rui Costa foi enganado nessa questão. Tomou todas as medidas jurídicas cabíveis. Agora é aguardar a decisão da Justiça. Infelizmente, houve uma politização desse tema. Transfere foro para a justiça federal, quando não tem dinheiro federal aqui. O governador tomou todas as medidas. Agora é aguardar", declarou o parlamentar para a **Tribuna**.

Líder do PT na Câmara de Salvador, a vereadora Marta Rodrigues, acredita "não houve nada de ilegal na antecipação da compra dos aparelhos, uma vez que a lei de licitação permite a operação". "Foi o próprio governo e Consórcio do Nordeste quem denunciaram a fraude com a não entrega dos res-

piradores e pediu as investigações. O que queremos é que os responsáveis sejam identificados e a verba seja devolvida ao Governo para que os respiradores possam ser obtidos o mais rápido possível para salvaguardar a vida da população", declarou.

Ainda conforme a vereadora, a antecipação do valor dos aparelhos, assim como ocorreu na Bahia também foi feita por vários estados, justamente para assegurá-los. "Independentemente de quantas investigações vão ter e de quem vai participar, como bem disse o governador, o que precisamos garantir é a devolução do recurso público com urgência. Qualquer declaração fora dessa lógica é pura política-gem, o que não tem o me-



PARA o líder de governo na Assembleia Legislativa da Bahia, Rosemberg Pinto (PT), Rui Costa foi enganado

norcamento no difícil momento em que estamos enfrentando no Brasil e na Bahia", acrescentou.

PGE SE PRONUNCIA - A Procuradoria Geral do Estado da Bahia se posicionou a respeito da malfadada compra de 350 respiradores pelo Consórcio Nordeste. No que se refere ao processo administrativo para contratação direta da empresa Hemptcare, a PGE alega que o mesmo "foi instaurado e instruído com todas as for-

malidades necessárias: descrição do que seria o contrato (termo de referência), documentação de existência e regularidade fiscal da empresa, proposta, manifestação técnica acerca da necessidade de contratação dos ventiladores pulmonares e da adequação do valor ao quanto praticado no mercado, e minuta contratual".

"A Procuradoria explica ainda que a contratação direta, sem licitação, mostra-se possível em situações emergenciais, que foi o caso

(pandemia da COVID-19), e que o pagamento antecipado, de natureza excepcional, também se mostra legal quando necessário. A análise da contratação foi realizada de maneira técnica e consoante a legislação vigente pela procuradora Aline Azevedo Nunes, e revisada e acolhida pela procuradora chefe da Procuradoria Administrativa, Bárbara Camardelli. O parecer trouxe, ainda, a necessidade de se estabelecer a garantia de execução do contrato, dado o valor vultoso e a condição do pagamento antecipado. A partir da emissão do parecer, como ocorre em qualquer outra contratação, a Procuradoria Geral do Estado não mais participa", declarou, em nota.

Ainda de acordo com a nota, o processo retornou à PGE com a notícia da não entrega dos bens, quando foram indicadas à Administração Pública as medidas cabíveis: notícia crime, rescisão do contrato, instauração de sindicância interna para apuração administrativa. "A Procuradoria Geral do Estado da Bahia informa que toda a sua participação no processo se encontra documentada e disponível, em observância aos princípios da publicidade e transparência", finaliza a procuradoria.

Tribuna

Pandemia pode jogar até 14 mi de brasileiros na pobreza, diz estudo

BBC NEWS

Aturbulência econômica causada pela pandemia do novo coronavírus pode jogar até 14,4 milhões de brasileiros na pobreza, segundo um novo estudo conduzido por pesquisadores da Inglaterra e Austrália junto com o Instituto Mundial das Nações Unidas para a Pesquisa Econômica do Desenvolvimento (UNU-WIDER).

A estimativa se refere ao número de pessoas que passariam a viver com menos de US\$ 5,50 (R\$ 27,40) por dia, um dos parâmetros de pobreza definidos pelo Banco Mundial - os outros dois são US\$ 3,20 e US\$ 1,90 (pobreza extrema) - no pior cenário possível, de queda de 20% de renda ou consumo.

No mundo, seriam 527,2 milhões de novos pobres nessa mesma base de comparação.

Pesquisadores da Universidade King's College London e da Universidade Nacional da Austrália, responsáveis pelo estudo, ava-

liaram três cenários possíveis da recessão causada pela pandemia de covid-19 - queda de 5%, 10% e 20% de renda ou consumo.

Considerando o limiar de US\$ 1,90 por dia (pobreza extrema), o número de novos pobres brasileiros poderia aumentar de 700 mil (5%) a 1,5 milhão (10%) e 3,3 milhões (20%).

Ao redor do mundo, o número de pessoas vivendo na pobreza extrema passaria de 727,3 milhões atualmente para 1,1 bilhão, na pior das hipóteses (20%).

Segundo os pesquisadores, caso se confirme, esse cenário indicaria uma "reversão de sete a dez anos de progresso na luta contra a redução da pobreza, dependendo da contração, e o primeiro aumento absoluto de pessoas vivendo em extrema pobreza desde 1999".

Já no patamar de US\$ 3,20 por dia, considerado o índice de pobreza para países de renda média baixa, o número de novos pobres brasileiros poderia aumentar de 1,4 milhão (5%) a 3 milhões (10%) e 6,9 milhões (20%).

Por fim, se considerado o parâmetro de US\$ 5,50 por dia, limiar de pobreza para países de renda média alta, como é o caso do Brasil, o número de novos pobres brasileiros poderia aumentar de 3 milhões (5%) a 6,4 milhões (10%) e 14,4 milhões (20%).

Em todos os casos, o Brasil responderia aproximadamente por 25% a 30% dos novos pobres na América Latina.

DE VOLTA À POBREZA

Dados recentemente divulgados pelo Banco Mundial mostram que o impacto econômico da pandemia de covid-19 no Brasil será maior do que em outros países da região.

A organização multilateral, com sede em Washington (EUA), estima que o PIB brasileiro caia 8% neste ano, taxa inferior apenas à do Peru (13%) na América do Sul.

"A crise da covid-19 pode fazer com que a pobreza extrema volte a atingir mais de 1 bilhão de pessoas. Isso porque milhões de pessoas vivem somente um pouco acima da linha da



QUADRO

Seria reversão de 7 a 10 anos de progresso na luta contra a redução da pobreza

pobreza. Milhões de pessoas vivem em uma situação precária e qualquer choque econômico pode levá-las de volta à pobreza. E a crise atual pode ser esse choque que as empurraria à pobreza", diz Andy Sumner, professor de Desenvolvimento Internacional da King's College London e um dos autores do estudo.

"Os impactos da pobreza atual serão determinados pelo que os governos vão fazer para mitigar as consequências danosas da pandemia. Os mais pobres não podem esperar até a reunião do G7 em setembro ou a do G20 em novembro", acrescenta ele.

Segundo os pesquisadores, "muita atenção está focada, justificadamente, nos aspectos da pandemia da covid-19 relacionados à saúde e na magnitude potencial da contração da ati-

vidade econômica dos países."

"Mas o impacto que os choques de desemprego e da renda do trabalho como consequência das medidas de confinamento pode exercer nas taxas de pobreza em países em desenvolvimento vem recebendo relativamente menos atenção até agora", assinalam.

Os pesquisadores ressaltam que os cenários avaliados, de queda de 5%, 10% ou 20% de renda ou consumo, estão em linha com as previsões de organismos internacionais.

No caso do pior cenário possível, por exemplo, eles dizem que a queda de 20% se aproxima "das estimativas da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) de que o confinamento parcial ou completo pode resultar

numa contração que varia entre 15% e 35% entre as 48 maiores economias do mundo, com um declínio de 25% a curto prazo nas economias em desenvolvimento e avançadas".

Eles ressaltam contudo que "não sabemos qual dos nossos cenários de contração será o mais próximo do resultado final, nem como as mudanças no consumo ou na renda vão diferir entre os países. O resultado final da pobreza será determinado pelo que os governos fazem, pela duração da crise e pelo choque específico de renda em cada país e como ele se distribui pelos diferentes setores".

"Nossas estimativas são indicações de ordens de grandeza e devem ser lidas não como previsões, mas como uma série de possíveis resultados", acrescentam.

O deputado federal Elmar Nascimento (DEM) vê com preocupação a crise econômica decorrente da pandemia da Covid-19. Para ele, alguns gestores foram precipitados ao fechar o comércio em lugares onde o vírus ainda não havia chegado. "Será que o comércio vai aguentar mais 90 dias?", questionou, em entrevista à Tribuna. O parlamentar baiano avalia que o Governo Federal errou ao não ter assumido a linha de frente do combate contra a pandemia. "O que seria o ideal? Seria toda uma coordenação do governo federal. Não estariam acontecendo, por exemplo, essas graves denúncias de desvios de recursos públicos destinados para o combate à pandemia. Vivemos em um país de dimensões continentais, em que a realidade de um estado é diferente do outro. O governo federal poderia ter trabalhado nessa coordenação, dando apoio a quem estava precisando mais no início", destacou o parlamentar. Correligionário de ACM Neto (DEM), o deputado também teceu um rosário de elogios ao prefeito de Salvador. "O prefeito de Salvador tomou medidas absolutamente corretas, com base na ciência. Fechou shopping centers, academias e as lojas até 200 metros quadrados, não fechou até hoje. O que ele faz? Quando tem a disseminação em determinado bairro, ele aplica o lockdown naquele bairro, mas com critério".



O DEPUTADO federal Elmar Nascimento (DEM) vê com preocupação a crise econômica decorrente da pandemia da Covid-19

ENTREVISTA

ELMAR NASCIMENTO

Elmar defende "reestruturação completa do serviço público"

GUILHERME REIS
EDITOR DE POLÍTICA
HENRIQUE BRINCO
REPORTER
PAULO ROBERTO SAMPAIO
DIRETOR DE REDAÇÃO

Tribuna da Bahia - Como avalia a crise econômica e política que o Brasil vive no momento, sobretudo agora durante a pandemia do novo coronavírus?

Elmar Nascimento - É um momento muito difícil. Uma crise sanitária nunca existente antes na história do mundo, nesse tamanho, nessa proporção, nessa taxa de letalidade, nessa taxa de transmissão... Aliado, no caso do Brasil, há uma crise econômica. Isso é muito grave, porque outros países também estão enfrentando a crise econômica com a crise sanitária, mas sem a mesma consequência econômica, porque têm reservas. Países desenvolvidos, como os Estados Unidos, Europa e a China. No Brasil, a crise tem o agravante do país estar tentando sair de uma recessão profunda. O sujeito que está no cheque especial, ele vai ter que continuar no cheque especial, tomar mais empréstimo e até procurar um agiota se for possível. E a instabilidade política, que transforma o país em uma tempestade perfeita. Quem tem o mínimo de sensibilidade e maturidade política, tem a obrigação de tentar harmonizar as três esferas de poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e também as outras entidades da federação trabalhando juntas para atingir o melhor desempenho. O que seria o ideal? Seria toda uma coordenação do governo federal. Não estariam acontecendo, por exemplo, essas graves denúncias de desvios de recursos públicos destinados para o combate à pandemia. Vivemos em um país de dimensões continentais, em que a realidade de um estado é diferente do outro. O governo federal poderia ter trabalhado nessa coordenação, dando apoio a quem estava precisando mais no início. Inteligentemente, não foi isso que nos vimos.

Tribuna - Como avalia a postura e as medidas do governo federal no enfrentamento à crise?

Elmar Nascimento - É sempre muito fácil a gente ser técnico de jogo pronto. A gente comenta depois que já passamos por determinadas situações. Vou citar alguns exemplos. O governo federal poderia ter feito uma campanha massiva e ter distribuído máscaras para a população, já que ficou cientificamente comprovado que o uso delas pode evitar a disseminação. A outra coisa é a questão da própria coordenação. Houve uma orientação, que poderia ser um pouco precipitada de alguns governadores e prefeitos, de tomar medidas mais severas quando ainda não tinham nenhum caso ainda. Poderiam ter feito como fiz-

eram em Barreiras, com testes rápidos e o termômetro de temperatura. Há 90 dias atrás, fechou-se os comércios locais e difícil acesso em lugares que não tinham nenhum caso e em municípios que a até hoje não têm. Será que o comércio vai aguentar mais 90 dias, ainda mais agora no momento em que realmente precisa estar fechado? Acho que foi um pouco... Tomo como exemplo no combate à crise na Bahia. O prefeito de Salvador tomou medidas absolutamente corretas, com base na ciência. Fechou shopping centers, academias e as lojas até 200 metros quadrados, não fechou até hoje. O que ele faz? Quando tem a disseminação em determinado bairro, ele aplica o lockdown naquele bairro, mas com critério.

Tribuna - Então já seria o caso de flexibilizar o comércio, tomando medidas preventivas?

Elmar Nascimento - Esse é que é o grande problema, porque hoje realmente precisa (de isolamento) mais do que se precisou há três meses. Só que tem muita gente que tomou essa atitude há três meses. Quando falei do exemplo de Salvador que foi correto e as pessoas estão compreendendo. Quando ele fecha por cinco meses um determinado bairro, ele está fazendo isso em testes, em dados matemáticos e científicos. E aí evita esse tipo de coisa. Toda a ênfase tem que ser para salvar vidas. Na economia, foi divulgada pela Secretaria de Fazenda do Estado, uma perda de 28% de receita de ICMS.

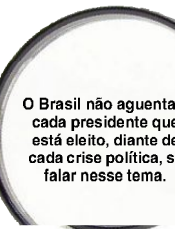
Tribuna - Ainda falando sobre o governo federal, foi anunciado a recriação do Ministério das Comunicações e várias outras alterações...

Elmar Nascimento - Tem uma coisa simbólica que é a redução de ministérios. O que a gente precisa ver é uma reestruturação completa do serviço público. Às vezes você tem 40 ministérios e tem uma despesa menor do que se tivesse 20. Vai depender de que tipo de estrutura e de que forma está funcionando a estrutura de cada ministério. Ao extinguir a Secom e criar o Ministério, levando as atividades da Secom, do ponto de vista de despesas, não há nenhuma nova despesa. O Ministério das Comunicações separado do Ministério de Ciência e Tecnologia, acho que vai funcionar muito melhor. Se criou um novo ministério, que é o Desenvolvimento Regional, que termina soberbando atividades, que funcionasse melhor como Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades, de forma separada. É claro que quem ganha as eleições tem todo o direito de implantar a proposta que foi aprovada, mas não decorrer do mandato os equívocos precisam ser corrigidos. Ele vai ser julgado lá na frente pelos seus erros e pelos seus acertos.

Tribuna - Alguns parla-

mentares de oposição já estão falando na existência de um clima para o impeachment do presidente. O senhor acha que existe clima para isso? Essas manobras de distribuição de cargos são uma maneira de evitar um processo de impeachment?

Elmar Nascimento - Impeachment não é uma palavra que deveria se falar tanto nela, com tanta facilidade, no nosso país. Na legislação do Reino Unido existe o recall, em que a população em qualquer momento pode se arrepender do voto que deu e mudar o governo. Aqui no Brasil não existe essa possibilidade. O presidente foi eleito para atuar durante quatro anos. O impeachment é a consequência de um crime de responsabilidade. Sem denúncia, do Procurador-Geral da República, sem os fatos que justificam e sem o apoio popular, não há como se falar em impeachment. E até hoje não vejo as mínimas condições de qualquer processo nesse sentido.



O Brasil não aguenta a cada presidente que está eleito, diante de cada crise política, se falar nesse tema.

instrumentos estão aí para serem usados. A relação harmoniosa no combate ao coronavírus e que o dinheiro já evaporou. Esse é o caso mais malicioso de toda a história. Agora já tem secretário que pediu demissão [Bruno Duster, ex-secretário da Casa Civil]. Se tivesse inocente, não teria pedido demissão. Tem muita coisa para aparecer por aí.

Tribuna - No passado se falou muito sobre a possibilidade de o senhor ser apoiado para concorrer à Presidência da Câmara. Como avalia essa possibilidade?

Elmar Nascimento - Acho que o momento é para todas as forças políticas do país se organizem no sentido de ter o mínimo de harmonia para combater o inimigo comum, que é o coronavírus. Quem está falando sobre processo de sucessão à Mesa da Câmara ou do Senado, acho que é um assunto que só deve ser tratado depois da pandemia e até depois das eleições municipais. Ai sim, nós vamos ter a oportunidade de poder sentar, de forma madura, e ver quem é aquele que reúne as melhores condições de poder trabalhar que Rodolfo tem feito, em prestando segurança jurídica ao país, credibilidade e sendo um presidente de equilíbrio das instituições nas

relações entre o Senado, Tribunal Federal e o Executivo.

Tribuna - O senhor acha que Sérgio Moro saiu do governo mais forte ou mais enfraquecido do que entrou?

Elmar Nascimento - Acho que ele nunca imaginou na vida dele, quando tomou a decisão de renunciar a carreira de mais de 20 anos na magistratura, ninguém passou tanto tempo numa carreira se não for bem direcionado para aquilo. Ele imaginou dar uma maior contribuição para o Estado de Direito quando entrou para a vida pública. Nunca imaginou que saísse da forma que saiu. É difícil a gente avaliar se foi bom ou ruim para ele. Todos os indicadores são no sentido que ele vai terminar disputando um cargo público. E quando a gente vai poder avaliar como a sociedade enxergou o desempenho dele à frente do Ministério da Justiça.

Tribuna - A gente tem visto um fato praticamente inédito aqui no Estado da Bahia, que é a união do governador Rui Costa com o prefeito ACM Neto no combate à pandemia. Como tem avaliado a atuação deles dois?

Elmar Nascimento - Essa é a mesma história de quando a gente diz que tal político é honesto. Ser honesto é obrigação de todos nós.

Isso não é um mérito. É obrigação. A relação harmoniosa no combate ao coronavírus e que o dinheiro já evaporou. Esse é o caso mais malicioso de toda a história. Agora já tem secretário que pediu demissão [Bruno Duster, ex-secretário da Casa Civil]. Se tivesse inocente, não teria pedido demissão. Tem muita coisa para aparecer por aí.

Tribuna - E esse embate entre os governadores sobre o método de combater a crise? O senhor acha que o Brasil perde tempo com isso? A gente poderia ter um número menor de casos e mortes se tivesse um alinhamento maior?

Elmar Nascimento - Da mesma forma que o presidente, os governadores precisam entender que foram eleitos para governar para o Brasil e não apenas para quem os elegeram. No Nordeste, a gente sabe que foi uma região que votou majoritariamente no candidato do PT [Fernando Haddad] contra o atual presidente. Não me consta que ele tenha discriminado o Nordeste e os nordestinos em função disso. Muito pelo contrário. Tenho visto muitas ações do governo federal no território do Nordeste e uma forma que não exista uma sincronia maior. A própria formação do Consórcio Nordeste, do ponto de vista prático, até agora não vi resultados. Se for um consórcio feito no sentido de obter ganhos na compra de equipamentos, ela é elogiável. Se for uma forma de fazer oposição ao governo federal, está absolutamente equivocada. Oposição ao governo há de ser sempre feita. Mas os deputados eleitos pelas forças políticas de esquerda, nunca pelos governos. Governador não pode fazer oposição ao governo federal e nem prefeito a governadores. Acho que isso não tem sido bom para o Brasil. Tomara que todos amadureçam. Ai tem erros de todos os lados. O presidente comete excessos e os governadores respondem igualmente cometendo excessos. Isso não é bom para a democracia brasileira.

Tribuna - Quais poderão ser os impactos da pandemia nas eleições, tanto na possibilidade de adiamento ou até mesmo na forma de fazer campanha?

Elmar Nascimento - Vamos ter uma campanha diferente do que tivemos até hoje. Aquela campanha do abraço, dos comícios com muita gente, não vamos assistir. Vamos ter uma campanha com as pessoas ain-

da usando máscaras. Vamos ter uma vida normal apenas quando tiver sido descoberta uma vacina. Então, vamos fazer uma campanha subordinada a essas dificuldades. Será uma campanha apoiada nas redes sociais. A primeira coisa que falou foi sobre a possibilidade de prorrogação de mandatos. Isso não existe e ninguém está falando mais. A segunda coisa foi o adiamento da eleição. A resposta terá que ser dada pela ciência. Devemos seguir o que os especialistas dizem. O dia da eleição própria mente dito, acho que temos condições de nos adaptar.

Tribuna - Acredita que Bruno Reis vai chegar forte para suceder a prefeitura? E o melhor nome para suceder ACM Neto?

Elmar Nascimento - Nós nunca assistimos um índice de aprovação tão grande de um prefeito de Salvador. Neto está dando 76% de ótimo e bom e 21% de regular. Numa administração com essa taxa de aprovação, a tendência é que o eleitor procure alguém que se identifica com essa administração. Bruno acompanha Neto desde o início de sua carreira, é a pessoa mais próxima a ele. Foi indicado para um dia ser prefeito de Salvador. Está absolutamente preparado. Ninguém melhor para representar a continuidade de ACM Neto que Bruno, que o acompanhou a vida inteira. Acho que isso o fará as eleições.

Tribuna - Como avalia os outros pré-candidatos da oposição? Tem algum que seja competitivo ou o grupo de Rui ainda não conseguiu se colocar de forma competitiva?

Elmar Nascimento - Tem vários amigos meus ali na relação de candidatos e nenhum conseguiu sensibilidade para o outsider. Já conseguiu se colocar de forma competitiva? Tem vários amigos meus ali na relação de candidatos e nenhum conseguiu sensibilidade para o outsider. Já conseguiu se colocar de forma competitiva? Tem vários amigos meus ali na relação de candidatos e nenhum conseguiu sensibilidade para o outsider. Já conseguiu se colocar de forma competitiva?

Tribuna - Quais poderão ser os impactos da pandemia nas eleições, tanto na possibilidade de adiamento ou até mesmo na forma de fazer campanha?

Elmar Nascimento - Vamos ter uma campanha diferente do que tivemos até hoje. Aquela campanha do abraço, dos comícios com muita gente, não vamos assistir. Vamos ter uma campanha com as pessoas ain-

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 14/06/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 14 de Junho de 2020 - 13:00

Paulo Guedes quer priorizar concessões no BNDES

por Julio Wiziack e Fabio Pupo | Folhapress

O BNDES vai operar com restrições e privilegiar recursos para o programa de concessões, visto como pivô da retomada planejada pela equipe econômica. A orientação foi dada pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

Assessores e técnicos afirmam que, embora não haja limites definidos, o banco prevê atravessar a crise do coronavírus com menos de 30% de seu funding -recursos próprios para empréstimos- comprometido com operações emergenciais.

O restante será destinado às operações de financiamento a concessões. Para Guedes, elas serão chave do crescimento.

Esse é um dos motivos para que o socorro setorial (montadoras, companhias aéreas e elétricas, por exemplo) seja aprovado com valores inferiores ao que foi solicitado.

As companhias aéreas foram as primeiras a pedir ajuda. Inicialmente, o setor apresentou proposta para linhas de crédito de R\$ 8 bilhões, mas o banco só aceitou liberar metade.

No setor elétrico, as empresas queriam R\$ 25 bilhões, mas deverão receber entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões.

Cada uma das quatro principais montadoras de automóveis pediu R\$ 7 bilhões. Isso consumiria todo o dinheiro disponibilizado para a ajuda emergencial do banco.

Surgiram então rumores da fragilidade do caixa da instituição. O banco ainda terá de devolver R\$ 270 bilhões ao Tesouro até 2022, conforme estabelecido pela equipe econômica no começo do governo Jair Bolsonaro.

Nos bastidores, executivos da instituição dizem que há "conforto de caixa" para garantir a ajuda emergencial porque, desta vez, o risco está compartilhado por um sindicato de bancos.

O socorro sairá de "vários bolsos". Essa medida permitirá dividir o risco das operações e queimar menos recursos próprios nas operações de socorro à economia.

Eles afirmam ainda que, quando as conversas com o banco tiveram início, muitas empresas incluíram no cálculo de suas necessidades valores destinados ao aumento de salário de executivos, dívidas da empresa com o acionista (controlador), distribuição de dividendos e outras obrigações, que, na avaliação do banco, não se relacionam com a sobrevivência da companhia. Esse foi outro motivo para a redução dos valores aprovados.

O rigor na concessão do crédito, para que o dinheiro não fosse destinado para finalidades

diferentes do ajuste de caixa, tem como objetivo cumprir uma recomendação de Guedes dada ao presidente do BNDES, Gustavo Montezano, de salvar, ao máximo, os recursos do bancos para o que o ministro chama de "segunda onda da crise".

Para tentar reduzir o impacto causado pelo coronavírus, a prioridade do BNDES será garantir os empréstimos de longo prazo para o programa de concessões em infraestrutura.

A expectativa de investimentos gira em torno de R\$ 250 bilhões, caso somente o cronograma dos leilões do Ministério da Infraestrutura dos próximos dois anos seja mantido. A infraestrutura já responde por 41,4% dos financiamentos do banco.

Esses projetos representam risco baixo com receita garantida porque se referem a negócios regulados, como estradas (pedágios) e aeroportos (tarifas). Há também projetos importantes em Minas e Energia.

A política de reserva de recursos do banco para os financiamentos das concessões foi revelada em uma videoconferência do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e de Montezano.

Mesmo sendo o grande beneficiado com a estratégia de Guedes, Tarcísio, que concentra a maior parte dos projetos de concessão, foi um dos que mais defenderam a ajuda do BNDES ao setor aéreo.

Para que a operação fosse viabilizada, o banco aceitou se tornar sócio das companhias, com até 20% de participação, caso não paguem o empréstimo. Sem a ajuda, na avaliação dos técnicos, haveria quebra no setor.

No setor elétrico, as garantias serão dadas pelos próprios consumidores por meio das contas de luz.

Ainda está em avaliação qual será o modelo para o setor automotivo.

Técnicos do banco afirmam que não existe um limite previamente estipulado para a ajuda emergencial. Eles, porém, confirmam que existe uma diretriz de equacionamento para preservar o plano de retomada.

Procurado, o BNDES não quis comentar.

SOCORRO DO BNDES A EMPRESAS

Setor aéreo

R\$ 4 bilhões para cada empresa; pedido era de R\$ 8 bilhões

BNDES pode ficar com até 20% de participação em caso de calote

Montadoras

Devem ganhar R\$ 4 bilhões

matrizes das empresas precisam colocar parte do dinheiro na operação

Setor elétrico

Empresas devem receber entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões

Garantia deve ser a conta de luz do consumidor

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 05/01/2020	Caderno: Economia



BOLSONARO SUGERE COMPENSAR ALTA DO PETRÓLEO COM REDUÇÃO DE ICMS



5 Janeiro, 2020

O presidente Jair Bolsonaro sugeriu que uma eventual alta mais acentuada no preço do petróleo poderia ser compensada no mercado doméstico por reduções na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ontem (3), em decorrência das tensões entre Estados Unidos e Irã, o petróleo Brent subiu 3,55% e o barril fechou o dia cotado a US\$ 68,60. Para o presidente, a medida poderia ser adotada como forma de minimizar o impacto do aumento do petróleo no bolso da população e, ao mesmo tempo, não interferir na política da Petrobras de reajustar o preço do combustível conforme as oscilações do petróleo no mercado internacional.

Segundo Bolsonaro, se o petróleo continuar a subir nos próximos dias, uma providência pode ser tomada. Ele frisou, no entanto, que a ideia é não interferir, e sugeriu que os governadores reduzissem as alíquotas de ICMS incidentes sobre os combustíveis caso esse cenário se confirme. Com toda certeza, eu conversei com o almirante Bento (ministro de Minas e Energia), com o presidente da Petrobras e o Paulo Guedes (ministro da Economia) e nós temos uma linha de não interferir. Acompanhar e buscar soluções. A gente apela para governadores. Vamos supor que aumente 20% o preço do petróleo, vai aumentar em 20% o preço do ICMS. Não dá para uns governadores cederem um pouco nisso também? Porque todo mundo perde. Quando você mexe em combustível, toda a nossa economia é afetada, declarou.

Foto : Wilson Dias/Agência Brasil

Veículo: Política Livre	
Data: 13 a 15.06.2020	Caderno: Economia



Governo distribui mais 100 mil máscaras produzidas por costureiras que estavam sem renda

Mais 100 mil máscaras de proteção foram entregues nesta sexta-feira (12), pela Secretaria do Trabalho Emprego Renda e Esportes, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, para entidades de Salvador e Lauro de Freitas. As 100 mil máscaras, que ajudam na prevenção da Covid-19, foram confeccionadas por meio do programa “Trabalhando em Rede no Combate ao Coronavírus”, por costureiras das instituições Central da Cidadania e Cidadania e Vida.

As máscaras fazem parte de um lote de 400 mil unidades, reutilizáveis, de tecido, que estão sendo entregues para prefeituras e instituições sociais de municípios das regiões sul, sudoeste e norte da Bahia, além da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Com um investimento de R\$ 3,6 milhões

do Fundo de Promoção do Trabalho Decente (Funtrad), a iniciativa prevê a produção de 2 milhões de máscaras.

Segundo o secretário da Setre, Davidson Magalhães, o programa faz parte do esforço do governador Rui Costa para entregar as máscaras em toda a Bahia. “São 600 costureiras e costureiros envolvidos neste trabalho de produção, então estamos gerando emprego e renda neste período de recessão econômica gravíssima, por causa da pandemia. Para a entrega, estamos priorizando prefeituras no interior, nas áreas mais atingidas, movimentos sociais e também segmentos que estão em vulnerabilidade e que não têm recursos para comprar as máscaras. São catadores, taxistas, e também para setores dos bairros populares de Salvador”.

A procuradora do Ministério Público do Trabalho, Adriana Campelo, a parceria com a Setre já vem de longas datas, por meio do Fundo Estadual de Promoção do Trabalho Decente. “Nós ficamos muito preocupados com as consequências da pandemia, tanto na questão da saúde como das condições de trabalho e renda. Então, tivemos essa ideia de elaborar um projeto que atendesse a essas duas vertentes, promoção da saúde da população mais vulnerável e também geração de renda”.

Coordenadora da Comunidade Cidadania e Vida, que produziu parte das máscaras, Elaine Rangel informa que a iniciativa proporcionou renda para 120 costureiras. “Durante dois meses essas trabalhadoras dos municípios de Senhor do Bonfim e Juazeiro vão receber uma bolsa de R\$ 1.045,00. Em cada município foram contratadas 60 costureiras para o projeto. A gente deu prioridade às pessoas que estão sem renda por causa do coronavírus, algumas trabalham no comércio, outras são domésticas, e também tem as que já costuravam, mas de maneira informal”.

Uma das entidades beneficiadas nesta sexta-feira foi a Associação Metropolitana dos Taxistas. O presidente da associação, Valdeílson Miguel dos Santos afirmou que as máscaras vão ser distribuídas para quem trabalha em Salvador e na Região Metropolitana. “O nosso trabalho nos deixa muito vulneráveis, nós pegamos muitos passageiros, muitas pessoas, e essas máscaras são úteis para proteger não apenas o taxista, mas também o passageiro que usa o transporte de táxi”.

Produção

A produção acontece em quatro polos distribuídos no território baiano, sob a coordenação de Organizações da Sociedade Civil (OSC) responsáveis pela contratação de profissionais, pagamento da bolsa-produção, aquisição de insumos e acompanhamento de todas as etapas da atividade. No Litoral Sul, o trabalho é executado pela Associação Beneficente Josué de Castro; na RMS, pela Associação Central de Cidadania; no Piemonte Norte do Itapicuru e no Sertão do São Francisco, pela Comunidade Cidadania e Vida; e no Sudoeste, pelo Instituto Integrado e Formação Casa da Cidadania.

O GLOBO

ENTREVISTA

José Roberto Afonso. ECONOMISTA

'O GOVERNO ESTÁ DANDO TIRO NO PÉ'

BRASÍLIA

Crítico do modelo de socorro aos estados que foi aprovado, o economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), vê ineficiên-

cia no formato da ajuda.

O governo federal corre o risco de distribuir mal os recursos do socorro?

Não há risco. É certeza. Porque o governo optou por

trocar um seguro por um cheque. O governo federal rejeitou a proposta e negociou com o Senado outro mecanismo, no qual ele estimou qual seria a perda de receita e daí se fixou uma tabela, de forma arbitrária, de quanto se pagaria de socorro para cada governo. Só por um acaso do destino, talvez por hipótese mais remota que ganhar na loteria, o socorro corresponderia exatamente à perda.

O fato de o auxílio poder não

cobrir totalmente a perda de arrecadação preocupa? Ou espera-se que todos os entes, inclusive os estados, tenham perdas?

Preocupa porque a maior lacuna de recursos se dá justamente naqueles estados e cidades em que está concentrada a arrecadação federal e os investimentos em dívida pública. Se entram em colapso os serviços públicos dessas regiões, e com isso arrastar a sua economia, não apenas os governos regionais serão afe-

tados, como aumentará o impacto nas finanças do próprio governo federal. O governo federal está dando um tiro no próprio pé quando, sabidamente por razões políticas, direciona e discrimina a concessão da transferência voluntária, que só no nome se pode chamar de socorro.

Vê espaço para algum novo tipo de auxílio destinado aos estados?

A ciência e o bom senso recomendariam voltar à

proposta original do seguro, mas aí considerando um maior período e conceito, ou seja, de modo a incluir os efeitos da atual transferência voluntária em curso. É muito provável que venha a ser preciso consertar o erro porque, insisto, os estados e as cidades mais afetados são justamente aqueles das quais o governo federal mais depende para arrecadar seus impostos e para vender os títulos da dívida pública. (Marcello Corrêa)



Governo admite cortar salários para custear auxílio aos pobres na crise

Bolsonaro deveria enviar ao Congresso sua proposta de redução para os três Poderes

Jair Bolsonaro disse na semana passada que aceitaria entender e até aumentar o valor do auxílio emergencial pago a trabalhadores informais se deputados e senadores resolverem cortar os próprios salários. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), retrucou com um convite ao governo para imediata negociação sobre redução salarial, mesmo temporária, nos três Poderes.

Somado, o custo de mão de obra do Executivo, Legislativo e Judiciário supera R\$ 200 bilhões ao ano. Maia explicou: "Desses R\$ 200 bilhões, incluindo servidores, ministros, presidente da República, R\$ 170 bilhões são do Poder Executivo". Acrescentou: "R\$ 25 bilhões são do Ministério Público e do Judiciário, e R\$ 5 bilhões são do Congresso Nacional. Se o debate for esse, não há nenhum problema que todo mundo participe para compensar a manutenção de dois

meses ou três da renda mínima."

No início da pandemia, Bolsonaro vetou um corte (30%) nos salários do setor público. Propôs ao Congresso congelamento temporário dos aumentos. Ao mesmo tempo, aprovou redução temporária (de até 70%) nos salários do setor privado.

Com essa partilha de sacrifícios na crise, assegurou ao funcionalismo a vantagem que já possuía em relação à massa de trabalhadores privados. Vale lembrar: o Estado já pagava aos servidores federais e estaduais salários cerca de 20% superiores à média da área privada, segundo o Banco Mundial.

Mais de 50% dos trabalhadores formais ganhavam menos do que R\$ 2.300. Já no setor público a proporção era inferior a 25%.

Na crise, o presidente ajudou, de forma decisiva, a ampliar vantagens da elite do funcionalismo que já tinha o privilégio da estabilidade no

emprego público e da transformação de suas remunerações em supersalários, com gratificações questionáveis e outros artificios. O Tribunal de Justiça da Bahia, por exemplo, gasta R\$ 1 bilhão por ano com pessoal. Na semana passada, resolveu antecipar pagamentos de 2021 a juízes, a pretexto de "salvaguardar o direito dos magistrados" durante a pandemia. Felizmente, o Conselho Nacional de Justiça interveio.

A Câmara está devendo a votação do projeto que proíbe supersalários no setor público. Já Bolsonaro, que no mês passado deu aumento de 25% a uma parte dos policiais militares, deveria enviar ao Congresso sua proposta para redução salarial no Executivo, Legislativo e Judiciário, para financiar a extensão do auxílio emergencial aos trabalhadores informais. A ideia do presidente é boa. Ele está diante da melhor oportunidade política para realizá-la.

MAIS PRESSÃO

Socorro da União não cobre perdas na arrecadação em 13 estados

MARCELLO CORRÊA
marcellocorrêa@oglobo.com.br
BRASÍLIA

DISPARIDADES

Entes veem receita cair por causa da pandemia (Em R\$ bilhões)

■ Perda (SEM CONSIDERAR INFLAÇÃO) ■ Primeira parcela de ajuda do governo ● Diferença entre ajuda federal e perda de receita

A primeira parcela do pacote de socorro da União aos governos locais é insuficiente para cobrir as perdas na arrecadação causadas entre abril e maio pela crise do coronavírus em ao menos 13 estados, mas supera a queda registrada em outros dez. De acordo com levantamento do GLOBO, feito com base em dados do

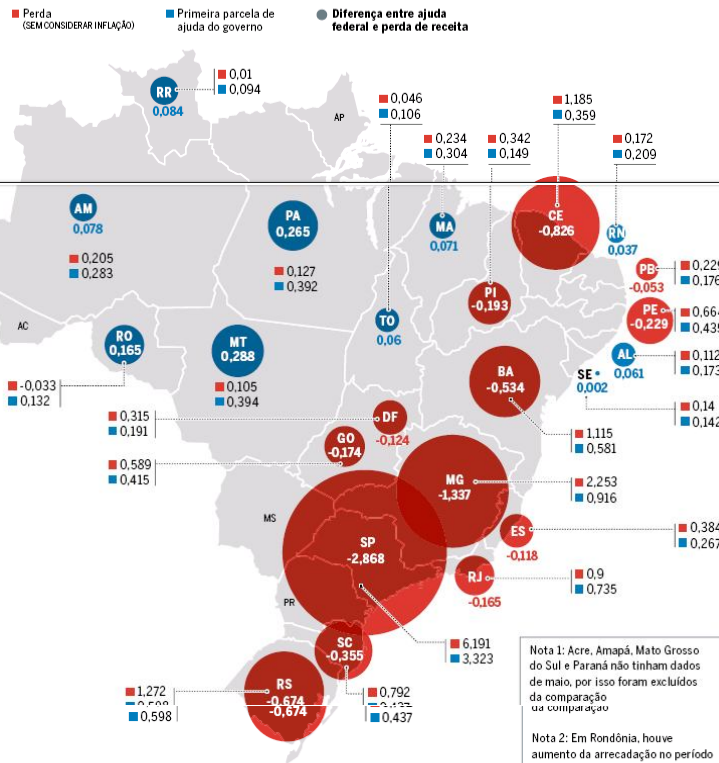
Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a maior discrepância foi registrada no estado de São Paulo, onde o repasse inicial ficou R\$ 2,8 bilhões abaixo da retração nas receitas.

Diante da expectativa de meses mais difíceis à frente, secretários de Fazenda já articulam pedido a governo uma nova rodada de socorro. O pedido para estender o pacote por até quatro meses deve ser formalizado esta semana. A constatação de que a União não é capaz de cobrir todo o rombo, por outro lado, reforça a necessidade de os gestores locais reforçarem as medidas de ajuste.

O pacote de ajuda federal a estados e municípios prevê R\$ 60,1 bilhões, divididos em quatro prestações. A primeira, de R\$ 15 bilhões, foi depositada na semana passada, depois de dois meses de negociações. Os estados ficaram com R\$ 9,2 bilhões deste lote inicial. O Tesouro Nacional informou ainda que a suspensão de dívidas com a União e bancos públicos dará alívio de R\$ 2,5 bilhões.

O dinheiro chegou aos cofres estaduais em um momento em que estes já haviam registrado queda de R\$ 17,3 bilhões na receita, devido à pandemia.

AJUSTE FISCAL É NECESSÁRIO
Procurado, o Ministério da Economia afirmou que a comparação com as perdas acumuladas entre abril e maio e um mês de auxílio não é adequada. Na avaliação da pasta, é necessário fazer o cálculo considerando



Fonte: Boletim de Arrecadação de Tributos Estaduais/Confaz e STN

Nota 1: Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Paraná não tinham dados de maio, por isso foram excluídos da comparação ou comparação
Nota 2: Em Rondônia, houve aumento da arrecadação no período

Editoria de Arte

apenas um mês de arrecadação. A próxima parcela será paga no dia 13 de julho. Ainda assim, considerando apenas a queda na arrecadação em maio, os recursos também não seriam pagos de forma proporcional à perda de receita. Nesse caso, sete estados continuariam no vermelho em cerca de R\$ 1 bilhão, mesmo após o auxílio.

O descompasso entre as perdas de arrecadação e o valor do auxílio já era esperado por especialistas, após governo e Senado alterarem a forma de divisão de recursos que vinha sendo discuti-

da pela Câmara dos Deputados, com apoio de secretários de Fazenda.

Na versão original do projeto de lei, elaborada pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), a União compensaria os estados de forma proporcional à queda na receita.

O risco do modelo, segundo o Ministério da Economia, era incentivar gestores a serem menos cautelosos com as finanças, já que teriam a garantia de que qualquer perda seria ressarcida pelo Tesouro.

Para especialistas, a crise reforça a necessidade de os

entes adotarem medidas de austeridade.

— Só espero que, de uma vez por todas, para os Executivos de forma geral, tenha caído a ficha da importância de um bom controle fiscal — observa André Luiz Marques, economista do Insper.

O economista Josué Pellegrini, da Instituição Fiscal Independente (IFI), avalia que, quando a pandemia passar, será necessário retomar programas estruturais:

— Vamos precisar voltar a tudo aquilo que falávamos antes da crise: é necessário que estados, principalmen-

rimbado para uso na saúde.

“Este valor é claramente insuficiente para compensar a queda de arrecadação. No entanto, a suspensão do pagamento da dívida do estado com a União proporcionará mais R\$ 12 bilhões. Outros recursos virão de medidas de austeridade e corte de despesas, anunciados em abril”, informou a Secretaria de Fazenda paulista, em nota.

No Rio, a expectativa é que a arrecadação caia R\$ 10 bilhões em relação ao ano passado. Mas a reabertura gradual fez o estado rever em R\$ 2 bilhões a projeção de arrecadação de ICMS.

— A despeito de não cobrir totalmente a queda de arrecadação, a ajuda é muito bem-vinda e necessária — disse o secretário de Fazenda do Rio, Guilherme Mercês. — Temos tomado medidas importantes, não estamos esperando ajuda da União. Estamos fechando as contas,

mas essa semana o governador soltou um decreto de bloqueio de 10 mil cargos, impedindo a ocupação desses cargos, o que dá fôlego em termos de despesa.

O secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, coordenador do Consefaz, comitê que reúne os secretários de todos os estados, avalia que o modelo ideal é uma compensação integral das perdas do ICMS e do Fundo de Participação dos Estados (FPE) até o fim do ano.

— Somente com todas essas medidas será possível preservar o pleno funcionamento dos serviços públicos em todos os estados até o fim do ano, sem risco de colapso — afirma Fonteles.

'CONTENÇÃO DAS DESPESAS'

O Ministério da Economia ressaltou, em nota, que o governo já tomou mais ações de socorro aos estados, além do pacote aprovado na Câmara, como a transferência de R\$ 16 bilhões para compensar perdas nos fundos de participação. O órgão afirmou ainda que os critérios de distribuição foram definidos pelo Congresso.

A pasta também frisou que dados preliminares de notas fiscais eletrônicas apontam para perdas menos intensas na arrecadação nos próximos meses.

Perguntado sobre a possibilidade de ampliar o auxílio aos entes, o ministério afirmou que o programa tem a dimensão correta.

“É fundamental que parte do esforço dos estados seja também na contenção de despesas, que não sejam relacionadas à pandemia, para que haja uma gestão eficiente dos recursos públicos.”



EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Socorro da União de R\$ 60 bi não cobre perdas na arrecadação em 13 estados, como Rio e São Paulo

Secretários de Fazenda já se articulam para pedir ao governo novo pacote. Primeira parcela de R\$ 15 bi foi depositada semana passada

Marcello Corrêa

15/06/2020 - 04:30 / Atualizado em 15/06/2020 - 07:45



Comércio fechado na Rua Uruguaiana, no Centro do Rio Foto: Domingos Peixoto / Agência O Globo

PUBLICIDADE

Assinado com O Globo

Gerenciar

BRASÍLIA — A primeira parcela do pacote de [socorro da União aos governos locais](#) é insuficiente para cobrir as perdas na arrecadação causadas entre abril e maio pela crise do coronavírus em ao menos 13 estados, mas supera a queda registrada em outros dez.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

De acordo com levantamento do GLOBO, feito com base em dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a maior discrepância foi registrada no estado de São Paulo, onde o repasse inicial ficou R\$ 2,8 bilhões abaixo da retração nas receitas.

Viu isso? [Próximo secretário vai defender ajuste fiscal ou não sobrevive um dia, diz Mansueto que deixará o Tesouro](#)

Diante da expectativa de meses mais difíceis à frente, secretários de Fazenda já articulam pedir ao governo uma nova rodada de socorro. O pedido para estender o pacote por até quatro meses deve ser formalizado esta semana.

PUBLICIDADE

O pacote de ajuda federal a estados e municípios prevê R\$ 60,1 bilhões, divididos em quatro prestações. A primeira, de R\$ 15 bilhões, foi depositada na semana passada, depois de dois meses de negociações.

Socorro: ['Governo está dando um tiro no pé', diz economista sobre socorro a estados](#)

Os estados ficaram com R\$ 9,2 bilhões deste lote inicial. O Tesouro Nacional informou ainda que a suspensão de dívidas com a União e bancos públicos dará alívio de R\$ 2,5 bilhões.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

O dinheiro chegou aos cofres estaduais em um momento em que os entes já haviam registrado queda de R\$ 17,3 bilhões na receita, devido à pandemia.

Ajuste fiscal é necessário

Procurado, o Ministério da Economia afirmou que a comparação com as perdas acumuladas entre abril e maio e um mês de auxílio não é adequada. Na avaliação da pasta, é necessário fazer o cálculo considerando apenas um mês de arrecadação. A próxima parcela será paga no dia 13 de julho.

PUBLICIDADE

FGTS: Recursos estarão na conta digital no dia 29 de junho para saque de R\$ 1.045

O descompasso entre as perdas de arrecadação e o valor do auxílio já era esperado por especialistas, após governo e Senado alterarem a forma de divisão de recursos que vinha sendo discutida pela Câmara dos Deputados, com apoio de secretários de Fazenda.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Na versão original do projeto de lei, elaborada pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), a União compensaria os estados de forma proporcional à queda na receita.

O risco do modelo, segundo o Ministério da Economia, era incentivar gestores a serem menos cautelosos com as finanças, já que teriam a garantia de que qualquer perda seria ressarcida pelo Tesouro.

Para especialistas, a crise reforça a necessidade de os entes adotarem medidas de austeridade.

— Só espero que, de uma vez por todas, para os Executivos de forma geral, tenha caído a ficha da importância de um bom controle fiscal — observa André Luiz Marques, economista do Insper.

PUBLICIDADE

O economista Josué Pellegrini, da Instituição Fiscal Independente (IFI), avalia que, quando a pandemia passar, será necessário retomar programas estruturais:

PUBLICIDADE

façam um ajuste das despesas obrigatórias. Não dá mais para ficar só recebendo ajuda da União.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Um ajuste fiscal mais rígido será especialmente necessário naqueles estados onde os recursos não compensam as perdas registradas até agora.

Este é o caso de São Paulo. A expectativa de perdas de receita no estado, no ano, está entre R\$ 19 bilhões e R\$ 20 bilhões — bem acima dos R\$ 7,69 bilhões que São Paulo receberá em quatro parcelas, sendo R\$ 1,07 bilhão carimbado para uso na saúde.

Emprego: [Pela 1ª vez, mais da metade da população em idade de trabalhar está fora do mercado](#)

“Este valor é claramente insuficiente para compensar a queda de arrecadação. No entanto, a suspensão do pagamento da dívida do estado com a União proporcionará mais R\$ 12 bilhões. Outros recursos virão de medidas de austeridade e corte de despesas, anunciados em abril”, informou a Secretaria de Fazenda paulista, em nota.

No Rio, a expectativa é que a arrecadação caia R\$ 10 bilhões em relação ao ano passado. Mas a reabertura gradual fez o estado rever em R\$ 2 bilhões a projeção de arrecadação de ICMS.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

— A despeito de não cobrir totalmente a queda de arrecadação, a ajuda é muito bem-vinda e necessária — disse o secretário de Fazenda do Rio, Guilherme Mercês. — Temos tomado medidas importantes, não estamos esperando a ajuda da União. Estamos fechando as contas, mas essa semana o governador soltou um decreto de bloqueio de 10 mil cargos, impedindo a ocupação desses cargos, o que dá fôlego em termos de despesa.

O secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, coordenador do Comsefaz, comitê que reúne os secretários de todos os estados, avalia que o modelo ideal é uma compensação integral das perdas do ICMS e do Fundo de Participação dos Estados (FPE) até o fim do ano.

— Somente com todas essas medidas será possível preservar o pleno funcionamento dos serviços públicos em todos os estados até o fim do ano, sem risco de colapso — afirma Fonteles.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

‘Contenção das despesas’

O Ministério da Economia ressaltou, em nota, que o governo já tomou mais ações de socorro aos estados, além do pacote aprovado na Câmara, como a transferência de R\$ 16 bilhões para compensar perdas nos fundos de participação. O órgão afirmou ainda que os critérios de distribuição foram definidos pelo Congresso

PUBLICIDADE

Veículo: Bocão News	Coluna: Coronavírus
Data: 15/06/2020	



Coronavírus

Economia brasileira deve recuar 6,51% em 2020, diz Boletim Focus



15 de Junho de 2020 às 10:34 Por: Antonio Cruz/ Agência Brasil Por: Redação BNews Ocomentários

Em reflexo aos impactos provocados pela pandemia da Covid-19 e o aumento de casos da doença no Brasil, o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira (15) aponta que o mercado espera uma contração ainda maior para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, de 6,51%.

O documento é produzido com base em consulta realizada com mais de 100 representantes do mercado financeiro do País, e tem periodicidade semanal. Este é o 18ª boletim consecutivo em que as expectativas para o PIB e inflação são reduzidos.

As informações são do site Valor Investe. Na semana passada, os economistas consultados pelo Banco Central projetavam uma retração de 6,48% na economia brasileira para 2020. Para 2021, o relatório manteve a projeção do PIB para 3,50%.

Já a taxa básica de juros teve a projeção mantida pelo mercado para este ano, em 2,25% ao ano. Para 2021, os economistas esperam que a Selic fique em 3% ao ano, ante estimativa de 3,50% na semana passada.

As previsões para a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu de 1,53% para 1,60% em 2020. Para o ano que vem, o Boletim revela uma projeção de 3%. A meta de inflação a ser perseguida pelo BC é de 4% em 2020, 3,75% em 2021 e 3,50% para 2022, sempre com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Também de acordo com a publicação, a expectativa do dólar para este ano caiu de R\$ 5,40 para R\$ 5,20. Para o próximo ano, os economistas esperam a moeda a R\$ 5.

Veículo: Estadão	
Data: 13 a 15.06.2020	Caderno: Economia



'Fiador do ajuste é Paulo Guedes', diz Mansueto, que confirma saída em agosto

Secretário especial do Tesouro afirma que decisão de deixar governo não ameaça a estratégia de controle das contas públicas

Entrevista com

Mansueto Almeida, secretário especial do Tesouro

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

14 de junho de 2020 | 21h32

BRASÍLIA – De saída do governo, o secretário do Tesouro Nacional, **Mansueto Almeida**, garante que o compromisso da equipe econômica com o ajuste fiscal continua e afirma que o grande fiador dessa agenda é o **ministro da Economia, Paulo Guedes**. Mansueto deve deixar o cargo em agosto. Até lá, promete ajudar na “transição” para o seu sucessor.

Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida Foto: Amanda Perobelli/ REUTERS

O sr. está saindo do governo?

Eu tinha duas decisões para tomar. Vamos entrar na fase de planejamento do **pós-covid**, de retomar as reformas que já estão no Congresso. É a agenda que vai até o fim do governo. Ou eu decidia sair agora, depois do meio do ano, ou eu achava que tinha que ficar até o fim do governo. Estou muito cansado.

Aguentaria até o fim do ano, mas começar a trabalhar nas políticas do pós-covid e sair no fim do ano não era legal. Então nessa fase de discutir o pós-covid já entra o novo secretário.

O sr. sai quando?

Possivelmente em agosto. Mas vou continuar ajudando a agenda do governo de reformas. Isso não muda.

Qual é o perfil que vocês buscam no novo secretário? Há preocupação sobre quem terá força para dizer ‘não’ a novos gastos.

Mas não precisa essa preocupação. O grande fiador do ajuste fiscal é o ministro Paulo Guedes. Então não muda nada (*no compromisso do ajuste*). O próprio Tesouro Nacional passou por mudanças institucionais importantes nos últimos quatro, cinco anos. Há continuidade muito grande no Tesouro. Foram criados, desde 2015, comitês de governança. Tudo isso dá segurança institucional. Então o próximo secretário vai ter posições muito parecidas com a minha, porque a equipe é exatamente a mesma, as notas técnicas não vão mudar.

Mas qual é o perfil buscado?

Quem vai bater o martelo é o Paulo. Temos diversos nomes bons, muitos com experiência em setor público. Mas novamente, quem o Paulo colocar lá vai seguir exatamente o que eu vinha fazendo, que são as diretrizes do ministro da Economia. E ele é muito claro na defesa do teto de gastos.

Tem motivo de preocupação?

Não. Se fosse a situação que a gente tinha há dez anos, quando tinha pouca coisa institucionalizada, em que o secretário do Tesouro e ministro da Fazenda tinham poder de, numa canetada, excepcionalizar (*Estado ou município*) para emprestar com garantia da União... Se fosse naquela época, teria motivo para se preocupar. Agora inclusive tem o TCU, que é muito atuante. Para o ajuste fiscal não continuar, primeiro Paulo Guedes não estaria lá e teria de mudar a

Constituição. Com Paulo Guedes lá e a Constituição, o ajuste fiscal tem de necessariamente continuar.

Há risco de flexibilização no teto ou um retrocesso institucional?

Não. Para ter algum retrocesso, teria que mexer com duas peças-chave desse tabuleiro do ajuste fiscal, que são a Constituição e o Paulo Guedes. Não vejo risco com isso.

Depois da quarentena profissional, para onde o senhor vai?

Não tenho a mínima ideia porque, como ainda estou no governo, não conversei com ninguém sobre isso. Devo ir para o setor privado. Se fosse ficar no setor público, não estaria saindo da Secretaria do Tesouro. Não tenho a mínima ideia do que vou fazer.

Já dizem que o senhor vai para um grande banco privado...

Uma pessoa me mandou: parabéns pelo seu novo emprego com o nome de uma instituição. Eu disse: que bom que vou ter um emprego que nem sabia ainda.

Quais são os principais desafios para o seu sucessor?

Os mesmos que eu tinha. O problema que temos no País de fazer os ajustes é atividade normal na democracia: temos de comunicar problemas, ajudar no convencimento e partir para o bom debate político.

A IFI, do Senado, vai divulgar um relatório apontando para aumento no rombo e na dívida. Qual a importância de manter o ajuste?

Muito do ajuste vai depender dos próximos dois anos. Temos uma janela de juros baixos, até porque internamente a inflação está muito baixa. Ganhamos um período para colocar a casa em ordem. Vai depender muito da velocidade de recuperação da economia, porque influi na arrecadação. Recuperando a arrecadação e fazendo as reformas, a estabilização vem antes. O fundamental é aprovar as reformas na janela de juros baixos. O futuro não está dado. Vamos precisar até o fim do governo conseguir fomentar o bom diálogo político pelas reformas. Temos que nos esforçar para ajudar essa agenda de reformas.

Veículo: Estadão	
Data: 13 a 15.06.2020	Caderno: Economia



Socorro equivale a 40% da perda com receita de Estados

Para secretários estaduais de Fazenda, se atividade demorar a ser retomada, União será obrigada a fazer novo pacote de resgate

Luciana Dyniewicz e Vinicius Neder, O Estado de S. Paulo

14 de junho de 2020 | 05h00

SÃO PAULO e RIO | O repasse direto de R\$ 60 bilhões para os cofres estaduais e municipais, cuja parcela foi paga semana passada, deve representar entre 30% e 40% do que será perdido pelos Estados em arrecadação neste ano

como consequência da crise provocada pela pandemia, segundo cálculos da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Empresas preveem mais demissões nos próximos três meses, aponta estudo da FGV

Secretários de Fazenda estaduais dizem que vão precisar de uma ajuda adicional caso as medidas de ajuste não deem certo ou a economia demore mais tempo para retomar.

O Rio recebeu R\$ 500 milhões, a primeira parcela de R\$ 2,5 bilhões, mas a perda de arrecadação no Estado, segundo o secretário de Fazenda Guilherme Mercês, deve ficar em torno de R\$ 10 bilhões. “Se a economia não se recuperar, todos os Estados e municípios dependerão de ajuda da União, que é a única capaz de emitir dívida. Todos, no Brasil inteiro, estamos esperando uma recuperação da atividade. Evidentemente, caso ela não ocorra, o governo federal, como líder da federação, tem o papel de ajudar Estados e municípios”, disse Mercês.

Mesmo contando com o apoio federal, a programação financeira do Estado só oferece segurança para pagar a folha de salários de agosto, a ser quitada em setembro. O buraco de caixa estimado para este ano é de R\$ 6,4 bilhões, estimou Mercês.

No Rio Grande do Sul, o repasse total será de R\$ 2,2 bilhões. Desde o início da pandemia, o Estado já perdeu R\$ 1,7 bilhão. A estimativa é que outros R\$ 700

milhões deixem de ser arrecadados em junho, ou seja, a perda deverá ultrapassar o auxílio em R\$ 200 milhões já no fim deste mês.

Por nota, a Secretaria da Fazenda do Estado informou que os recursos repassados pela União “são importantes para a manutenção dos serviços essenciais à população ou no pagamento de despesas essenciais como a folha dos servidores públicos, mas ficaram deslocados no tempo e não cobrem a totalidade das perdas”.

A primeira parcela da ajuda, no entanto, garantiu que o governo de Eduardo Leite (PSDB) pudesse quitar o salário dos servidores do Executivo de abril, que estava atrasado havia 40 dias. Ainda segundo a Secretaria da Fazenda, o pagamento da folha de maio está vinculada ao recebimento da segunda parcela do auxílio, prevista para 13 de julho.

Situação crítica

Em situação fiscal crítica antes mesmo da pandemia, Minas Gerais também planeja usar os recursos repassados pelo governo federal para pagar servidores. A Secretaria da Fazenda mineira, porém, destacou que os valores recebidos “não necessariamente” serão suficientes para quitar a folha dos próximos meses. A folha líquida de pagamento de Minas chega a R\$ 2,8 bilhões e o Estado receberá um total de R\$ 3,4 bilhões da União. Até agora, a arrecadação mineira caiu cerca de 20% em relação ao que era esperado para o período.

Até em São Paulo, onde não há problema com o pagamento dos servidores, o montante é considerado insuficiente. A ajuda federal para o Estado será de R\$

7,7 bilhões, enquanto a perda de arrecadação neste ano está estimada entre R\$ 19 bilhões e R\$ 20 bilhões.

“As contas só vão ficar equilibradas por causa da suspensão do pagamento da dívida com a União e com os bancos oficiais. O problema é que esses cálculos são feitos com base em estimativa de queda de arrecadação. A queda real pode ser maior”, diz o secretário da Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles.

Veículo: Estadão	
Data: 13 a 15.06.2020	Caderno: Economia



Estados devem sair da crise da covid-19 ainda mais endividados

Apesar de socorro, governos poderão deixar de pagar parcelas das dívidas com União, bancos públicos e órgãos internacionais até o fim de 2020

Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo

14 de junho de 2020 | 05h00

BRASÍLIA | Apesar de um socorro bilionário do governo federal, os Estados devem sair da crise ainda mais endividados do que já estavam antes da pandemia do novo coronavírus. Ao mesmo tempo, o ritmo da recuperação ainda incerto coloca dúvidas sobre o momento em que a arrecadação voltará ao

patamar pré-crise. A combinação desses fatores tem levado especialistas a apostar numa nova rodada de resgates ou até numa renegociação da dívida dos governos estaduais.

Brasil registra 960 mil pedidos de seguro-desemprego em maio, com alta de 53%

Entre o início de janeiro e o fim de abril, o estoque da dívida dos Estados saltou R\$ 53,5 bilhões para R\$ 882,9 bilhões, e a maior parte do aumento (R\$ 52,2 bilhões) é explicada pela variação cambial, de acordo com dados do Banco Central. A alta foi de R\$ 41,1 bilhões no saldo da dívida externa e de R\$ 11,1 bilhões na dívida interna atrelada ao dólar.

Com a aprovação do socorro, os governos estaduais poderão deixar de pagar as parcelas das dívidas com União, bancos públicos e organismos internacionais até o fim de 2020. Segundo dados do Ministério da Economia, a medida deve abrir um espaço de R\$ 52,5 bilhões no Orçamento dos Estados. Mas eles terão que reincorporar esse débito (com correções) ao saldo restante dos contratos no início de 2022, o que aumentará o valor do serviço da dívida e pressionará o caixa dos governadores em pleno ano eleitoral.

Até lá, ainda não se sabe se a arrecadação já terá retomado os patamares anteriores à crise. Os Estados começaram 2020 com alta nas receitas próprias, mas o resultado se inverteu em abril, já refletindo as medidas de isolamento social adotadas para frear o avanço da doença no País. Naquele mês, houve

diminuição de 15% nas receitas estaduais em relação a abril de 2019, segundo boletim do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O tombo foi ainda maior em maio, com queda de 23,9% em relação a igual mês de 2019, considerando 25 unidades da Federação (Paraná e Mato Grosso do Sul ainda não haviam informado seus dados de maio).

Segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, os secretários estaduais de Fazenda manifestaram preocupação em reunião recente com integrantes da equipe econômica e sinalizaram apoio a uma retomada da agenda de reformas estruturais para tentar contornar os problemas que virão mais à frente. As prioridades são as reformas tributária, para simplificar o ICMS e acabar com a chamada ‘guerra fiscal’ entre os Estados, e a administrativa, para atacar o gasto com funcionalismo.

A despesa com pessoal é um dos problemas crônicos dos governos estaduais: 11 deles extrapolaram o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2018, e a lista pode crescer, já que o percentual é calculado sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), afetada pelas perdas na arrecadação.

Para o economista Guilherme Tinoco, especialista em finanças públicas, o problema dos Estados ainda não está resolvido. Ele lembra que governos como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais já haviam obtido liminares na Justiça para suspender pagamentos da dívida. Por isso, o socorro tem um

impacto menor para eles neste momento, pois parte do alívio possível já havia sido antecipada.

Minas Gerais inclusive é um dos Estados com grande exposição da dívida ao câmbio. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o governo mineiro tem cerca de 20% de sua dívida atrelada a moedas estrangeiras, sobretudo o dólar. Mesmo com a liminar que dispensa o pagamento, os encargos vão sendo incorporados ao saldo devedor.

“Algum tipo de ajuda adicional vai ter que ser dada”, diz Tinoco. “A receita dos Estados vai partir de um nível muito menor, enquanto os gastos obrigatórios terão aumentado. Isso vai ser um problema”, afirma.

Para um técnico do governo, não é improvável que o cenário resulte em uma nova renegociação de dívida dos Estados, a exemplo do que foi feito em 2016, quando os prazos de pagamento foram alongados e a União concedeu um período de carência até a retomada das parcelas.

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, afirma que muitos Estados já estavam virtualmente quebrados antes da pandemia e acumulavam uma “pilha de pagamentos atrasados”. “Estamos empurrando isso para frente, considero isso preocupante”, afirma. “O passado está aí, e está se criando um novo acúmulo de problemas.”

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O básico da renda

Debate sobre programa social deve incluir melhora de cadastro e ainda vícios do Estado corporativista

A necessidade de proteger os mais vulneráveis durante a pandemia fez nascer o maior programa de transferência emergencial de renda já visto no país. O auxílio temporário de R\$ 600 mensais para trabalhadores informais e desempregados também reavivou o debate sobre um programa de renda mínima mais amplo ou mesmo universal.

A discussão é bem-vinda e pode se mostrar fértil, embora não raro se dê em termos por demais abstratos e utópicos, a desconsiderar restrições orçamentárias e empecilhos políticos e legais.

O Brasil já dispõe de cadastros abrangentes, embora incompletos, de famílias pobres, conta ainda com a experiência bem-sucedida do Bolsa Família, a última grande inovação da política social. Cabe agora pensar nos próximos passos. Podem-se aperfeiçoar os programas e o foco nos mais carentes, de modo a reduzir a desigualdade.

O desafio consiste em fazer o melhor uso de recursos escassos — sem incorrer no erro de exaurir as finanças públicas e comprometer ainda mais o crescimento econômico, sem o qual não existe superação real da miséria.

Há diversos modelos possíveis. Na versão mais abrangente e custosa, todas as pessoas, ricas e pobres, teriam direito ao benefício, sem qualquer condicionalidade. Os mais afluentes pagariam mais im-

posto de Renda, em compensação.

Tal modalidade, hoje, poderia custar algo em torno de exorbitantes 10% do Produto Interno Bruto (o Bolsa Família não chega a 0,5%) e exigiria redesenho amplo do sistema tributário e de todo o rol de benefícios pagos pelo Estado, inclusive salários e aposentadorias.

Outras possibilidades, mais realistas ao menos para um ponto de partida, são programas com critérios de elegibilidade, mais similares ao Bolsa Família, que atinge hoje cerca de 13,5 milhões de lares.

Os desenhos variam, mas seria plausível, por exemplo, criar uma renda básica para crianças e adolescentes, justamente os mais protegidos e afetados pela pobreza. A fusão de programas em prol de uma ação concentrada nos mais pobres traria ganhos de eficiência.

Uma iniciativa dessa natureza demandaria de 2% a 4% do PIB, a depender da abrangência e dos benefícios, e poderia ser viabilizada, em tese ao menos, a partir de ações como a unificação de auxílios já existentes, revisão de outros gastos obrigatórios, eliminação de benefícios tributários e aumento do Imposto de Renda.

Há um debate mais amplo, como se nota, mas historicamente evitado à esquerda e à direita: como o Estado corporativista do país contribui para a perpetuação de privilégios e a desigualdade social.

O caso da Nova Zelândia

País não tem mais casos de Covid-19, graças a suas particularidades geográficas e sua boa governança

Após 8 de junho, a população da Nova Zelândia pôde voltar a frequentar bares e restaurantes, a realizar cerimônias de casamento e comparecer a festas de aniversário, como fazia antes da chegada do novo coronavírus.

Esse esperado retorno à normalidade, após 75 dias de restrições, é fruto do sucesso — até aqui, é necessário ressaltar — do país no enfrentamento da Covid-19. O arquipélago de 5 milhões de habitantes, localizado no oceano Pacífico, anunciou que não abriga mais casos ativos da doença.

Novas infecções já não são reportadas há 18 dias, e o saldo, do início da pandemia até agora, é invejável para os padrões globais: 1.504 contaminações e 22 mortos.

O país tomou a decisão de agir cedo e de forma enérgica, adotando restrições duras com somente uma dezena de casos confirmados. Fronteiras foram cerradas; praias, calçadas à beira-mar e parques públicos, fechados, assim como escolas, escritórios, bares e restaurantes. A população teve de permanecer em casa, com a exceção de trabalhadores essenciais, e uma maciça operação de testes e rastreamento de contatos foi montada.

Tais controles foram sendo aprofundados em fases, à medida que o país cumpria metas pré-estabelecidas.

Aretomada da atividade, contudo, ainda não está completa. Com a epidemia varrendo diversos países, as fronteiras neozelandesas permanecem bloqueadas.

O exemplo da Nova Zelândia não mostra apenas a importância de adotar e sustentar medidas de restrição social, bem como uma política coerente de testes — tarefas facilitadas pelas particularidades do país, pequeno, remoto e rico.

Ele deixa ainda patente que, em momentos como o atual, um governo que age de forma clara e sensata faz enorme diferença. Pandemias envolvem um desafio de comunicação, no qual líderes precisam persuadir populações inteiras a suspender suas vidas em decorrência de uma ameaça invisível.

Foi o que fez a primeira-ministra Jacinda Ardern. Em vídeos transmitidos de casa por meio de redes sociais, ela misturou lições de epidemiologia, discussões sobre as dificuldades causadas pela doença e mensagens de união contra o vírus.

MONUMENTO AO RESSENTIDO EMPODERADO

"SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO, TÁ OK?"



A morte do imperador

Vinicius Mota

SÃO PAULO Joaquim Nabuco (1849-1910) frustrou-se com o levante militar que inaugurou a República em 1889. A 7 de setembro do ano seguinte, o líder liberal que ajudara um gabinete conservador a abolir a escravidão escreveu ao Jornal do Comércio para justificar por que fora e ainda continuava a ser monarquista.

"Por prever que a monarquia parlamentar só podia ter por sucessora revolucionária a ditadura militar, quando a sua legítima sucessora evolutiva era a democracia civil: por pensar que a República seria no Brasil a pseudo-República que é em toda a América Latina."

E emenda da político, escritor e diplomata pernambucano: "A causa da altivez com que todo brasileiro olhava para o imperador era a certeza de que ele nada podia tentar contra o último dos cidadãos."

Bingo. Nabuco, mais liberal que monarquista, fornecia a chave para o sucesso dos regimes abertos que se consolidavam no Ocidente: a morte de direito, mas não necessariamente de fato, da figura imperial.

Ela pode até caminhar entre os seres humanos, como o monarca britânico e o tardio Pedro 2º idealizado por Nabuco, mas perdeu os dentes. Tornou-se o emblema de um superpoder que se esvaziou e se pulverizou pela comunidade política. Atua como o lembrete da vitória definitiva da cidadania sobre a tirania.

Não há dúvida de que a República atingira o mesmo fim nos Estados Unidos e na Suíça, argumenta Nabuco. Ele também concede que democráticos eram os ideais originais do Partido Republicano no Brasil.

No entanto "o primeiro grande contingente que ele recebeu", o apoio de escravocratas ressentidos, "fe-lo perder de vista o povo; e o segundo contingente, o do Exército, que o tornou vencedor sem combate, fe-lo perder de vista a própria República".

O golpe de 15 de novembro de 1889 substituiu um imperador moribundo por um vigoroso monarca coletivo e fardado. Essa praga tem assombrado a nossa história desde então.

Ou o Brasil mata o imperialismo militar ou a República não florescerá.

As ruas e o confinamento

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Na América Latina, na base de dados do CNTS, com informação sobre protestos desde 1946, o Brasil aparecia distante da Argentina (país com mais protestos, junto com Bolívia) e perto da Costa Rica (com menos). Por outro lado, um estudo do BID de 2008 apontava o Brasil e Chile como os países onde "as ruas" importavam menos, e as instituições formais pesavam mais.

O padrão certamente mudou desde 2013.

As "ruas" despertam grandes expectativas hoje porque é uma das variáveis "faltantes" na equação do impeachment, que inclui crise econômica, escândalo, e governo minoritário. A ausência, no entanto, é inteiramente contextual: o confinamento é uma restrição forte e seu substituto pobre — os painéis — mostrou limitações.

As pesquisas sobre processos de impeachment apontam, de fato, para o papel crucial das "ruas" em processos de afastamento do presidente. No entanto deveríamos atentar para a experiência de impeachment de presidentes populares sem base parlamentar, como Fernando Lugo, no Paraguai.

O Congresso aprovou seu impeachment em 48 horas, ante a expectativa de forte mobilização da base do presidente.

Do ponto de vista dinâmico, importa a trajetória das duas variáveis (comportamento das crises sanitária e econômica), mas a variável crítica é o apoio do centro (parte dos partidos de esquerda preferem ver o presidente sangrar). É certo que ele garante um escudo legislativo até o ponto no qual uma queda de popularidade pode tomar o presidente tóxico, ou que a sua incompatibilidade dinâmica com os setores do bolsonarismo raiz produza crises (assistiremos a algo como a formação do PSOL em 2003, com sinal político trocado?).

Para Bolsonaro, o valor do confinamento mudou de forma não trivial desde meados de abril, quando a questão do impeachment adquiriu centralidade. Se o confinamento era combatido por seu impacto na economia e para deslocar a responsabilidade pela crise para os governadores, no momento ele o e porque represa a mobilização do bolsonarismo raiz na defesa do presidente. Mas o Congresso é quem tem a chave do processo: e ao fim e ao cabo o que interessa é seu efeito sobre os parlamentares.

O "desconfinamento" libera, portanto, forças que operam em direções contrárias. Seu resultado político líquido é incerto e depende da trajetória das outras variáveis (recessão, caos sanitário e centrão vs bolsonarismo raiz). Mas uma coisa é certa: o potencial para violência se eleva de forma explosiva.

Esses fatores combinados determinam a popularidade presidencial, a qual é crucial para o apoio congressual a um impeachment. Caso se torne tóxico, ele se viabiliza por efeito manada.

No alto do pódio

Leandro Colon

BRASÍLIA Cairá em desilusão quem tem um pontinha de esperança de que o governo de Jair Bolsonaro tomará enfim as rédeas do combate à pandemia do Covid-19. O Palácio do Planalto tem outras prioridades.

Ao mesmo tempo estados e municípios afrouxam as regras de quarentena, estimulando bizarras filas em shoppings e aglomerações em comércio e praias. A receita para o desastre está posta, com danos irreversíveis. Sem qualquer justificativa plausível, abandona-se uma política (já precária) de isolamento social.

Os alunos são liberados para o recreio sem que a lição de casa tenha sido feita por todos da escola — a começar por quem manda nela.

E o que faz o presidente da República, a principal autoridade política? Estimula, com transmissão em rede social, a população a invadir hospitais para verificar a ocupação de leitos.

A fatura do caos já chegou: os números de mortos dispararam e o Brasil escala com rapidez no ranking dos países índices do planeta.

Três gestos recentes confirmam

que a Covid-19 não é um problema urgente para o presidente Bolsonaro, embora seja um problema dele.

O primeiro foi a medida provisória que permitia ao ministro Abraham Weintraub (Educação) nomear reitores durante a pandemia.

Humilhado pelo Congresso, que devolveu a MP, o governo baixou a cabeça e revogou a proposta.

O presidente ainda anunciou a criação do então finado Ministério das Comunicações, sem justificativa de relevância para tanto, e entregou a pasta a um deputado do PSD, legenda do sedento centrão.

Na sexta (12), Jair Bolsonaro divulgou uma nota patética e atrevida afirmando que as Forças Armadas não aceitam tomada de poder por "julgamentos políticos".

Naquele mesmo dia, o país ultrapassou o Reino Unido, tornando-se, com mais de 41 mil óbitos, o segundo com mais mortes por Covid no mundo.

Estamos, por ora, distantes dos EUA, o primeiro colocado, mas o governo nada fará para impedir a conquista do ponto mais alto do pódio.

Noventa dias em casa

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Eu e Heloisa completamos amanhã três meses de quarentena. Noventa dias em casa, sem descer sequer à portaria, sem tomar o elevador. E sem contar, exceto por vídeos, áudios e pensamentos, com as pessoas que conhecemos ou amamos.

A última vez na rua foi na manhã de 16 de março, uma segunda-feira. Como sempre, caminhamos até o Arpoador. Tomamos coco no quiosque, amigos pararam à nossa mesa e discutimos o assunto vírus. Já se sentia no ar a preocupação. Lá pelas dez horas, voltamos de táxi para o Leblon. Paguei a corrida em dinheiro — R\$ 20. Foi a última cédula em que toquei. Entramos no prédio e brinquei com os porteiros, todos Flamengo, como eu. Foram as últimas pessoas com quem conversei ao vivo. Subimos, bati a porta atrás de mim e aqui estamos, à espera de um dia, voltar à vida onde ele se passa de verdade — lá fora.

O noticiário, que acompanhamos com atenção, nos provoca duas rea-

ções. Uma, de preocupação para com as pessoas cujo trabalho as obriga a sair ou a abrir suas lojas — já que não contam com um planejamento amplo e oficial que as socorra e aos que dependem delas, e têm de se contentar com um dinheiro oferecido de má vontade e que muitos até agora nem conseguiram receber.

A outra reação é de inveja, ao ver as imagens dos calçados, ruas, shoppings e galerias cheios de gente caminhando, correndo, pedalando, fazendo compras, empurrando carrinhos de bebê e se acotovelando em filas. Alguns de máscara, outros sem, mas todos pimpões, felizes, à salvo de contágio e imunes às estatísticas que falam de mais de um morto por minuto, a caminho dos 50 mil óbitos e do primeiro milhão de infectados. É como se fosse um Brasil paralelo, em que a Covid não existe, as mortes são de mentira e é tudo invenção da mídia.

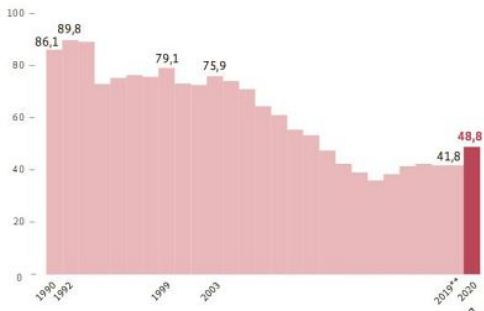
Mas este Brasil, queira ou não, logo também descobrirá o que é ficar em casa. Muitos países já não nos querem nas ruas deles.

folhainvest coronavírus

Sete milhões são vulneráveis ao risco de pobreza no Brasil devido à crise econômica causada pela Covid-19

Sem programa emergencial de transferência de renda, brasileiros vivendo na pobreza chegariam a 48,8 milhões

População brasileira vivendo abaixo da linha mais alta de pobreza (US\$ 5,50 por dia)*
Em milhões



Projeção do que pode ocorrer em decorrência do impacto econômico da Covid-19 sem considerar medidas que governos estão tomando, como programas de transferência de renda

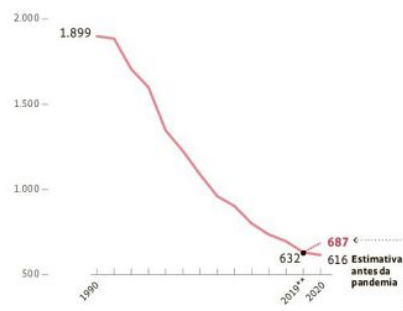
Dependentes de renda variável, famílias mais pobres estão mais expostas à recessão no Brasil****

Fatias de famílias com renda totalmente variável



No mundo, extrema pobreza poderá ter seu primeiro aumento desde 1998 na esteira da Covid-19

População global vivendo em extrema pobreza (menos de US\$ 1,90 por dia)*
Em milhões



*Em paridade do poder de compra (PPC), medida que considera diferenças entre os custos de vida dos países. **Estimativa. ***Considera como renda variável todo o rendimento proveniente de trabalhos das categorias: trabalhador doméstico com ou sem carteira; trabalhadores do setor privado sem carteira; empregador, conta própria; trabalhador não remunerado em ajuda a membro do domicílio ou parente. Fontes: Banco Mundial e pesquisa feita pela consultoria Plano CDE

Sem voucher, 7 milhões cairiam na pobreza

Com fim do auxílio emergencial, brasileiros pobres podem chegar a 48,8 milhões, segundo Banco Mundial

Érica Fraga

SÃO PAULO Sete milhões de brasileiros podem ser empurrados para a pobreza neste ano, se os mecanismos de transferência de renda emergencial adotados pelo governo não atingirem os mais vulneráveis ou forem suspensos antes de terminados os efeitos da Covid-19. O diagnóstico é do Banco Mundial, que acaba de rever sua projeção de contração da economia do Brasil em 2020 para 8%, bem acima da queda já significativa de 5% estimada pela instituição em abril, após o agravamento inicial da pandemia.

O novo número representa uma virada de 10 pontos percentuais em relação aos 2% de crescimento esperados para o país no início deste ano. Com o distanciamento social imposto pelo coronavírus, a reversão econômica brutal atingiu principalmente os trabalhadores informais e autônomos, trazendo consigo o risco de uma explosão da pobreza.

Pelas contas do Banco Mundial, sem as medidas de proteção implementadas pelo governo federal, o total de brasileiros pobres pode saltar de 41,8 milhões, em 2019, para 48,8 milhões (cerca de 23% da população), em 2020. Esse cálculo considera as pessoas que vivem com menos de US\$ 5,50 por dia em países de renda média alta como o Brasil, o que implica privações econômicas significativas.

Convertida por uma taxa de câmbio que leva em conta as diferenças no custo de vida entre as nações, a linha da pobreza de US\$ 5,50 equivale a uma renda mensal per capita de R\$ 434 em julho de 2019.

Segundo Christoph Lakner, economista do Banco Mundial, os mecanismos existentes de apoio aos mais pobres no país — como o Bolsa Família e o auxílio-desemprego — somados aos criados emergencialmente pelo governo podem evitar que a recessão redunde em maior pobreza.

Entre as medidas recentes, ele cita a criação da transferência de R\$ 600 para adultos que se declararam atingidos pela crise e o programa que complementa a renda de funcionários cujas empresas reduziram seus salários para evitar demissões.

Mas o economista destaca que a efetividade dessas medidas — especialmente o auxílio aos informais — dependerá tanto da qualidade de sua implementação quanto de sua duração.

“Com interrupções mais longas do nível de emprego, o impacto sobre trabalhadores de baixa renda informais e

contas-própria se torna mais severo”, afirma Lakner.

O especialista ressalta que, ao reagir rapidamente, o governo brasileiro optou por evitar “erros de exclusão”, preferindo chegar a mais brasileiros do que o necessário e garantir, com isso, que os mais vulneráveis não ficassem de fora.

Segundo ele, isso é compreensível em situações que exigem que governos ajam em resposta a uma queda severa e repentina da renda nacional.

A dívida agora é sobre o futuro, já que os efeitos recessivos da crise se prolongarão além dos três meses iniciais previstos como duração de algumas medidas.

O governo já anunciou que estuda estender o pagamento do auxílio emergencial por mais meses, cortando, porém, o valor do benefício.

Para Naércio Menezes, pesquisador do Inspier, o ideal seria, no entanto, manter os R\$ 600, mas refinar a identificação dos necessitados, reduzindo o número de beneficiários. “As ferramentas desenvolvidas para cadastrar novos beneficiários nessa crise podem servir para melhorar o foco da assistência social tanto agora quanto no futuro”, diz o economista.

Um estudo feito em abril por Menezes e Bruno Komatsu — também economista do Inspier — indicava trajetórias

esperadas para a pobreza seguindo diferentes hipóteses sobre a magnitude e a extensão da renda emergencial.

Eles concluíram que, se o benefício de R\$ 600 atingisse 32 milhões de brasileiros mais vulneráveis, não apenas evitaria um aumento da pobreza como garantiria uma queda substancial desse indicador enquanto fosse mantido.

“Muitos pobres no Brasil vivem com menos de R\$ 600 por mês”, diz Menezes.

A ajuda foi paga, até agora, a mais de 50 milhões de adultos. Isso significa, segundo o economista, que seu escopo pode ter ido além do necessário. Ele concorda com Lakner que, dada a brutalidade e a rapidez da crise, é compreensível a reação inicial do governo. Mas ressalta que é hora de planejar melhor os próximos passos.

No mundo, cerca de 70 milhões podem ir para pobreza extrema

Uma preocupação grande de especialistas em pobreza e desigualdade é a enorme fatia de trabalhadores que depende de renda informal — e, portanto, incerta — em países como o Brasil.

Uma pesquisa recente feita pelo Plano CDE, consultoria

especializada em projetos sociais e políticas públicas, mostra que 70% das famílias brasileiras que vivem com menos de R\$ 3.135 por mês têm renda 100% variável. Ou seja, dependem totalmente de ciclos econômicos favoráveis para conseguir comprar comida e pagar suas contas.

“Nesse grupo, estão as famílias já cobertas pela assistência social e as que foram incluídas agora no programa emergencial, cujo teto é uma renda de R\$ 3.100”, diz o antropólogo Maurício Prado, diretor executivo do Plano CDE.

Enquanto o benefício emergencial durar, essas famílias não cairão na pobreza. Mas, quando ele for suspenso, essa realidade pode mudar rapidamente, levando o risco de aumento da privação econômica, calculado pelo Banco Mundial, a se materializar.

“Se suspendermos o auxílio emergencial enquanto o impacto negativo da crise persistir, muitas pessoas cairão na pobreza no mês seguinte”, afirma Menezes.

Prado ressalta que outro grupo que merece atenção é o de famílias com renda entre R\$ 3.135 e R\$ 6.000 por mês, já que quase metade delas também é dependente de rendimentos totalmente variáveis.

“O risco de pobreza repentina entre essas famílias é menor, mas elas estão sujeitas a outros perigos como o endi-

“Com interrupções mais longas do nível de emprego, o impacto sobre trabalhadores de baixa renda informais e contas-própria se torna mais severo

Christoph Lakner
Economista do Banco Mundial

As ferramentas desenvolvidas para cadastrar novos beneficiários nessa crise podem servir para melhorar o foco da assistência social tanto agora quanto no futuro

Naércio Menezes
Pesquisador do Inspier

vidamento excessivo”, afirma o antropólogo.

Na pesquisa que a consultoria fez em abril, antes de os benefícios emergenciais entrarem em vigor, a fatia de famílias que declarou ter aumentado dívidas por causa da crise foi de 36% e 47%, respectivamente, nas classes C e DE.

O levantamento mostrou ainda que, sem assistência social, é alto o número de brasileiros que conta com o socorro de vizinhos e familiares em momentos de crise como o atual.

Essa rede informal de apoio tem gerado cenas comoventes em partes da América Latina, onde a infraestrutura de ajuda governamental tem falhado, mesmo com a criação de benefícios emergenciais.

Em áreas pobres de países como El Salvador, Bolívia, Guatemala e Equador, famílias passaram a estender panos brancos fora de suas casas para indicar que estão prestes a ficar sem comida.

O sinal virou uma espécie de código nessas comunidades, ao alertar vizinhos, que se mobilizam para deixar alimentos em frente a essas residências. Em alguns países, até as autoridades locais têm baseado suas ações no movimento das “bandeiras brancas”.

Pelos cálculos mais recentes do Banco Mundial, a crise do Covid-19 poderá adicionar 70 milhões de pessoas às cerca de 632 milhões que sobreviviam na pobreza extrema — com menos de US\$ 1,90 por dia — em 2019.

Segundo a instituição, a queda de 5,2% esperada para o PIB global neste ano vai configurar a pior recessão enfrentada pela humanidade em oito décadas.

Até agora, de acordo com Lakner, 190 países e territórios adotaram novas medidas ou adaptaram políticas existentes em consequência da Covid-19, atingindo cerca de 12% da população global.

Segundo ele, o quanto mais eficazes essas respostas na identificação das pessoas mais necessitadas menor será o aumento da pobreza em decorrência do coronavírus.

Cálculos de Lakner e outros economistas da instituição mostram que cada 1% de redução na desigualdade de renda diminui em 20% o impacto da pandemia sobre a pobreza.

Ele ressalta que, em países como o Brasil, onde a população informal mais sensível às características da recessão atual é muito grande, medidas com esse foco são ainda mais importantes. “As transferências terão um papel crítico na pandemia”, diz o economista.



Crianças exibem bandeiras brancas pedindo ajuda no município de San Marcos, em El Salvador. Xinhua/Alexander Peña

folhainvest coronavírus

Nenhuma ação é imune ao coronavírus

O risco sistemático atinge gregos e troianos, não deixa ninguém fora do seu alcance

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP (Certified Financial Planner), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

Você já reparou que, quando o índice que registra o preço médio das ações negociadas em Bolsa cai, muitas vezes se calam? Existe um verdadeiro apagão de informação, como se fosse proibido falar do assunto. Mas basta uma reação positiva nos índices do mercado de ações para que diversos gurus ressurjam tentando nos convencer a investir nas ações que nos deixaram ricos. Não raro, nos fazem sentir um tanto quanto idiotas por não termos aproveitado para ganhar dinheiro na última alta.

Mesmo dando um desconto, ciente de que se trata de uma abordagem chamativa para atrair a atenção das pessoas, não é razoável, nem aceitável, induzir as pessoas a erro. Nenhuma ação é imune aos efeitos provocados pela pandemia. Todas, sem exceção, foram afetadas e podem ser afetadas novamente, em razão do risco sistemático, que afeta o conjunto das ações negociadas no mercado. Contra o risco sistemático não há antídoto ou tratamento. Nem a diversificação,

sabedoria antiga das nossas avós que diziam para não colocar os ovos em uma única cesta, consegue eliminar o risco de perdas quando o tal do risco sistemático acontece. Ele, risco sistemático, normalmente originado por fatores macroeconômicos ou políticos, nacionais ou internacionais, também se apresenta em cenários de guerra, grandes conflitos e pandemias. Algumas das aparições mais recentes do temido risco sistemático no mundo, nos últimos 30 anos, foram a crise dos

gigantes asiáticos em 1997, o ataque terrorista às Torres Gêmeas na cidade de Nova York em 2001, a crise do "subprime" nos Estados Unidos em 2008, que provocou uma profunda e longa recessão, e agora, em 2020, a pandemia do coronavírus. Outras aparições do risco sistemático tiveram alcance somente em terras brasileiras: Plano Collor em 1990, desvalorização do real em 1999, a eleição de Lula em 2002 e o impeachment de dois presidentes são alguns exemplos. Toda grande crise atinge os

diversos setores da economia em maior ou menor escala. Algumas empresas conseguem se recuperar rapidamente do impacto provocado pelo risco sistemático, outras desaparecem ou levam anos para retomar seus níveis de produção e rentabilidade. Esse é o risco não sistemático que afeta diferentemente os setores econômicos. Alguns setores de serviços, como comércio, turismo, transporte aéreo, cultura e educação, foram profundamente impactados pela pandemia, em razão das restrições impostas pelas organizações de saúde. Alguns setores, como agricultura, não foram afetados, e outros se beneficiaram com a crise. Empresas de streaming e entretenimento, fabricantes de produtos de higiene, laboratórios e serviço de entrega em domicílio são alguns exemplos. Para esse risco, o não siste-

mático, existe antídoto: a diversificação. Compor uma carteira de ações diversificada ajuda o investidor a minimizar eventuais perdas. Uma carteira de ações bem estruturada, com baixa correlação entre elas, tende a assegurar uma rentabilidade média razoável quando o mercado se recupera. Entretanto, essa rentabilidade potencial e específica só virá com o tempo, a curto, médio ou longo prazo, quando a extensão do estrago provocado pelo risco sistemático for entendida, avaliada e gerenciada, e as oportunidades, devidamente exploradas. Não existe investimento sem risco, especialmente quando o fator de risco é novo e desconhecido, como agora. Os investidores experientes e de perfil agressivo conhecem bem essa história. Aos investidores novatos, muito cuidado e atenção. marcia.dessen@gmail.com

DOM: Samuel Pessoa | SEG: Marcia Dessen | TER: Nizan Guanaes, Cecília Machado | QU: Helio Beltrão | QUI: Cida Bento, Solange Srour | SEX: Nelson Barbosa | SÁB: Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Rentabilidade mensal dos ativos



Nem renda fixa escapa da volatilidade dos fundos

Turbulência nos mercados gera grandes oscilações no rendimento

Júlia Moura

SÃO PAULO Além de sacudir as Bolsas de Valores globais, a pandemia de coronavírus levou fundos, inclusive de renda fixa, a grandes oscilações em sua rentabilidade mensal, alguns com perdas expressivas.

O fundo de renda fixa da XP de longo prazo, por exemplo, teve perda de 3,12% em março e ganho de 2,8% entre abril e maio. O fundo multimercado —fundo que combina aplicações conservadoras com ativos mais ariscados— Verde perdeu 11,46% em março e su-

biu 14,2% em abril e maio, e o fundo de ações Dynamo Cougar caiu 32% em março e valorizou 33,2% nos dois meses seguintes. Segundo especialistas, é comum que fundos tenham grandes oscilações no rendimento no curto prazo, especialmente em momentos de crise. Uma mesma carteira pode decolar ou afundar, a depender do momento econômico.

juros esperadas pelo mercado nos próximos meses e anos com base na evolução dos indicadores econômicos atuais. O movimento fez fundos atrelados a ações e outros ativos de renda variável terem perdas expressivas, bem como os fundos que apostavam em juros futuros mais baixos. Os que estavam comprados em juros futuros mais altos ganharam.

Agora, o cenário se inverteu. Em um ambiente de retração econômica e deflação, o Banco Central sinaliza que juros baixos vieram para ficar —o mercado especula que a Selic caia de 3% para 2% neste ano e permaneça neste patamar até o início de 2021— e a Bolsa de Valores se recupera com a expectativa de retomada econômica. Ou seja, a mesma estratégia que pode ter feito um fundo ter forte perda em março pode levar a uma expressiva valorização em abril e maio. Além disso, os gestores constantemente fazem mudanças na carteira do fundo, em busca de maior rentabili-

dade. Caso o fundo tenha um resultado melhor do que o seu índice de referência, como o Ibovespa, é cobrada uma taxa de performance do cotista para bonificar o gestor. "Há fundo multimercado que sobe 9% e outro que cai 10%, fundo de ação que sobe 10%, enquanto outro cai 30%, por isso, é um grande risco o investidor apostar em um só fundo", diz José Raymundo de Faria Júnior, planejador financeiro certificado (CFP) pela Planejare. "A dica é investir em um fundo que investe em diversos fundos, ou comprar cotas de fundos de diversos tipos (renda variável, multimercado, renda fixa) e estratégias (ações, imóveis, debêntures, títulos públicos etc.), com foco no longo prazo. "Pelo menos, de dois a três anos de horizonte de investimento, mas você pode dar sorte e o fundo ir bem em um curto prazo", diz Faria Júnior. A escolha deve ser com base no perfil de risco do investidor —os mais conservadores devem escolher fundos com menos ativos de risco— e de olho no histórico do gestor. "É bom acompanhar o gestor do fundo nas redes sociais, ler as cartas de gestão e entender um pouco a estratégia do fundo. Um bom resultado no passado não garante a qualidade do investimento", diz o planejador. O investidor também deve estar atento à hora de investir. "Sair de que um fundo que está caindo e entrar no que está subindo tem grande chance de dar errado". Na hora de analisar a rentabilidade, é preciso comparar com fundos que tenham a mesma estratégia de investimento. No caso dos multimercados, por exemplo, há fundos mais voltados a ações e outros a títulos de renda fixa. "O ideal sempre é tentar analisar janelas e períodos mais longos. Olhar um único mês ou conjuntos de poucos meses curtos pode levar a conclusões que refletem a natureza do fundo", diz Pedro Rudge, diretor da Anbima. Ele indica analisar a rentabilidade do fundo em, no mínimo, um ano. "Quanto mais longa a janela, mais rica a conclusão".

DECLARAÇÃO DE PROPOSITO
Alamir da Costa Neri, portador do CPF nº 925.137.277-20, Edilberto Pereira, portador do CPF nº 536.217.199-20 e Gilson dos Santos, portador do CPF nº 077.667.308-76, DECLARAM, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na MEMBRA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, em fase de constituição. ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma específica ali adota, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observando que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil no internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenças para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SFB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro – SFB mencionadas abaixo: BANCO CENTRAL DO BRASIL – Gênesia Técnica no Rio de Janeiro (BORGESTRA), Avenida Presidente Vargas, 740 – 19º andar – CEP 20071-900, Rio de Janeiro – RJ – Telefone: (21) 2189-5020, 2189-5012, 2189-5146 e 2189-5188, e-mail: gta.dor@bcb.gov.br – Curitiba (PR), 1º de junho de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 60.633.674/0001-55
Cotação - Processo IPT Nº DL00270.2020 - RC40097.2020
Objeto: Atividade de Desenvolvimento de Carbono Gasoso (CO2) e Oxigênio Medicinal Comprimido (O2), pelo período de 04 (quatro) meses.
Data Final para apresentação de proposta: 17.06.2020 até as 17:00h
Escclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones/e-mails: (11) 3767-4039/4035 - sonia@ipt.br - Departamento de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
Comissão de Finanças e Orçamento convoca para a realização da sua 6ª Audiência Pública Virtual.
Tema: Proposta da Municipalidade de suspensão ou redução de parcelas nos contratos, convênios e termos de parceria por força do Decreto nº 59.456 de 19 de maio de 2020.
Data: 17/06/2020
Horário: 09h30
Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Audílios Online [www.sampa.sp.gov.br/transparencia/audiencia-online], e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube [www.youtube.com/c/amaesampaonline].
Para participar: encaminhe sua manifestação por e-mail ou inscreva-se para participar do vivo por videoconferência através do Portal da CMSP no internet, em http://www.sampa.sp.gov.br/audienciapublica/inf/audienciaonline/.
Para maiores informações: Financas@Sampa.sp.gov.br

“É bom acompanhar o gestor do fundo nas redes sociais, ler as cartas de gestão e entender um pouco a estratégia do fundo. Um bom resultado no passado não garante a qualidade do investimento”

José Raymundo de Faria Júnior
Planejador financeiro certificado pela Planejare

Motoboys organizam boicote a aplicativos

SÃO PAULO Motoboys organizam um novo protesto contra os aplicativos de entrega. Depois de um buzinação em São Paulo em abril e um protesto na Avenida Paulista no começo de junho, a categoria vai parar, em todo o país, em 1º de julho por melhores condições de trabalho em meio à pandemia de Covid-19. Dentre as reivindicações estão o aumento no pagamento

de das corridas e da taxa mínima, seguro de vida e para roubos e acidentes, e remuneração para compra de equipamento de proteção individual (EPI). Os entregadores também pedem o fim de bloqueios e desligamentos indevidos de pedais aplicativos e o fim do sistema de pontuação, que delimita as entregas que o motoboy pode atender.

A categoria pede que usuários não façam pedidos nesse dia e que atribuam nota baixa na avaliação dos aplicativos de entrega. Segundo relatos dos entregadores, as condições de trabalho pioraram durante a pandemia pelo risco sanitário e pelo tempo que eles gastam em supermercados para abastecer a população que está em casa.

O Ministério Público do Trabalho emitiu nota técnica com medidas a serem tomadas pelas empresas de transporte de mercadorias, como o fornecimento gratuito de álcool em gel, laboratórios com sabão e papel toalha, espaço e serviço de higienização para os veículos e água potável para o consumo desses profissionais. Segundo motoboys, a distribuição não tem sido suficiente.

Guedes quer priorizar concessões no BNDES

Plano é restringir socorros setoriais na crise e garantir que banco tenha recursos para investimentos no pós-pandemia

Julio Wiziack e Fábio Pupo

BRASÍLIA O BNDES vai operar com restrições e privilegiar recursos para o programa de concessões, visto como pivô da retomada planejada pela equipe econômica. A orientação foi dada pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

Assessores e técnicos afirmam que, embora não haja limites definidos, o banco prevê atravessar a crise do coronavírus com menos de 30% de seu funding — recursos próprios para empréstimos — comprometido com operações emergenciais.

O restante será destinado às operações de financiamento a concessões. Para Guedes, elas serão chave do crescimento.

Esse é um dos motivos para que o socorro setorial (montadoras, companhias aéreas e elétricas, por exemplo) seja aprovado com valores inferiores ao que foi solicitado.

As companhias aéreas foram as primeiras a pedir ajuda. Inicialmente, o setor apresentou proposta para linhas de crédito de R\$ 8 bilhões, mas o banco só aceitou liberar metade.

No setor elétrico, as empresas queriam R\$ 25 bilhões, mas deverão receber entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões.

Cada uma das quatro principais montadoras de automóveis pediu R\$ 7 bilhões. Isso consumiria todo o dinheiro disponibilizado para a ajuda emergencial do banco.

Surgiram então rumores da fragilidade do caixa da instituição. O banco ainda terá de devolver R\$ 270 bilhões ao Tesouro até 2022, conforme estabelecido pela equipe econômica no começo do governo Jair Bolsonaro.

Nos bastidores, executivos da instituição dizem que há "conforto de caixa" para garantir a ajuda emergencial porque, desta vez, o risco está compartilhado por um sindicato de bancos.

O socorro sairá de "vários bolsos". Essa medida permitirá dividir o risco das operações e queimar menos recursos próprios nas operações de socorro à economia.

Eles afirmam ainda que, quando as conversas com o banco tiveram início, muitas empresas incluíram no cálculo de suas necessidades valores destinados ao aumento de salário de executivos, dívidas da empresa com o acionista (controlador), distribuição de dividendos e outras obrigações, que, na avaliação do banco, não se relacionam com a sobrevivência da companhia. Esse foi outro motivo para a redução dos valores aprovados.

O rigor na concessão do crédito, para que o dinheiro não fosse destinado para finalidades diferentes do ajuste de caixa, tem como objetivo cumprir uma recomendação de Guedes dada ao presidente do BNDES, Gustavo Montezano, de salvar, ao máximo, os recursos do bancos para o que o ministro chama de "segunda onda da crise".

Para tentar reduzir o impacto causado pelo coronavírus, a prioridade do BNDES será garantir os empréstimos de longo prazo para o programa de concessões em infraestrutura.

A expectativa de investimentos gira em torno de R\$ 250 bilhões, caso somente o cronograma dos leilões do Ministério da Infraestrutura dos próximos dois anos seja mantido. A infraestrutura já responde por 41,4% dos inanciamentos do banco.

Esses projetos representam risco baixo com receita garantida porque se referem a negócios regulados, como estradas (pedágios) e aeroportos (tarifas). Há também projetos importantes em Minas e Energia.

A política de reserva de recursos do banco para os financiamentos das concessões foi revelada em uma videoconferência do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e de Montezano.

Mesmo sendo o grande beneficiado com a estratégia de Guedes, Tarcísio, que concentra a maior parte dos projetos de concessão, foi um dos que mais defenderam a ajuda

do BNDES ao setor aéreo.

Para que a operação fosse viabilizada, o banco aceitou se tornar sócio das companhias, com até 20% de participação, caso não paguem o empréstimo. Sem a ajuda, na avaliação dos técnicos, haveria quebra de prazo.

No setor elétrico, as garantias serão dadas pelos próprios consumidores por meio das contas de luz.

Ainda está em avaliação qual será o modelo para o setor automotivo.

Técnicos do banco afirmam que não existe um limite previamente estipulado para a ajuda emergencial. Eles, porém, confirmam que existe uma diretriz de equacionamento para preservar o plano de retomada.

Procurado, o BNDES não quis comentar.

Socorro do BNDES a empresas

SETOR AÉREO

- R\$ 4 bilhões para cada empresa; pedido era de R\$ 8 bilhões
- BNDES pode ficar com até 20% de participação em caso de calote

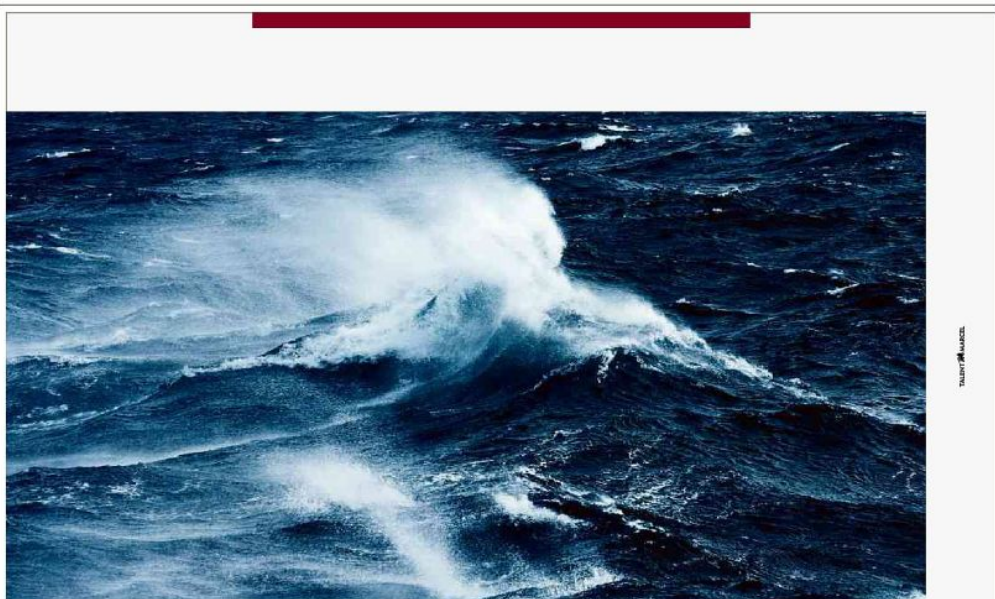
MONTADORAS

- Devem ganhar R\$ 4 bilhões

- matrizes das empresas precisam colocar parte do dinheiro na operação

SETOR ELÉTRICO

- Empresas devem receber entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões
- Garantia deve ser a conta de luz do consumidor



Safra Galileo: 541,9% do CDI, no meio da tempestade. Isso é performance de quem entrou faz tempo no mar dos investimentos.

O Safra Galileo já enfrentou várias tempestades, como a que estamos passando agora, e sempre manteve uma rentabilidade consistente.

Rentabilidade do Fundo - Maio/2020



Busque por Safra Galileo. Invista como um especialista. Invista Safra.



SAFRA GALILEO AG FIC MULTIMERCADO	FUNDO	CDI	% CDI
Início	387,68%	384,20%	210,81%
12 meses	8,47%	4,86%	172,06%
Mês	1,26%	0,24%	54,68%
Ano	2,44%	1,64%	168,42%



Leia a lâmina de informações essenciais, se houver, e o regulamento antes de investir. O investimento em fundos não é garantido pelo administrador, pelo gestor, por qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Descrição do tipo: Ativo disponível no formulário de informações complementares. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos; taxa de performance e taxa de saída. A rentabilidade divulgada desde o início (30/7/2008) refere-se ao rendimento acumulado nominal do Fundo Safra Galileo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado (CVM 10.147.248/2007-1) desde a data de sua constituição, sendo que tal rentabilidade foi alcançada pelo investidor que permaneceu com seus recursos aplicados no fundo neste mesmo período de forma ininterrupta e sem resgates. O SAFRA GALILEO AG FIC se o fundo é adequado ao seu perfil de investidor. O fundo é destinado a investidores em geral, clientes do Banco Safra, preferencialmente do segmento Agência, conforme definição interna da administradora. O objetivo do fundo é atuar no sentido de proporcionar aos seus cotistas a valorização de seus recursos mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio em cotas de Safra Galileo Master Fundo de Investimento Multimercado, inscrito no CVM 10.147.248/2007-1, e em outros ativos de fundos existentes sob a administração do gestor da administração, gestor ou de entidades integrantes do Grupo Safra. Tributação de Longo Prazo. Classificação Anbima: Multimercado Estrutura Livre. Taxa de administração: 1,20% a.a. Taxa de performance: 20% sobre o que exceder o CDI. Taxa de saída de 20% sobre o valor bruto do resgate, caso não sejam respeitadas as prazos de resgate estabelecidos no regulamento do fundo. 1% médio (12 meses) R\$ 3.000,00 (Indicador). Conselho para aplicação: P de uso. Condição para resgate: com pagamento de taxa de saída. P de uso após o pedido, com lançamento de taxa de saída programada de 30 dias corridos e convertida no P de uso. Pagamento de resgate: P de uso (CDI) subsequente à data da conversão. Classificação do Produto de Investimento os principais fatores de risco estão relacionados ao mercado interno e externo e a fatores econômicos, educacionais, nacionais e internacionais, crédito, especificamente quanto ao risco de inadimplência e oscilação de preço motivadas pelo spread de crédito e não obtensão de tratamento. Titularidade de Longo Prazo no processo de aplicação em ativos com prazo médio superior a 360 dias. O fundo pode adotar ativos financeiros negociados no exterior. Data base: 31/5/2020. Para mais informações, acesse o link: www.safra.com.br/fundos/rentabilidade?app=SAFRA. Gestor: Safra Asset Management Ltda. - CNPJ 02.100.000/01. Administradora: Safra Serviços de Administração Fiduciária Ltda. - CNPJ 06.478.000/01. De serviços de Distribuição e Custódia são prestados pelo Banco Safra S.A. - CNPJ 00.147.248/0001-28. Central de Atendimento Safra: 0800 100 0234 (de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h30, exceto feriados). Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais: Audição e de Fala SAC - Serviço Atendimento ao Consumidor: 0800 772 9785 (atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana). Ouvidoria: caso já se tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito(a) 0800 770 1234 (de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, exceto feriados). Supervisão e Fiscalização: Conselho de Valores Mobiliários (CVM) - Serviço de Atendimento ao Cidadão: www.cvm.gov.br. Acesse www.safra.com.br. Fonte das rentabilidades: Quantum Axi

mercado coronavírus

Michael Kremer

Informar mais pobres de maneira incompreensível freia o desenvolvimento

Para Nobel de Economia, crise do coronavírus pode servir como empurrão para uso mais intenso de tecnologias simples, via celular

ENTREVISTA

Érica Fraga

SÃO PAULO A informação transmitida de forma incompreensível para os mais pobres pode ser uma barreira maior ao desenvolvimento econômico do que a falta de tecnologia ou de interesse dos governantes.

Essas são algumas conclusões que o economista norte-americano Michael Kremer, professor da Universidade Harvard, tira de seu trabalho dedicado à avaliação de políticas públicas, que lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia ao lado de Esther Duflo e Abhijit Banerjee, em 2019.

Os três foram reconhecidos por mostrar que experimentos semelhantes aos testes da eficácia de remédios na medicina poderiam ser usados para mensurar o impacto de soluções para problemas como dificuldades de aprendizagem.

Nos últimos anos, Kremer tem focado o desenvolvimento de mecanismos desse tipo para aumentar a eficiência de pequenos produtores rurais em países da África e da Ásia.

Assim como um estudo antigo do economista mostrou que livros didáticos são pouco úteis para alunos pobres se eles não entenderem seu conteúdo, suas pesquisas recentes indicam que muitos agricultores não compreendem a linguagem técnica de orientações oferecidas por governos.

"Houve um caso em que forneciam orientação com base no pH [nível de acidez] do solo. Bem, os agricultores podem não saber o que é pH e, certamente, não sabem qual é o pH do seu solo", disse Kremer em entrevista à Folha.

Em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o economista trará, agora, para a América Latina ferramentas que testou em nações como Quênia e Índia.

Na semana passada, ele participou de uma agenda intensa de reuniões com representantes do IICA e de um debate online com Manuel Otero, presidente da instituição.

Nesses encontros, ressaltou que a crise do coronavírus pode servir como empurrão para o uso mais intenso de tecnologias simples, via celulares, na comunicação com pequenos produtores.

O vencedor do Nobel também está envolvido em uma iniciativa que busca convencer governos e empresas a investir pesadamente na busca por uma vacina contra a Covid-19 assim como em fábricas para a sua produção.

"Esse é um investimento que países de renda média também deveriam estar fazendo", afirmou o Prêmio Nobel de Economia.

Quais são os principais fatores que freiam o aumento da produtividade de pequenos agricultores em países pobres e em desenvolvimento? Muito da pobreza no mundo está concentrada em áreas rurais. Há muitos



Divulgação Harvard

Michael Kremer, 55

Doutorado em economia pela Universidade Harvard, é professor da cadeira Gates de Sociedades em Desenvolvimento do Departamento de Economia na mesma instituição; ajudou a desenvolver um mecanismo para incentivar o investimento privado na fabricação de vacinas; tem pesquisas em educação, saúde e agricultura; participa de organizações não governamentais, como Precision Agriculture for Development, WorldTeach e Evidence Action; um dos vencedores do Prêmio Nobel de Economia de 2019, já foi nomeado um dos 50 pesquisadores americanos mais relevantes, recebeu bolsa de pesquisa da Fundação MacArthur e foi eleito Jovem Líder Global pelo Fórum Econômico Mundial

Houve um caso em que o serviço de informação telefônica fornecia orientação sobre o que o agricultor deveria fazer com base no pH do solo. Bem, os agricultores podem não saber o que é pH e, certamente, não sabem qual é o pH do seu solo. Mas, se você desenvolver uma mensagem compreensível, ela terá mais impacto

fatores que impactam a renda na agricultura, como acesso à terra, educação limitada, mas também a informação.

Nesse contexto em que a tecnologia agrícola está mudando, seja pelo surgimento de novos meios de produção, novas pragas e mudanças climáticas, os fazendeiros precisam de acesso à informação e às melhores recomendações científicas.

Tradicionalmente, essa informação é fornecida por agentes de instituições oficiais de extensão [formação] rural, que visitam os fazendeiros pessoalmente. Esse é um canal muito importante, mas muito caro.

A maior parte dos fazendeiros tem telefones pelos quais conseguem pegar informações sobre as mais recentes evidências científicas, formatadas sob medida para os desafios particulares que afetam suas regiões, as sementes que estão usando, as condições meteorológicas, a época da safra. Os celulares são uma ótima ferramenta para alcançá-los

neste momento em que a Covid-19 nos dá um empurrão extra para usarmos as tecnologias disponíveis para interagir remotamente.

A linguagem da ciência é normalmente complicada, e, no meio rural, principalmente o mais pobre, há uma barreira educacional. Como resolver isso? Temos feito muitos trabalhos em países da África oriental, como Quênia, Etiópia e Ruanda, e, com outros colegas, na Índia e no Paquistão. Há abordagens que incluem mensagens de texto, dependentes do nível de alfabetização, mas outras que incluem mensagens de voz.

É possível ter sistemas pelos quais os fazendeiros recebem mensagens de voz e podem até escolher previamente os tópicos que lhes interessam ou preocupam, a língua que preferem.

Temos evidências científicas, com outros pesquisadores, dos ganhos enormes em termos de custo e benefício que eles podem ter com as tecnologias existentes.

Na conversa com Manuel Otero, o sr. disse que o trabalho dos economistas é buscar evidências e que caberia à ciência política responder sobre como governos reagem a elas. Os economistas não deveriam se preocupar com essa questão do convencimento dos governos também? Inicialmente, em minha carreira, acho que fui um pouco cínico demais sobre governos, o que pode soar estranho, porque, normalmente, as pessoas começam idealistas, aí deparam com a realidade nos governos e se tornam cínicas. Mas, nesse caso da agricultura, descobrimos, muito consistentemente, que os governos normalmente são responsivos às evidências.

Bem, para ser um pouco cínico, acho que os governos têm interesse em agradar aos fazendeiros porque há muitos votos nas áreas agrícolas. Mas, se há algo barato, eles se interessam. Se é caro, talvez não. Mensagens de celular são baratas.

E acho que as pessoas nos ministérios da Agricultura realmente se importam, querem transmitir os conteúdos adequados. Mas os funcionários dessas áreas escrevem mensagens muito técnicas, que os fazendeiros têm dificuldade de entender.

Como você está ajudando nisso? Realizamos muitos grupos focais com os agricultores para descobrir que mensagens eles entendem. Muitos governos tinham dados que nos ajudaram também. Fomos testando ideias para descobrir o que funcionava. Na Índia, o governo estava prestes a iniciar um programa de larga escala para distribuir informações para os agricultores sobre a qualidade do solo. Fizemos entrevistas com eles e descobrimos que não entendiam esse conteúdo.

Estavam apresentando muita informação de forma complicada, mencionando unidades que os agricultores não conheciam. Então, trabalhamos com o governo para criar mensagens de telefone muito simples e isso aumentou dramaticamente a compreensão. Não houve nenhuma resistência da parte do governo, uma vez que eles viram as evidências.

Mas tenho certeza de que há outros temas em que é diferente, quando há muitos interesses financeiros envolvidos, corrupção ou algo mais.

Em um estudo antigo, o sr. descobriu que livros didáticos melhoraram o desempenho apenas dos melhores alunos. Pode haver um problema comum, de comunicação incompreensível, atrapalhando áreas diversas como educação e agricultura? Sim. No trabalho muito inicial com o qual estive envolvido, descobrimos que o livro didático que o Ministério da Educação estava produzindo em escolas muito pobres, no Quênia, ajudava os alunos que já estavam entre os melhores, mas não os estudantes típicos.

Com o tempo, outros pesquisadores mostraram que não é que os alunos não conseguem aprender, mas que você precisa desenvolver materiais baseados no que já sabem. A partir daí, eles conseguirão alcançar os conteúdos mais avançados e progredir na aprendizagem.

Acho que, de fato, há uma analogia com a agricultura. Houve um caso em que o serviço de informação telefônica fornecia orientação sobre o que o agricultor deveria fazer com base no pH do solo. Bem, os agricultores podem não saber o que é pH e, certamente, não sabem qual é o pH do seu solo. Mas, se você desenvolver uma mensagem compreensível, ela terá mais impacto.

No Brasil, pequenos agricultores têm dificuldade em compatibilizar sua produção com o mercado consumidor. Mensagens de texto podem

Vale a pena investir um montante enorme de recursos para tentar descobrir uma vacina [contra o novo coronavírus] e mesmo para instalar uma fábrica para sua produção antes de termos os resultados dos testes. O custo desse risco é muito pequeno relativo ao custo de não ter uma vacina

ajudar nisso? No Quênia, uma empresa grande de açúcar deveria fornecer fertilizantes e sementes aos agricultores. Mas algumas vezes atrasava ou não fazia a entrega por problemas internos de administração. Então, criaram uma linha telefônica cujo objetivo não era enviar conteúdo aos agricultores, mas coletar informações deles. Isso levou a uma queda dramática nas falhas de entregas.

Há um estudo muito interessante de Robert Jensen que olhou o mercado de peixes. Com telefones celulares, os pescadores, ainda no mar, passaram a poder ligar para os mercados e descobrir os preços. Isso permitiu que ganhassem mais dinheiro e beneficiou também os consumidores. Haverá ganhos ainda maiores quando estivermos não só fornecendo informações mas indo além e as integrando, por exemplo, às cadeias de oferta.

Qual é sua expectativa em relação ao trabalho que fará na América Latina? Já trabalhei na Colômbia, avaliando um programa educacional que fornecia recursos para crianças de áreas pobres ir para a escola secundária. Descobrimos resultados muito bons.

Já fui a conferências no Brasil, que é um país maravilhoso, mas não trabalhei aí.

Minha impressão é que os governos têm dados muito bons na América Latina. Além disso, por serem países com renda média, e não baixa, mais recursos estão disponíveis, há economistas e especialistas em agricultura muito bons, que podem implementar as ferramentas adequadas.

O sr. está envolvido em discussões sobre a busca pela vacina contra o novo coronavírus. Como tem sido isso? Obviamente, esse é um assunto-chave para o Brasil e para o mundo. Muitas vidas estão sendo perdidas, e as perdas econômicas são da ordem de US\$ 375 bilhões mensais. Se conseguirmos uma vacina semanas ou meses mais cedo, economizaremos bilhões de dólares.

Isso significa que vale a pena investir um montante enorme de recursos para tentar descobrir uma vacina e mesmo para instalar uma fábrica para sua produção antes de termos os resultados dos testes. Claro que há o risco de você fazer a fábrica, o resultado da vacina não ser efetivo e parte do investimento ser perdida, mas o custo desse risco é muito pequeno relativo ao custo de não ter uma vacina.

Estou particularmente preocupado com a situação dos países de renda média. Em países como os Estados Unidos, já há parcerias com empresas farmacêuticas grandes para a produção. Os países de renda muito baixa, representados pela Gavi (entidade de disseminação de vacinas), levantaram recursos para isso também, pelo menos para a fase inicial.

Esse é um investimento que países de renda média também deveriam estar fazendo.

Os empresários e o joelho no pescoço

Donos do dinheiro vão apoiar esta venezuelização com desvario liberalóide-militar inepto?

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O que o empresariado, a finança e o establishment econômico em geral ainda esperam de Jair Bolsonaro? A conversa aqui exclui os colaboracionistas engajados no des-governo e aqueles que patrocinam a propaganda parafascista, comícios golpistas e o terrorismo por ora virtual, nas redes insociáveis.

A pergunta é crua. Diz respeito apenas a interesses diretos da turma, manifestos desde a deposição de Dilma Rousseff, em 2015.

A premissa do plano era que

a saída da crise depende da contenção de gastos, déficits e dívida, sem que essa conta fosse paga com impostos extras. Esperava-se que fossem reduzidos os custos da folha salarial, que viesse o desmanche sem substituição da proteção trabalhista e a limpeza do entulho burocrático e da confusão regulatória.

Quando a providências de aumento da concorrência (como abertura comercial) e outras essenciais para que exista uma economia de mercado (como uniformização

de impostos e fim de privilégios fiscais), o tema é divisivo, mexe no bolso e tem sido empurrado com a barriga o quanto possível.

Apesar do alerta até dos economistas liberais mais ilustrados, ainda é dominante a ideia de que tal plano será retomado, sem mais, "depois da epidemia". Mas não haverá um depois da epidemia. A doença vai continuar por um longo tempo até que o esgotamento do vírus se esgote ou seja limitado por falta de vítimas, por muitos meses.

Neste momento, a economia terá sido infectada até a medula, transformada e não apenas arruinada pelo Covid-19 e pela baderna subversiva de Bolsonaro, de quem o país é refém, em parte por causa das ameaças golpistas de seus generais.

Não é jogo de palavras. Diz-se que, "depois da epidemia", deve se limitar o gasto público ao teto. Suponha-se que não seja preciso gastar mais a fim de evitar convulsão social e mais falências. Ainda assim, o déficit será imenso, por falta de receita, receita que aliás

jamaiz voltou ao nível de 2014 (em relação ao PIB). Em uma economia estagnada, de resto, o teto ajudou apenas a trazer o déficit de 2,6% do PIB em 2016 para ainda 1,8% do PIB em 2019. Enfim, o teto passa a explodir em 2021. Faltarão dinheiro para despesas elementares. Nem em seus termos o plano para em pé.

O endividamento crescerá sem limite a não ser que sobrevenha uma combinação de gerência eficaz da taxa de juros da dívida pública (talvez heterodoxa, alguma repressão financeira), alta de impostos e aceleração de início forçada do crescimento. A economia dependerá decreto de alguma versão das "reformas" (espera-se que mais civilizada e inteligente), que não bastará para reacender a economia, como não o fez nos quatro anos depois da recessão. Investimento público será necessário,

entre outras muitas medidas.

A alternativa é o plano Bolsonaro-Guedes, que nem saía do papel antes da peste, por incapacidade executiva, política e desvario. Ainda pode ser feito, com uma combinação de repressão e miséria prolongada. Dadas as projeções de mercado do PIB, apenas em 2028 o país voltaria a ter renda per capita igual à de 2013. Sim, pode ser feito, com um joelho no pescoço dos miseráveis. Isso em um ambiente de incitação ao armamento do bolsonarismo, de insubordinação nas polícias, de radicalização do ódio político, de aliança do generalato com políticos corruptos e de crescente isolamento internacional do país. Como diz o clichê, é um programa Venezuela Plus Gold.

O empresariado vai ser cúmplice do joelho no pescoço? vinicius.torres@grupofolha.com.br

Sem receita, Renda Brasil só redistribui pobreza

Economistas apoiam revisão de programas sociais, mas apontam necessidade de mais dinheiro para elevar cobertura

Políticas de proteção social no Brasil

Número de beneficiários
Em milhões de pessoas



Auxílio emergencial

53,9



Bolsa família

43,7



Abono salarial

21,8



Salário-família

5,4



Seguro-defeso

0,64

Criado em resposta à pandemia do coronavírus, é destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados que perderam renda em meio à crise. Com duração inicial de três meses, tem agora sua prorrogação em debate

168,75 benefício familiar médio em maio

Lançado em 2003, o programa unificou outros quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. A população alvo são famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, com renda até R\$ 178 por pessoa. Inclui rendimentos variáveis por filhos, com condicionantes

779,82 benefício médio por pessoa (saque uma vez no ano)

Prevê o pagamento de um salário mínimo anual a trabalhadores formais que ganham entre um e dois salários mínimos mensais. É pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e está previsto na Constituição

48,62 benefício por criança

Benefício pago a trabalhadores do setor formal com rendimentos de até R\$ 1.425,56 por mês, com crianças de até 14 anos de idade incompletos. É pago pelo empregador por criança e depois descontado por ele das contribuições previdenciárias devidas

1.045 benefício por pessoa (por até 3 meses no ano)

Benefício pago ao pescador artesanal que fica proibido de exercer a pesca durante o período de defeso de alguma espécie. Tem o valor de um salário mínimo mensal e é pago enquanto durar o defeso, até o limite de cinco meses

Renda Brasil

Proposta do ministro Paulo Guedes para reformular o Bolsa Família. Segundo o ministro, deve unificar programas sociais existentes. Guedes não especificou quais seriam esses programas, mas entre os cotados estão o abono salarial, salário-família e seguro-defeso

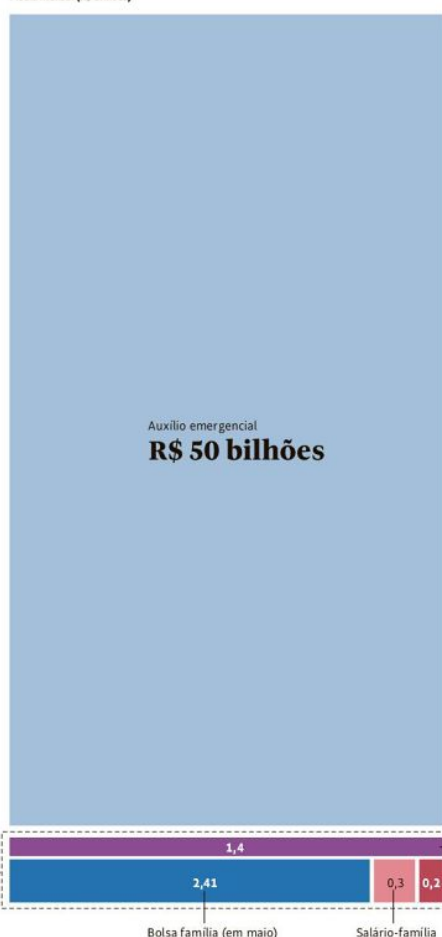
Orçamento
Média mensal (R\$ bilhões)

Valor mensal
Em R\$

↓

1.200

benefício familiar típico



Thais Carranza

SÃO PAULO Unificar programas sociais como abono salarial, salário-família e seguro-defeso para ampliar o Bolsa Família, como parece pretender o governo para criar sua Renda Brasil, seria uma boa iniciativa, avaliam economistas.

Mas, sem ampliar o Orçamento, através de medidas como o fim de deduções de saúde e educação e aumento da alíquota do Imposto de Renda e da taxação de dividendos, seria apenas uma reorganização da pobreza.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou na

semana passada a intenção do governo de reformular o Bolsa Família, unificando programas sociais existentes e contemplando também trabalhadores informais beneficiados pelo auxílio emergencial pago na pandemia.

Mas não há mais detalhes sobre o plano da área econômica, que entra no debate num momento em que o Congresso avança na discussão sobre a criação de uma renda básica no pós-pandemia.

O Bolsa Família foi criado em 2003 a partir da unificação de outros programas de transferência de renda existentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação,

Vale Gás e Cartão Alimentação. Atualmente, atende 14,3 milhões de famílias.

Já o auxílio emergencial, criado para proteger os trabalhadores informais da perda de renda durante a pandemia, já soma 53 milhões de beneficiários, com um orçamento de mais R\$ 150 bilhões em apenas três meses e uma renda potencial por família de R\$ 1.200.

Diante do vulto da renda básica de emergência, a contribuição que pode ser dada pela unificação de programas como abono salarial, salário-família e seguro-defeso parece modesta para a ampliação do Bolsa Família (veja quadro).

Os três programas são considerados pouco eficientes — o abono e o salário-família, por serem destinados a trabalhadores formais, que não são hoje em dia os mais necessitados, e o seguro-defeso, pelo elevado índice de fraudes.

Mas mexer neles esbarra em problemas políticos. O abono, por exemplo, está previsto na Constituição, e mudá-lo exigiria uma PEC (proposição de emenda à Constituição). A tentativa feita na reforma da Previdência fracassou.

"A unificação parece uma troca vantajosa, você troca programas menos focalizados por um mais focalizado",

avalia Marcelo Neri, diretor da FGV Social. Ele ressalta, porém, que pouco se sabe sobre os efeitos desses programas, devido à falta de avaliação de políticas públicas. "Tudo depende de como será a expansão do Bolsa Família, pois esse, sim, é um programa de qualidade reconhecida, então o risco de piorá-lo existe."

Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV, também considera que a unificação pode ser positiva. Mas acredita que ela seria insuficiente para contemplar a ampliação significativa do Bolsa Família em valor e

número de beneficiários.

"É uma realocação de recursos dentro da pobreza. Está tirando de quem ganha um salário mínimo ou dois para realocar para quem tem ainda menos. Há um ganho distributivo, mas você não está tirando dinheiro de quem tem mais meios para financiar."

Para Naércio Menezes, do Insper, a solução seria uma reorganização dos programas sociais, combinada a um aumento de receitas. "Tem imposto sobre herança, taxação de dividendos, aumento da alíquota marginal do IR. É preciso combinar várias fontes de receita."

mercado **coronavírus**

Escassez, a norma brasileira

Não se pode minimizar o impacto de programas sociais sobre o Orçamento

Samuel Pessoa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Há três semanas que me envolvi no tema da renda básica de cidadania. Se conseguirmos financiar, acho um ótimo programa. Minha grande preocupação é o populismo. Não podemos minimizar o custo das políticas públicas.

É comum argumentar que o custo de uma política pública é menor pois ela gerará crescimento e, em razão da maior expansão do PIB, haverá elevação da receita de impostos.

Para que esse fato seja verdadeiro, a economia tem que

operar com ociosidade. O governo aumenta as transferências de recursos às famílias, e o déficit público aumenta. As famílias gastarão os recursos e aumentarão a demanda. Nos bens serão produzidos para atender a demanda e, consequentemente, a produção e a receita de impostos se elevam.

Mas se tivermos uma economia que, na média, opera a pleno emprego? Nesse caso, os novos recursos gerarão demanda, que estimulará oferta. No entanto, dada a situação de pleno em-

prego, o excesso de demanda se transforma em inflação. A elevação da inflação exige subida da taxa de juros pelo BC, para combater a aceleração dos preços. O ganho fiscal não ocorre, pois a oferta não sobiu. Na verdade, a pressão inflacionária aumenta o custo fiscal, pela elevação do custo de rolagem da dívida pública.

Na semana passada, argumentei que a economia brasileira opera, na média, com excesso de demanda. Chamei essa situação de pressão estrutural de demanda.

Meu colega Bráulio Borges, do Ibré-FGV, estimou que, no período de 2004 a 2014, a nossa economia operou permanentemente com excesso de demanda sobre a oferta.

Apesar dos juros elevados, houve ao longo de todos esses anos situação de pleno emprego. A inflação somente não se acelerou constantemente porque saímos de uma situação externa muito favorável. Em 2002, havia um superávit externo de 2% do PIB. Absorvemos 2% do PIB a menos do que produzimos.

Em 2014, o déficit externo foi de 4% do PIB. Ou seja, ao longo dos 11 anos de 2004 a 2014, passamos a exportar seis pontos percentuais (pp) do PIB a menos de poupança (ou, por outra forma, fomos de exportação de 2 pp do PIB para importação de 4 pp). Se a conta for feita a preços constantes, a virada foi de 7 pp.

Foi a contribuição da oferta externa em 7 pp do PIB de bens e serviços que permitiu que convivêssemos mais de uma década com excesso de demanda sem grandes acelerações da inflação.

Sendo rigoroso, no período final a inflação se acelerou —no primeiro mandato da presidente Dilma, a inflação rodou a 5,5% ao ano, e, em 2014, foi de 6,5%. E tudo isso com forte controle dos preços.

É fato que desde 2015 operamos abaixo do pleno emprego. Inicialmente tivemos a grande crise de 2014-2016.

E, em seguida, houve lenta recuperação, e agora a crise provocada pela pandemia.

Há, portanto, grande espaço para afrouxamento monetário. Espaço esse quem tem sido, corretamente, a meu ver, explorado pelo Banco Central. Tudo sugere que teremos outro corte de 0,75 pp da Selic na próxima reunião do Copom.

Mas em algum momento à frente a atividade econômica voltará. E, quando voltar, estaremos em situação próxima de dominância fiscal: dívida pública a 100% do PIB com prazo médio de vencimento bem baixo. Teremos que cuidar do fiscal.

Melhoras em programas sociais são sempre bem-vindas. Mas não se pode minimizar o impacto desses programas sobre o Orçamento. Do ponto de vista do bem-estar dos mais vulneráveis, a desorganização macroeconômica é o pior dos males.

| DOM., Samuel Pessoa | SEC., Marcia Dessen | TER., Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA., Helio Beltrão | QUI., Cida Bento, Solange Srouf | SEX., Nelson Barbosa | SÁB., Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Consultoria técnica para gestão de conhecimento, sistematização de resultados em projeto de cooperação técnica.

Contextualização: A consultoria se dará no âmbito do projeto "Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - LifeWeb, implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ GmbH e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Saiba mais em: <https://www.giz.de/br/atividade/26393.html>

O trabalho contribuirá com o desenvolvimento de produtos de gestão de conhecimento e sistematização de resultados, bem como ao alcance de seus indicadores.

Vigência: Aproximadamente 12 meses.

Qualificações: Pessoa jurídica (empresa e/ou instituição acadêmica) especializada em projetos de cunho socioambiental com experiência relevante nas áreas de políticas públicas, planejamento estratégico de agências governamentais nacionais e internacionais, elaboração de estudos técnicos e/ou projetos na temática ambiental, com destaque para desenvolvimento sustentável e para gestão de unidades de conservação, com parceiros públicos e privados. Necessário conhecimentos avançados na língua alemã e inglesa.

Os proponentes ao trabalho deverão enviar uma carta da própria empresa, com seu CNPJ, demonstrando as qualificações para desempenhar os serviços, comprovação de capacidade técnica, portfólio, ou outros documentos que julguem importantes em sua apresentação para o serviço a ser contratado. As empresas com perfil adequado serão convidadas a apresentar uma proposta com base numa descrição mais detalhada dos serviços.

Os interessados deverão manifestar interesse por meio do endereço eletrônico: br_inquiry@giz.de, com o assunto: LIC20-15GR-12.9034.5 - SNUC - LifeWeb até o dia 24/06/2020.

Pagar tributo pode levar a perdão em empréstimo

BRASÍLIA. O ministro Paulo Guedes (Economia) disse que preparou um programa que, na prática, vai perdoar débitos de empréstimos captados por pequenas empresas durante a pandemia do coronavírus.

Em videoconferência com representantes dos setores de comércio e serviços na sexta-feira (12), o ministro afirmou que vale a pena salvar uma companhia que tem potencial para gerar retorno de impostos ao governo. A Folha obteve o áudio da reunião.

Quando o presidente da Abrasel (Associação Brasileira

de Bares e Restaurantes), Paulo Solmucci, lhe perguntou sobre possível redução de impostos para aliviar o setor, Guedes disse que não faria exatamente de corte de tributos, mas ponderou que sua equipe prepara um projeto que pode ajudar o setor.

De acordo com o ministro, se uma empresa captar um financiamento emergencial neste ano, reabrir, conseguir sobreviver e, no ano que vem recolher valor equivalente de tributos acrescido de juros, ela estará automaticamente perdoada do empréstimo.

Ele usou como exemplo um restaurante que faz um financiamento de R\$ 200 mil neste ano. Se no ano que vem esse negócio recolher R\$ 200 mil em tributos, o que corresponderia ao valor da operação mais juros, não precisaria mais pagar empréstimo.

"Se, em um ano, você é capaz de pagar tudo que eu te emprestei mais o juro, você está perdoado, você tem um bônus de adimplência. Eu esqueço o empréstimo. Vale a pena eu salvar um negócio que me paga por ano. O cara todo ano me paga

R\$ 200 mil. Por que não posso pagar R\$ 200 mil na hora que ele estava morto? Eu te dei R\$ 200 mil e todo ano você me paga R\$ 200 mil [de imposto]."

O ministro não deu mais detalhes sobre o programa. Não informou, por exemplo, se a fonte desses financiamentos será o cofre do governo ou se a União entraria inicialmente como garantidora.

Guedes também não informou sobre limites de valor das operações, juros ou parte das empresas e segmentos que poderiam ser atendidos. **Bernardo Caram**

folhamed ★★

Informação na palma da mão: o melhor remédio

A Folha lança a **FolhaMed**, uma assinatura pensada para os profissionais que atuam na área médica. Ela dá acesso a todo o conteúdo do jornal e conta também com uma newsletter semanal que apresenta notícias, reportagens, entrevistas e os avanços em tratamentos médicos, além de artigos editados pela equipe de médicos e pesquisadores do Hospital Israelita Albert Einstein. Acompanhe os conteúdos exclusivos pelo seu computador, tablet ou celular e esteja sempre atualizado sobre os últimos acontecimentos no campo da saúde.

6 meses grátis para profissionais da saúde

A partir do 7º mês, R\$ 9,90 mensais pelo período de 6 meses.

assinefolha.com.br/folhamed

*R\$ 29,90 mensais a partir do 11º mês.

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER

saúde coronavírus

Interrupção de aulas pode reduzir PIB em 23%

Estudo do Insper projeta que déficit de aprendizado pode levar jovens a perder R\$ 42,5 mil de renda ao longo da vida

VIDA PÓS-VÍRUS

Isabela Palhares

SÃO PAULO A interrupção das aulas durante a pandemia do novo coronavírus pode reduzir o PIB (produto interno bruto) brasileiro de 5,3% a 23% pela perda de renda que os jovens sofrerão com o déficit de aprendizado desse período. O cálculo foi feito por economistas do Insper.

O estudo calculou o impacto da perda de aprendizado neste ano ao longo da vida dos estudantes. A projeção é de que os jovens podem perder R\$ 42,5 mil de renda se os conteúdos não forem repostos e eles seguirem para o mercado de trabalho com esses déficits.

Com 34,8 milhões de estudantes na educação básica, a perda de renda dessa geração teria um impacto de R\$ 1,48 trilhão na economia do país, o que representa 23% do PIB. A projeção faz parte do estudo "Estamos fechando escolas: essa é uma decisão sábia?", feito por professores da instituição.

"Tivemos o fechamento das escolas e, ainda que se mantenha parte das aulas de forma remota, os alunos não estão aprendendo como deveriam. Não foi planejado, não houve transição para o novo modelo. Então, houve perdas e precisamos olhar para elas", diz o economista Ricardo Pais de Barros, que elaborou o estudo.

Outro cenário calculado é o impacto financeiro caso os sistemas de ensino



Luciano Veronezi

decidam ampliar o calendário letivo para repor as aulas perdidas, ou seja, o atraso em um ano para a conclusão da educação básica e a entrada dos alunos no mercado de trabalho. Segundo a projeção, o estudantes perderiam R\$ 10 mil de renda ao longo da vida ao adiar o término dos estudos.

O atraso da entrada desses jovens no mercado de trabalho causaria um impacto de R\$ 350 bilhões na economia brasileira, ou 5% do PIB.

"Existem duas formas de lidar com a interrupção forçada das aulas: aprovar os alunos para que eles continuem a vida escolar como se tivessem aprendido o que deveriam ou atrasar sua trajetória em um ano e garantir que eles aprendam. Financeiramente, a primeira opção traz um custo 4 vezes maior", disse Barros.

O cálculo do impacto na renda foi feito considerando o rendimento médio dos brasileiros por ano de escolaridade. "A simulação que fizemos é considerando que o mercado vai olhar para essa geração e, ao invés de considerar que quem concluiu a educação básica estudou por 12 anos, enxergar como sendo 11 anos. Por saber que, por um ano, ele não aprendeu."

Para o economista, medidas estudadas por alguns estados para repor as aulas, ainda que ampliem a jornada escolar, podem minimizar os impactos da pandemia. São Paulo e Maranhão, por exemplo, estudam lançar o 4º ano do ensino médio para recuperar o que foi perdido neste ano.

"A perda para esses alunos e para o país é tão grande que não vale a pena fingir que ela não aconteceu. Temos que convencer os jovens de que estudar por mais um ano não é um atraso na vida", afirma.

Barros destaca que, caso as aulas presenciais possam ser retomadas em breve, ainda é possível a recuperação dos conteúdos sem a ampliação de mais um ano escolar. Segundo ele, a ineficiência do sistema de ensino brasileiro joga a favor nesta situação.

"Os alunos brasileiros aprendem muito pouco em um ano letivo. Se a gente conseguir encontrar formas de o ensino ser mais eficiente, podemos ensinar o mesmo conteúdo em menos tempo. Nós temos espaço para isso. É diferente da situação de países como Singapura e Coreia do Sul, que atuam com alta eficácia."

R\$ 1,48 trilhão

é o impacto calculado da perda de renda dessa geração se conteúdos escolares não forem repostos

R\$ 42,5 mil

seria a perda de renda ao longo da vida dos jovens se não forem repostos conteúdos escolares

R\$ 10 mil

seria a perda de renda ao longo da vida dos jovens se o fim dos estudos fosse adiado em um ano

Alunos de hoje serão formados em um mundo revirado pela pandemia

OPINIÃO

Rossieli Soares

Secretário de Educação do estado de São Paulo

A inquietação entre os profissionais e especialistas em educação pela pandemia do novo coronavírus é justificável. Estamos vivenciando uma revolução à força, jamais imaginada, que levará o mundo a tomar caminhos diferentes, desde já e no futuro. A principal pergunta que precisa ser feita é: qual será a consequência de tudo isso?

Enquanto gestores de políticas públicas, trabalhamos para identificar as oportunidades dessa ruptura na sociedade. Precisamos tirar lições e transformar a educação para transformar o país.

Infelizmente, a educação brasileira, apesar de alguns bons exemplos, incluindo São Paulo, ainda se encontra estagnada no século passado. Enquanto o mundo viveu a revolução digital, ainda temos escolas com lousa de giz.

E aqui não se trata apenas de entregar tecnologia às escolas. Como pensamos claramente no planejamento estratégico da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para 2019-2022, estamos agindo com a conexão de vários programas, como o EducaSP, os novos currículos, o novo calendário, o Inova Educação, o Centro de Mídias com o ensino mediado por tecnologia e tantos outros.

Esse último é um dos exemplos que deve ser fortalecido e aprimorado. A pandemia nos deu a certeza da importância do Centro de Mídias para a transformação da educação paulista.

O contato social é parte importantíssima do aprendizado, principalmente de uma criança, mas a sociedade

de precisa entender de uma vez por todas o papel fundamental da tecnologia.

Não se trata de competição, mas, sim, de complementação fundamental. Ninguém vai substituir o professor simplesmente porque ele é insubstituível. Ninguém vai deixar de contratar professores necessários porque sem eles não existe tecnologia que faça uma criança ou um jovem aprender com propriedade.

Em um futuro próximo, teremos de saber como mesclar o mundo online e offline para garantir esse aprendizado. Aprender não vai ser sinônimo só de ir à escola, sentar na cadeira e ouvir o professor explicar com o auxílio da lousa. Aprender será resultado das constantes atividades em casa, na escola, no quarto, ouvindo ou assistindo aula por tela, fazendo anotações no computador, no celular ou no caderno de papel.

Professores também precisaram se reinventar durante a crise, alguns, inclusive, sendo edutubers. Produzir conteúdo é o foco principal.

As famílias também ganharam papel importante, pois, estiveram mais próximas de suas crianças e jovens neste período. Isso aumenta a sensação de responsabilidade com o futuro e abre caminho para descobertas.

[...]

Os alunos que hoje são afetados pela pandemia serão os médicos, gestores, programadores no futuro. Qual lição cada um carregará de tudo isso?

Outro aspecto para se observar é a respeito dos profissionais que serão formados. Os estudantes do mundo inteiro acabaram prejudicados em 2020, mesmo em países de primeiro mundo. Mesmo no Brasil, onde São Paulo se destaca por ações rápidas para minimizar o problema, temos ciência de que nada substitui o ensino presencial.

É difícil imaginar como será o futuro dessa geração de crianças e jovens. Serão formados em um mundo revirado pela pandemia. O coronavírus mexeu também com seus destinos de alguma forma a partir do momento que mostrou ao mundo quão frágeis nós ainda somos.

Os alunos que hoje são afetados pela pandemia serão os médicos, gestores, programadores e tantos outros profissionais no futuro. O que esperar deles? Qual lição cada um carregará de tudo isso?

Não é difícil pensar que haverá interesse maior em ciências da saúde. Estamos sendo bombardeados com informações, e a cada dia somos lembrados da importância desses estudos. Da mesma forma não é difícil imaginar aumento de profissionais de tecnologia, área já em expansão.

O isolamento social nos mostrou que até mesmo empresas consolidadas não sabiam lidar com o mundo digital. O trabalho remoto chegou como uma avalanche, mas ninguém estava preparado. Precisamos formar gestores com um olhar diferente.

O Novo Ensino Médio abriu possibilidade para que possamos introduzi-los a seus destinos ainda na educação básica. Estamos no processo de adaptação, mas São Paulo é exemplo, com o Inova Educação, do que pode ser feito.

As disciplinas eletivas e um professor bem formado ajudarão estudantes na difícil escolha do seu projeto de vida. E, claro, estaremos atentos para fazer nossos alunos entenderem o que vivenciam agora para se tornarem profissionais de excelência do mundo pós-pandemia.

Coronavírus deixa como efeito colateral ampliar a desigualdade educacional

OPINIÃO

Alexandre Schneider

Pesquisador visitante e professor adjunto da Universidade Columbia em Nova York, pesquisador do Centro de Economia e Política do Setor Público da FGV/SP consultor e ex-secretário municipal de Educação de São Paulo

Ao redor do mundo a pandemia do coronavírus desafia estudantes, pais, professores, escolas, redes públicas e privadas. Neste momento há mais dúvidas que certezas em relação ao método mais adequado para garantir a aprendizagem por ensino remoto, quando e como deve ser realizado o retorno às aulas presenciais e o que deve ser feito no retorno para recuperar as aprendizagens dos alunos.

Por fim, há ainda a dúvida em relação ao impacto da pandemia na educação básica: o que muda?

Se temos uma certeza nos dois hemisférios é a de que a desigualdade educacional será ampliada nesse período. A articulista do The New York Times Dana Goldstein listou três estudos interessantes sobre o impacto da epidemia de Covid-19 no desempenho dos 55 milhões de estudantes americanos. Nenhum deles nos dá notícias alvissareiras.

O primeiro deles, do Anenberg Institute da Universidade de Brown, indica que os estudantes norte-americanos devem voltar às escolas em setembro com uma perda de aprendizagem da ordem de 30% em leitura e de 50% em matemática.

Pesquisadores da Universidade Harvard e da Universidade Brown realizaram uma pesquisa para avaliar o efeito do uso de um software de matemática antes e depois da pandemia com 800 mil alunos. De janeiro a abril o desempenho dos estudantes de baixa renda caiu 50%,

enquanto os de estudantes que vivem de comunidades de renda mais alta não tiveram alteração de desempenho. Já em junho a queda foi de 78% para os de baixa renda.

A consultoria McKinsey também produziu uma análise indicando que os estudantes "perderão" sete meses, com os estudantes negros e latinos perdendo em média 10 meses de aprendizado por causa do fechamento das escolas.

Por compreender os efeitos da pandemia na ampliação da desigualdade educacional, a cidade de Nova York decidiu não reprovar estudantes este ano. Aqueles com desempenho abaixo do esperado serão acompanhados e terão atividades de reforço nas férias e no próximo ano letivo.

No Brasil, onde a desigualdade é ainda maior do que a americana, é urgente adotar medidas capazes de recuperar as aprendizagens dos estudantes. Se o dilema de um pai de classe média é dividir o computador que usa para trabalhar com o filho que realiza tarefas da escola, os mais pobres não têm sequer um espaço em casa para estudar.

É preciso coragem para flexibilizar o currículo, escolher aquilo que deve ser ensinado até o fim deste ano com qualidade, entender

[...]

É preciso coragem para flexibilizar o currículo, escolher o que ensinar até o fim deste ano e garantir que todos aprendam o esperado em dois anos letivos

este ano letivo e o próximo como um ciclo e garantir que todos aprendam o esperado em dois anos letivos.

Nossos estudantes não podem ser vítimas de uma prática cruel: o simulacro, um processo em que se finge que se ensina e se aprende. No momento em que escrevo esse artigo chega a notícia de que Pequim cancelou a volta às aulas porque foram registradas transferências comunitárias de Covid-19 na cidade. O Brasil, onde a epidemia é mais grave que na China, está abrindo suas cidades.

Qual o melhor caminho no caso da educação? Começar pela educação infantil, para facilitar a volta ao trabalho das mães? Ou pelos maiores, onde o risco de transmissão é mais baixo? Usar o critério técnico ou o político?

Aprendemos algumas coisas nesta pandemia, como a capacidade de reinvenção e de entrega dos professores, que na maioria das vezes com recursos próprios têm se desdobrado para dar aulas ou elaborar materiais para uso remoto.

Nenhum profissional é hoje tão acompanhado quanto o professor. Com os filhos em casa, pais e responsáveis têm clareza de que a docência não é trabalho para amadores.

Também aprendemos a necessidade de repensar a relação entre tecnologia e educação. O fetiche das salas de aula hiperconectadas deverá ser substituído pelo uso mais intensivo da tecnologia como suporte à aprendizagem e a uma mudança na organização das aulas, com menos tempo dedicado à transmissão de conhecimento e mais às atividades coletivas.

A fotografia que emerge na educação após 90 dias de isolamento não é bela. Mas nos dá a oportunidade de compreender o tamanho das nossas desigualdades educacionais e enfrentá-las. Basta eleger a redução dessas desigualdades educacionais como meta, em detrimento da compra de sistemas e aplicativos milagrosos.

Educação se aproxima de colapso no orçamento

Sector pode perder 25% do total de recursos de estados, de acordo com relatório do Movimento Todos Pela Educação

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Queda de arrecadação, esforços de gastos com saúde e ausência da União em ações emergenciais indicam a redução de recursos disponíveis para a educação. Projeções de perdas apontam para cenário de colapso nos orçamentos de 2020 e 2021.

Na pandemia do novo coronavírus, o governo Jair Bolsonaro não criou medidas de apoio de financiamento às redes de ensino. Elas já arcam com a maior parte dos gastos na educação básica.

O baixo recolhimento de tributos, sobretudo do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), tem forte impacto no montante direcionado à educação.

A CNM (Confederação Nacional dos Municípios) já constatou queda de 24% do tributo em abril. A IFI (Instituto Fiscal Independente),

órgão ligado ao Senado, trabalha com uma projeção de redução de 30% do ICMS no ano.

Nesse cenário, nota técnica da Fineuca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação) e Campanha Nacional pelo Direito à Educação projeta perda de R\$ 52,4 bilhões de recursos da educação. O estudo é ancorado em dados de 2018 e leva em conta estados e municípios.

Relatório do Movimento Todos Pela Educação e do Instituto Unibanco indica uma redução de R\$ 28 bilhões somente nos recursos de estados. O estudo considera uma retração de 25% da carga tributária vinculada à educação.

Trata-se, nesse cenário, de perda de 25% dos R\$ 101 bilhões disponíveis atualmente.

Procurado, o MEC (Ministério da Educação) não retornou. A pasta da Economia não respondeu por que não há auxílio emergencial para

a educação, mas disse em nota que analisa alternativas para superação deste momento.

"Os estudos mostram que não temos recursos para fechar o ano", diz Salomão Ximenes, professor da UFABC. "Sem programa emergencial, corre-se um grande risco de colapso do sistema, inclusive que venha prejudicar qualquer implementação de plano de reabertura".

O Consed (conselho que reúne secretários estaduais de Educação) calculou custos extras com a pandemia de R\$ 1,9 bilhão. Para garantir reabertura segura, as secretarias terão de providenciar distanciamento de alunos, materiais de higiene e continuidade da educação a distância — o que pressiona mais os orçamentos.

"Os danos da pandemia não são só de curto prazo, vão persistir por alguns anos, aprofundar desigualdade. Tere-

mos de colocar mais recursos", diz Lucas Hoogerbrugge, gerente de Estratégia Política do Todos Pela Educação.

As escolas públicas têm 39 milhões de estudantes, da creche ao ensino médio. As redes já vivem com escassez de recursos e pouco apoio federal.

O apoio da União é visto como saída única. "Tem de ser dessa forma, porque estados e municípios não fazem política econômica, só gestão fiscal", diz Hoogerbrugge.

O ICMS é ainda o principal tributo da cesta do Fundeb, mecanismo mais importante do financiamento da educação básica. O fundo responde por R\$ 4 de cada R\$ 10 investidos em educação básica no país. O Fundeb vence no fim deste ano e até agora não foi votado no Congresso.

A urgência de renovação do dispositivo, com aumento do papel da União, já era antes consenso entre

especialistas. Diante da pandemia e do cenário econômico para o próximo ano, se coloca com maior gravidade.

Para o próximo ano, o teto de gastos levanta preocupações. Prevista na Constituição, a regra determina que o crescimento das despesas federais no ano será limitado à inflação em 12 meses acumulada até junho do ano anterior.

O recente anúncio de queda da inflação vai deixar o teto cerca de R\$ 20 bilhões mais baixo em 2021.

A previsão de despesas discricionárias do MEC (Ministério da Educação) para 2021 é 18,2% inferior do conteúdo na lei orçamentária deste ano. A perda é de R\$ 4,18 bilhões.

Especialista em finanças públicas, Elida Graziane defende a revogação do teto. "Há grande risco de termos em 2021 situação de colapso nos serviços essenciais", diz ela, que é procuradora do Ministério

Público de Contas de São Paulo.

Se a própria manutenção do sistema é colocada em risco, o avanço em indicadores educacionais — como a ampliação de alunos em tempo integral ou o acesso à creche — é visto com ainda mais preocupação.

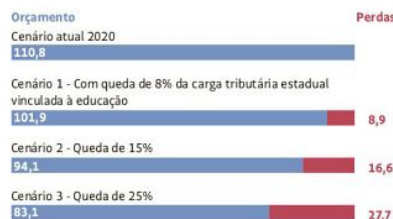
Graziane também insiste que as metas do PNE (Plano Nacional de Educação) sejam atreladas a medidas emergenciais, sob risco de retrocessos.

A meta do PNE é ter ao menos 25% dos alunos em tempo integral até 2024. O país registra menos de 15%. O Brasil tem 35,6% das crianças de até 3 anos matriculadas na pré-escola — a meta é de 50%.

Sem ter um projeto pronto para a educação infantil, o ministro Abraham Weintraub (Educação) deixou de usar no ano passado R\$ 1 bilhão recuperados pela operação Lava Jato. Com o avanço da pandemia, perdeu definitivamente o recurso para a Saúde.

Cenários de redução dos recursos destinados à educação

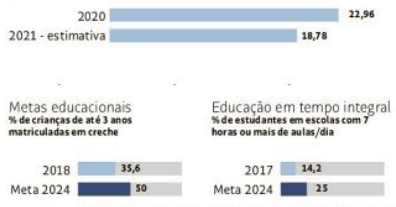
Somente orçamentos dos Estados
Em bilhões de R\$



Fundeb
Em bilhões de R\$



Orçamento discricionário MEC
Em bilhões de R\$



Fontes: TPE, Instituto Unibanco/Ministério da Economia/MEC e Cersid

Na crise, MEC só propôs medidas que não avançaram e realizou ações minúsculas

OPINIÃO

Priscila Cruz

Confundadora e presidente-executiva do Todos Pela Educação, é mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School of Government

Encontro no Livro do Desassossego (Fernando Pessoa) uma síntese da dissonância que estamos vivendo: "Uns governam o mundo, outros são o mundo".

O aumento do isolamento ético, programático e de propósito de autoridades públicas — notem que não é mais possível falarmos em lideranças públicas — em relação à população; o abandono do interesse público em benefício de um projeto de poder, não de país; o populismo do ódio, da negação e da desconstrução, ao invés da formulação de soluções, trabalho duro e busca por resultados.

Alguns políticos nos vêm à cabeça. Entretanto, tratarei aqui dos efeitos desse modo de governar no Ministério da Educação e o que deve ser feito. Nota importante de partida: os efeitos da pandemia são gigantescos. A inação do MEC não pode ser perdoada.

Começemos com o que deveria ter sido feito pelo governo federal e não foi, tendo como premissa a redução dos efeitos devastadores na segurança alimentar, na aprendizagem e no aumento das desigualdades entre os alunos da Educação Básica.

Falar do que não foi feito não é pisotear o passado. É fazer um retrato em preto e branco dos últimos 90 dias. Enxergar o escuro nos dá a dimensão do que precisa ser feito se quisermos reconstruir o país a partir do investimento nas pessoas, o que se mostra, pela história de diversos países, ser a melhor estratégia para o desenvolvimento social e econômico duradouro.

Pois bem, em uma República Federativa, com divisão de responsabilidades intrínsecas, a primeira ação deveria ter sido a formação de um gabinete tripartite — União, Estados e Municípios — para a definição de respostas imediatas à crise e monitoramento da situação, formulação de soluções e coordenação de esforços de implementação.

Muito poderia ter sido feito, iniciando com a segurança alimentar dos estudantes e apresentação ao Legislativo de medida provisória que autorizasse estados e municípios a usar os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com as condições locais.

No campo da aprendizagem, o gabinete tripartite de gestão federativa poderia ter identificado estratégias para o ensino remoto mais eficazes com base em evidências, ter promovido a troca ágil de melhores experiências nacionais e ter realizado o levantamento da extensão e das experiências de ensino remoto.

Sobre a conectividade, poderia ter buscado junto ao setor privado parcerias e apoio para garantir a ampliação da conexão à internet a estudantes e a redes de ensino.

O MEC poderia, ainda, em articulação com estados e municípios e com o melhor

interesse do avanço do ensino público brasileiro, ter se empenhado junto com o Congresso Nacional na aprovação do novo Fundeb e na tramitação da lei que instituiu o Sistema Nacional de Educação, fundamentais para a acelerar a recuperação da educação e garantir que, no futuro, o sistema esteja melhor preparado para enfrentar crises.

Em vez de engajamento para encontrar soluções, assistimos à distopia espetacular de um ministro em ataques a governadores e prefeitos, declarações racistas e desrespeito às instituições — o que parece uma tática para esconder a inoperância escancarada da sua gestão.

Não bastasse nas falas de sencondadas sobre a realização do Enem, nada empáticas com os alunos, o que produziu foram medidas sem a menor chance de prosperar, como a MP 979, que pretendia lhe dar exclusividade na indicação dos reitores das universidades e dos institutos federais durante a pandemia; e ações minúsculas frente ao impacto que um ministério poderia ter, como a série de vídeos Tempo de Aprender.

Felizmente temos uma comunidade mobilizada pela educação no país, de educadores, organizações da sociedade civil, gestores estaduais e municipais e gestores escolares, sem esquecer o protagonismo do Conselho Nacional de Educação na formulação das diretrizes de ensino remoto em vista da suspensão das aulas presenciais.

Infelizmente, porém, são esforços insuficientes. Muito terá que ser feito para recuperar impactos desse período e para isso precisamos de competência, coordenação e articulação.

Com uma atuação pífia antes da pandemia e agora escancaradamente desastrosa, a manutenção do atual ministro no cargo não tem razão que não seja satisfazer outros interesses. Se isso ocorrer, entrará para a história como um grave episódio de lesa-humanidade, lesa-brasileiros.

[...]

Em vez de engajamento por soluções, assistimos à distopia de um ministro em ataques, declarações racistas e desrespeito às instituições

VESTIBULAR 2020

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA
SANTA CASA 2º SEMESTRE
DE SÃO PAULO

INSCRIÇÕES ABERTAS:
de 5/5 a 18/6

Prova: 12/7

Accesse o QR Code e inscreva-se

Oportunidade de bolsas

VUNESP.COM.BR/FAVC2001

Graduação **ENFERMAGEM**
8 semestres - noturno

Graduação Tecnológica **RADIOLOGIA**
- **SISTEMAS BIOMÉDICOS**
6 semestres - noturno

FCMSANTACASASP.EDU.BR

Local: Rua Dr. Cesário Motta Jr., 61 - Vila Buarque - São Paulo (SP)
Próximo à estação Santa Cecília do metrô

parceiro **vunesp** **FAVC**

coronavírus mercado

Liberais de quermesse

Achar que o porte de arma proteja a família de assalto é um sonho sem sentido

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ

"Reze por mim." Segurando meu braço, esse foi o último pedido do meu tio, numa cama de hospital depois de ser baleado em uma tentativa de ser assaltado no Rio de Janeiro.

Quando o presidente diz "eu quero todo o mundo armado", ele semeia o caos e a morte. A ciência é clara: no contexto brasileiro, cada medida que fa-

cilita compra e uso de armas resulta em aumento de homicídios e suicídios. O estatuto do desarmamento está sendo corroído pouco a pouco, e, se o número de homicídios é um assunto hoje, seria ainda maior caso o estatuto não estivesse em vigor.

Schneider (2019) encontra que a entrada em vigor do estatuto, em 2003, reduziu o número de homicídios por armas de fogo em 12,2%. Mas o autor talvez encontra a razão pela qual o governo não se impõe muito com esses dados. A

maior redução é nas áreas de maior criminalidade e entre jovens negros.

Duas semanas depois de assumir o cargo, o presidente assinou decreto para facilitar a aquisição e o registro de armas. Em maio de 2019, outro decreto ampliou o porte de armas em todo o país (em junho, ele foi revisado).

Não satisfeito, em abril deste ano, o presidente pressionou o Exército a revogar três portarias de controle de armas. Essas portarias dificultavam acesso do crime organizado a armas

e munições desviadas de quartéis. O governo também chegou a permitir que civis comprassem até 5.000 munições, por mês, para suas armas.

Facilitar a compra de armas também contribuiu para aumentar significativamente o número de suicídios. Em estudo de Studdert e coautores, homens que têm uma arma são oito vezes mais propensos a se suicidar, e mulheres, 35 vezes mais.

A visão do liberal de quermesse no qual o porte de uma arma protege a família de

qualquer possível assalto é um sonho sem sentido, fruto de ver muitos filmes de faroeste na infância. Vários estudos mostram que ter uma arma aumenta a probabilidade de uma pessoa morrer em um incidente violento e diminui a chance de resolver o incidente, sem nenhum dano, material ou físico.

Nos últimos 20 anos, foram mais de 1 milhão de homicídios no Brasil. A história da minha família está longe de ser a única. A redução da violência passa, entre outras medidas, por um controle estrito das armas de fogo no país. É o contrário do que o presidente do Brasil pretende e tem feito como medida de política pública.

Toda a evidência científica aponta que a desregulamentação, mesmo que parcial, do uso de armas de fogo vai trazer uma consequência trágica para a nossa sociedade: o número

de homicídios vai disparar. A única consequência ruim do maior controle de armas é que a redução do número de homicídios diminui a quantidade de órgãos disponíveis para transplante. Convenhamos, não é esse o objetivo de política pública.

Temos que combater a ideia de que um indivíduo armado está mais protegido. Em raros casos, até acontece. Mas o mais comum é que alguém armado se torne um criminoso em potencial, usando a arma em uma discussão de trânsito, violência doméstica, ou mesmo na festa do bairro. São pouquíssimas as pessoas que realmente têm o treinamento para andar armadas e se proteger.

Cada arma nas ruas é um aumento no número de assassinatos no Brasil. Vamos pagar por esse governo com as nossas vidas.

|DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QU. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Guedes afirma que auxílio emergencial evitou 'quebra-quebra'

Para ministro, caso George Floyd foi fagulha para comção social criada por demora em programa semelhante nos EUA

Bernardo Caram

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta sexta-feira (12), em reunião fechada, que não houve "quebra-quebra" nas ruas das cidades do Brasil por que o governo implementou e pagou rapidamente o auxílio emergencial de R\$ 600 a pessoas afetadas pela crise do novo coronavírus.

Na avaliação do ministro, a execução demorada do programa assistencial semelhante nos Estados Unidos criou ambiente para uma "comomoção social", deflagrada após "pretexto, fagulha" do assassinato de George Floyd por um policial.

A Folha obteve o áudio da videoconferência do ministro com representantes dos setores de comércio e serviços. Mais de 50 entidades par-

ticiparam do encontro.

"Enquanto nos EUA tem gente que não recebeu [auxílio emergencial] porque vem pelo correio, nós estamos pagando a 64 milhões de brasileiros. Por isso que não teve quebra-quebra na rua, nada disso", afirmou Guedes.

"Lá houve um pretexto, uma fagulha, o tiro que foi esse problema do assassinato do jovem negro, mas a verdade é que a comomoção social estava preparada porque não foi só um protesto por racismo. Está quebrando loja, estão tirando coisa de armazém, assaltando loja de grife. Quer dizer, aquilo é uma explosão social. E aqui não houve, exatamente porque nós tivemos essa prudência de jogar todas as camadas de proteção social", disse o ministro.

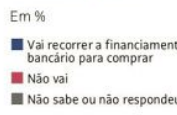
A afirmação de Guedes se alinhava a declarações recen-

tes de Jair Bolsonaro. Ao defender a retomada de atividades econômicas e a volta das pessoas ao trabalho, o presidente argumenta que a falta de recursos e a fome poderiam provocar caos sociais e descontrolar nas ruas do país.

Caixa inclui mais 4,9 milhões de pessoas no programa

O lote com os dados dos novos beneficiários para receber a primeira parcela do auxílio emergencial de R\$ 600 foi liberado pelo Ministério da Cidadania nesta sexta-feira (12). O pagamento dos valores será feito na terça-feira (16) e na quarta-feira (17), por meio da poupança digital da Caixa. Mais informações no site auxilio.caixa.gov.br

Brasileiro descarta se endividar para comprar veículos ou imóvel



Carro ou moto



Casa ou apartamento



Material de construção



Fonte: Pesquisa Observatório Febraban. O levantamento foi realizado de 1º a 3 de junho, com 1.000 entrevistados de 18 anos ou mais em todas as regiões do país. A margem de erro é de 3,2 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95,5%.

8 em cada 10 descartam tomar crédito para comprar carro e imóvel

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Levantamento da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) mostra que 84% das pessoas com conta em banco descartam contratar financiamento para aquisição de carros e motos.

São 83% quando se trata de aquisição de imóveis e 82% que não irão tomar crédito para comprar material de construção para reformas. Os números são parte da pesquisa Observatório Febraban, que passa a ter divulgação mensal a partir desta sexta-feira (12).

Apenas 14% dos entrevistados pretende aumentar o volume de compras. Outros 44% vão manter, e 39%, diminuir. Há também preferência pelo comércio de rua em relação aos shoppings.

O levantamento foi realizado de 1º a 3 de junho, com mil entrevistados de 18 anos ou mais em todas as regiões do país. A margem de erro é de 3,2 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95,5%.

Em relação à tendência de consumo, 78% manterão ou vão aumentar a frequência

em supermercados e 55% manterão ou vão aumentar a frequência no comércio de rua.

O percentual é de 47% para bares/restaurantes e shoppings. Praticamente o mesmo que pretende diminuir a frequência nesses dois tipos de estabelecimento.

A pesquisa mostra ainda que cerca de 30% pretendem aumentar as compras feitas pela internet, usar mais os serviços de delivery e aumentar o trabalho na modalidade home office.

O levantamento mostra também que 49% da população acredita que suas finanças voltarão ao patamar de antes da pandemia em até um ano.

Para 21% dos entrevistados, a retomada poderá ser ainda mais rápida, em até seis meses.

Em relação à economia do país, o otimismo é menor: 24% esperam recuperação em até um ano e 43% consideram que a economia brasileira se recuperará após dois anos.

Quanto ao atendimento bancário, 46% irão priorizar o digital e 14% vão dar prioridade ao presencial.

XP oferecerá home office permanente a funcionários

SÃO PAULO A XP anunciou na terça-feira (11) que terá uma nova sede no interior de São Paulo nos próximos meses e que passa a oferecer a possibilidade de trabalho remoto de maneira permanente a seus funcionários.

A novidade foi apresentada em forma de um e-book denominado "XP de Qualquer Lugar", no qual a corretora traz um futuro "imaginado" de suas operações em um momento de início da reabertura da economia no país ante a pandemia do coronavírus.

Segundo a companhia, a escolha da cidade que vai receber a nova sede — denominada Vila XP — já está em andamento. A ideia é que o prédio da sede, "moderno e sustentável", fique próximo à capital paulista, com fácil acesso a aeroportos e rodovias.

Nas dicas dadas pelo livro digital, o plano é que a Vila XP conte com heliponto e que seja alimentada 100% com energia renovável, contando também com uma tecnologia de reaproveitamento de água e uso de materiais sustentáveis.

Além disso, a nova sede também deve contar com espaço para crianças, sala de exposições com tela de cine-

ma, fotos, obras e painéis interativos que contam a história da XP. Haverá ainda área com mesas e poltronas, um café, palco de eventos e salas de treinamentos. A Vila XP contará com um complexo esportivo com quadras de tênis, basquete, futebol pista de corrida, piscina e academia de ginástica.

Pelo projeto, o complexo terá uma loja, a XP Store, para vender o livro "Na Raça", que conta a história do fundador

da corretora, Guilherme Benchimol, e outros artigos, como camisas e o chamado "coletador", colete de nylon acolchoado, símbolo do mercado financeiro paulistano.

"Não deixaremos de ter uma sede. Ela só mudou de lugar e de finalidade. Despedimo-nos dos arranha-céus à beira do rio Pinheiros para buscar um espaço que tenha mais a nossa cara", diz o texto do anúncio no e-book.

Isabela Bolzani

Publicidade do Lance Mais com tabelas de leilões de veículos e informações de contato.

Publicidade de licitações com logotipo da UPE e lista de processos de licitação.

Publicidade de assinatura da Folha de S. Paulo com o slogan 'Sem liberdade de imprensa não há democracia'.

Consumo de gás natural terá queda histórica

Por Anjli Raval — Financial Times

15/06/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

O consumo mundial de gás natural neste ano terá a maior queda na história, como resultado das medidas para conter a disseminação do coronavírus e do consequente choque sem precedentes na demanda, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE).

Em anúncio na semana passada, a AIE, cuja sede fica em Paris, destacou que os efeitos da pandemia, somados a um inverno mais ameno do que o usual no Hemisfério Norte, provocarão uma queda de 4% no consumo mundial de gás natural em 2020, o que representa 150 bilhões de metros cúbicos a menos, com impacto em todas as regiões do mundo. O declínio será duas vezes maior do que o registrado depois da crise financeira mundial em 2009, quando a demanda caiu 2%.

Embora o impacto das medidas de confinamento impostas pelos governos mundiais na indústria de gás natural tenha sido menor do que o sofrido pelas de petróleo e carvão, que são mais usados no transporte e geração de eletricidade para empresas, a queda estimada mostra que o setor “está longe de ser imune” à pandemia, disse Fatih Birol, chefe da AIE.

Nos últimos anos, o setor de gás natural beneficiou-se da tendência de substituição do carvão pelo gás em vários setores, uma vez que os baixos preços e as políticas em prol da limpeza do ar têm encorajado a troca, em particular na China. Em 2019, a demanda cresceu 1,8% na comparação anual, o que equivale a 70 bilhões de metros cúbicos.

“O declínio recorde neste ano representa uma mudança drástica nas circunstâncias para um setor que se acostumara a fortes aumentos na demanda”, disse Birol.

Embora seja uma alternativa mais “limpa” na comparação com o que o carvão, o gás também é foco das atenções de ativistas ambientais e de alguns investidores, que querem desviar a alocação de recursos financeiros para longe dos combustíveis fósseis.

Ainda assim, muitos dos maiores nomes no setor de fontes de energia e importantes governos veem o gás como necessário para atender a demanda mundial por energia.

Os vários anos de fortes aumentos no consumo resultaram em altos investimentos na área de gás natural liquefeito (GNL). Um recorde de US\$ 65 bilhões em investimentos em bens de capital em instalações de GNL foi anunciado em 2019, de acordo com a AIE.

Neste ano, contudo, o gás usado em geração de eletricidade será o segmento mais afetado, sendo responsável por mais da metade do declínio total estimado para a demanda. A geração de energia a gás terá uma queda particularmente mais forte na Europa, segundo a AIE, porque além da queda na demanda por energia elétrica, há um crescente uso de fontes renováveis na geração de eletricidade.

Depois da geração de energia, a maior queda na demanda está prevista nos setores comercial e residencial. O inverno de temperaturas mais moderadas reduziu a necessidade de gás para aquecedores no início do ano, enquanto os lockdowns impostos por governos reduziram o consumo pelas empresas.

A demanda por gás de uso industrial também caiu em função do impacto da doença, que paralisou economias pelo mundo e desacelerou as fábricas. Ao mesmo tempo, o próprio setor de energia teve uma forte queda no consumo do combustível.

A indústria de gás deverá se recuperar gradualmente nos próximos dois anos, mas a crise da covid-19 terá “impacto duradouro”, segundo Birol, já que o excesso de

oferta e os investimentos e nova capacidade produtiva continuam superando a demanda.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Brumado
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Novo carro de Bernardo Silva mostra o quanto ele é rico
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

A esposa de Daniel Alves é provavelmente a mulher mais bonita do Brasil
TRADING BLVD

LINK PATROCINADO

A fortuna de Whindersson Nunes deixou sua família em lágrimas
GAME OF GLAM

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse
THERAPY JOKER

LINK PATROCINADO

Cientistas afirmam ter encontrado a arca de Noé
MYDAILYMAGAZINE

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Cresce desconfiança sobre governo Bolsonaro no exterior

VALOR INVESTE

Uber dos personal trainers chega ao Brasil e abre 2 mil vagas para profissionais de educação física

VALOR INVESTE

Fabricantes nacionais temem invasão de produtos da Ásia

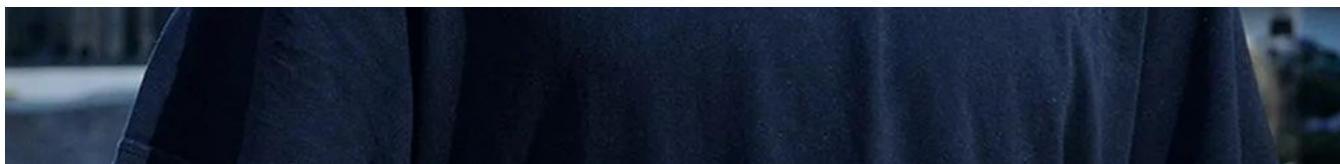
Crises em série e covid elevam o desemprego entre os jovens

Consultoria estima que taxa pode chegar perto de 40% este ano

Por Bruno Villas Bôas e Alessandra Saraiva — Do Rio

15/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





Breno Souto: renda a zero e esperança de voltar a trabalhar como motorista — Foto: Leo Pinheiro/Valor

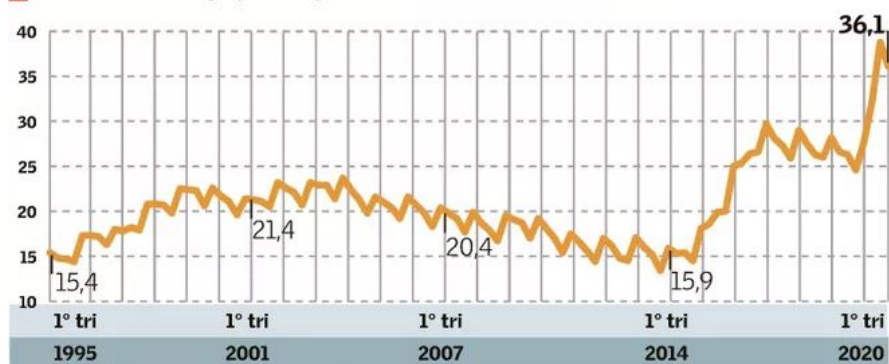
Se a primeira crise a gente nunca esquece, a atual geração de jovens terá ao menos duas grandes recessões para lembrar, num período de apenas sete anos, além de um impeachment presidencial e uma pandemia global. Essa sucessão de crises produziu duros impactos no mercado de trabalho. Depois de quase dobrar no período de 2014 a 2018, a taxa de desemprego de jovens de 14 a 25 anos deverá atingir níveis recordes nos próximos meses.

Dados levantados pela LCA Consultores, a partir de pesquisas do IBGE, mostram que o ciclo de piora do emprego entre jovens começou em 2014, com a recessão provocada pela crise fiscal. A taxa de desemprego da população de 14 a 25 anos saltou de 14,5% no quarto trimestre de 2014 para 26% no quarto trimestre de 2018, quando atingia 5,4 milhões de pessoas.

Geração crise

Desemprego entre jovens caminha para novo recorde

■ Taxa de desocupação de jovens de 14 a 25 anos* - Em %



5,1 milhões

de pessoas de 14 a 24 anos estavam desempregadas no 1º trimestre de 2020

101%

foi o crescimento do número de jovens desempregados desde o 4º trimestre de 2013

Fonte: LCA e IBGE *Projeção LCA a partir do 2º trimestre de 2020

Desde então, o mercado andou de lado para os mais jovens. Agora, a pandemia provoca uma nova onda de demissões. Nas projeções da LCA, a taxa de desemprego dos jovens deve crescer para 38,8% no terceiro trimestre deste ano, de 27,7% no primeiro trimestre. Se a projeção se confirmar, 7,9 milhões de pessoas de

14 a 25 anos estarão em busca de trabalho no terceiro trimestre, bem acima dos atuais 5,5 milhões atuais.

Breno Rodrigues Souto, de 21 anos, é um dos atuais 5,5 milhões de jovens na faixa de 14 a 25 anos em busca de trabalho. Estudante de letras na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ele atuava como motorista por aplicativo até recentemente, quando o isolamento social fez desaparecer a clientela. Sua renda na faixa de R\$ 1,5 mil mensais, que excluía os gastos com o carro, foi a zero em poucos dias.

O trabalho por aplicativo já era resultado de uma sucessão de crises do país. Quando tinha 19 anos e cursava ensino técnico de design de jogos no sistema Sesi/Senai, Breno tentou seu primeiro emprego formal na área, mas não teve sucesso. “O mercado não estava em alta”, diz. Ele que tentou ainda vagas no setor imobiliário e em lojas no ano passado, antes de recorrer ao serviço de motorista.

Hoje Breno se divide entre as casas da tia e da mãe, ambas no município de Maricá, região metropolitana do Rio. Sempre que possível, a família ajuda nas despesas. Recentemente, passou a receber o auxílio emergencial de R\$ 600 do governo. O quadro não permite muito otimismo. “Eu acho que a situação do mercado de trabalho não vai melhorar”, diz o estudante, que pretende voltar a ser motorista de aplicativo assim que a crise arrefecer.

Economista da LCA Consultores e autor dos cálculos, Cosmo Donato explica que o desemprego vai crescer para todas as faixas etárias nos próximos meses, mas acaba por atingir mais duramente a parcela jovem dos trabalhadores. Por terem menos tempo de empresa e menores salários, oferecem menor custo de demissão. São também, na média, menos experientes e qualificados profissionalmente.

“O país já tem um grande estoque de pessoas qualificadas e sem emprego por causa do biênio de recessão de 2015 e 2016”, explica Donato. “São pessoas que estão há bastante tempo em busca de emprego e dispostas a trabalhar ganhando menos. Os jovens terão que disputar com elas um espaço. O fato de vivermos crises cumulativas na economia e no mercado de trabalho só aumenta esse problema”.

O economista José Márcio Camargo alerta que elevado desemprego vai carregar efeitos negativos para o longo prazo. A sequência de crises e a consequente demora para obter uma vaga reduzem o capital humano dos trabalhadores: “Essa perda de capital humano dificulta a transição para o mercado de trabalho. Quando conseguir emprego, a vaga será de menor renda e menos estabilidade, com reflexo na produtividade”, diz o especialista.

Camargo lembra que outras gerações também tiveram seus desafios. Os jovens dos anos 80 viveram sob a combinação de recessão com hiperinflação, que foi derrotada apenas com a implementação do Plano Real, em 1994. De meados dos anos 90 até o início da década de 2010, o Brasil viveu um período raro de crescimento, redução de desigualdades e mais oportunidades.

“O momento atual é complicado, com duas recessões e baixo crescimento no meio. Acho que o saldo dessa geração ainda não está dado, vai depender de como será a retomada da economia”, lembra o economista.

Camargo defende a redução do custo trabalhista da contratação dos jovens no pós-pandemia, para incentivar o primeiro emprego. Editada pelo governo federal em novembro do ano passado, a Medida Provisória 905, que criou o Programa Verde e Amarelo, com foco em facilitar a contratação de jovens de 18 a 20 anos, perdeu validade antes de ser aprovada pelo Congresso. “Será preciso reeditar algo semelhante”, afirma.

Diretor da FGV Social, Marcelo Neri acrescenta que os jovens formam a parcela menos vulnerável do sintoma da covid-19, embora não sejam totalmente imunes. Apesar disso, têm sido os mais afetados pelas consequências das medidas de isolamento no mercado de trabalho. Para ele, contudo, o “novo normal” do pós-pandemia pode ter características positivas para se reinserir no mercado, além da melhor escolaridade.

“O jovem tem mais facilidade de lidar com a tecnologia da informação, que vai ser tornar mais importante a partir de agora, herança das medidas de isolamento. É mais nativo da tecnologia, mais incluídos digitalmente”, diz Neri, para quem o aspecto negativo do “novo normal” seria a redução da circulação e mobilidade, o que considera uma característica da parcela mais jovem dos brasileiros.

Economista teme longa 'agonia' com reabertura

Formulador de políticas públicas, Paes de Barros diz que números são desfavoráveis ao fim do isolamento

Por **Malu Delgado** — De Belo Horizonte

15/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Ricardo Paes de Barros: "Afastamento radical faz com que a sua crise seja menor; não só morrem menos pessoas, mas a epidemia dura menos tempo; não vai ser vantajosa para a economia essa abertura" — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O Brasil vai agonizar por um longuíssimo período, com mortes diárias por covid-19, pelo fato de não ter adotado uma política pública mais radical de isolamento social. Praticamente todos os Estados anunciam processos graduais de retomada da

atividade econômica, incluindo São Paulo. O alerta é feito pelo economista, professor do Insper e formulador de políticas públicas com base em evidências, Ricardo Paes de Barros, que recorre sempre aos números para argumentar que a escolha brasileira não é o melhor caminho.

Principal formulador do programa Bolsa Família, ele preparou estimativas que mostram qual seria o cenário do país se nenhuma política pública de distanciamento social fosse adotada. Considerando essa hipótese, o Brasil teria em torno de 325 mil mortes em um ano - cálculo baseado na atual média diária de óbitos.

O custo da covid-19 no Brasil

Estimativa para as fatalidades por faixa etária na ausência de políticas de distanciamento social

Grupo etário	População (milhões)	População em risco (R0=4)	Taxa de mortalidade (%)	Previsão de fatalidades na ausência de isolamento	Anos de vida perdidos (milhões)	Valor dos anos perdidos (em R\$ bilhões)
0 a 9	29	22	0	0	0	3
10 a 14	31	23	0	2.000	0,1	10
20 a 29	34	26	0	8.000	0,4	44
30 a 39	34	26	0,1	22.000	1	100
40 a 49	29	22	0,2	36.000	1,3	130
50 a 59	24	18	0,6	107.000	2,9	297
60 a 69	17	13	1,9	242.000	4,7	481
70 a 79	9	7	4,3	290.000	3,7	378
mais de 80	4	3	7,8	260.000	2,5	259
Total	212	159	0,6	965.000	16,5	1.702

Fonte: Ricardo Paes de Barros

Todas as evidências apontam, segundo o economista, que “a melhor coisa para a saúde e para a economia é o maior nível de isolamento social possível, de tal maneira que se reduza a taxa de transmissibilidade para o nível mais baixo possível”. Ele afirma não compreender como os gestores brasileiros ignoram as evidências e as experiências exitosas - e as de fracasso - em várias partes do mundo.

Para chegar aos números, Paes de Barros considera a taxa de contágio (R0) igual a 4 (R0 = 4). Quer dizer que cada indivíduo contaminado tem potencial para transmitir o vírus a outros quatro. Esse indicador é adotado (o R basal), explica ele, porque está muito próximo da capacidade real de transmissibilidade do vírus, considerando que a taxa de contágio da síndrome respiratória aguda grave (Sars) é de 3,5 pessoas contaminadas por portador do vírus.

“Todo mundo subestimou o R do coronavírus. Ele é mais contagioso e resiliente do que achávamos. Acho que o $R_0 = 4$ não é má estimativa, não”, justifica. “É o que aconteceria se nós não fizéssemos nada. Evidentemente, na hora em que você começa a tomar uma série de medidas, o R cai.”

“Afastamento radical reduz mais o R e isso faz com que a sua crise seja menor. Não só morrem menos pessoas, mas a epidemia dura menos tempo. Se você abrir a economia e voltar mais rapidamente, o R vai ser maior e você vai permanecer mais tempo com a epidemia. Toda evidência aponta que não vai ser vantajoso para a economia essa abertura.”

A estimativa de Paes de Barros é que o Estado de São Paulo, hoje, tem um R em torno de 1,05. “Estamos muito perto de $R = 1$. No Brasil também. Mas esse não é o R da doença, é o R da doença com todas as medidas que estamos tomando para modificar o contágio.” O grande problema, diz, é que a flexibilização do isolamento social volta rapidamente a impactar o R, que inevitavelmente subirá.

“As nossas mortes diárias, no Brasil e em São Paulo, estão quase estabilizando, mas não caem. E a velocidade com que essas mortes diárias vão cair depende de quão abaixo de 1 é o seu R”, afirma.

Isolamento, uso de máscaras, fechamento das escolas e veto às aglomerações são obstáculos que tornam mais difícil para o vírus se propagar. “Qualquer R acima de 1 vai lhe levar a uma proporção muito grande da população infectada. A grande coisa é fazer o R ficar menor que 1.” Isso ocorre porque se reduz drasticamente o potencial de transmissão, até que se vença em definitivo a batalha contra o vírus. “Na hora que o R está abaixo de 1, você consegue neutralizar e erradicar a doença”, explica, citando como principal exemplo as políticas públicas radicais de isolamento da Nova Zelândia.

A reabertura gradual em São Paulo, na visão de Paes de Barros, é extremamente preocupante. “O que vai acontecer com isso é que nós vamos ficar com um R perto de 1, mas vamos ter em São Paulo cem mortes por dia, todo dia, por um longo período. Do jeito que estamos fazendo aqui e no Brasil, vamos parar a atividade econômica por muito tempo.”

Para ele, mais importante que tentar combater a crise é tentar reduzir o tamanho da crise. “O tamanho da crise é controlável.”

Paes de Barros traz à luz evidências sobre o impacto da covid-19 no capital humano. Ao considerar uma média dos anos de vida perdidos pelos infectados pelo coronavírus que não sobreviveram, ele calculou que são 17,1 anos perdidos na existência dessas pessoas.

O economista projeta que poderiam morrer 965 mil pessoas em três anos no Brasil (com base na média de mortes diária atual), se nenhuma medida fosse adotada. Questionado se a manutenção do R próximo de 1 pode levar a um número de mortes semelhante, apenas mais espaçado ao longo do tempo, Paes de Barros explica: Com o $R = 1$, o número de mortes do dia seguinte vai ser o mesmo número de mortes do dia anterior. O Brasil tem mil mortes por dia. Se multiplicarmos mil mortes por 360 dias, com o $R = 1$, em um ano teremos 360 mil mortes”. Em três anos, diz, a estimativa se aproxima de 1 milhão de óbitos.

Levando-se em conta a média de anos perdidos, ele fez uma projeção global de quantos anos de vida, somados, todas essas vítimas perderão: 16,5 milhões de anos de vida (325 mil mortos por ano durante três anos).

Como cada ano de vida pode ser calculado como três vezes e meia o que as pessoas recebem (segundo cálculo da Organização Mundial de Saúde), é possível calcular, também, “qual é o valor, a perda, que esses anos de vida vão ter”. Mais uma vez, os números assustam: em números absolutos, o valor de vidas perdidas equivale a R\$ 1,7 trilhão, ou seja, o equivalente a 23% do PIB nacional.

Paes de Barros enfatiza que “o ponto central é entender que o tamanho da crise de saúde e econômica não é exógena”. “Ela depende das nossas ações. Não consigo ver qual seria o argumento que alguém poderia usar para dizer que a melhor coisa não é parar tudo, vencer a luta contra o vírus e aí voltar tudo. Esse tratamento mais ou menos que o Brasil adotou - e que numa mesma medida os EUA adotaram, a Suécia idem - não me parece ser a melhor solução”, alerta. “A melhor solução seria um tratamento muito mais radical, que faria com que a epidemia parasse mais rapidamente.”

Ele reconhece que talvez os gestores, como o governador de São Paulo, João Doria, e o prefeito Bruno Covas, enfrentem dificuldades para manter o isolamento, por não conseguirem convencer a população a ponto de o R cair abaixo de 1. “Talvez o que o governo São Paulo esteja enfrentando é o fato que as autoridades não conseguem mais parar as pessoas.”

Ainda assim, insiste que gestores deveriam tentar outras saídas. “A gente corre sério risco de abrir um pouquinho, o R subir, e a gente ter que fechar tudo de maneira radical mais pra frente. Isso aconteceu no Irã, que diminuiu, controlou, e teve depois uma segunda subida. Estamos muito longe da imunidade de rebanho. Se o vírus voltar, ele tem todo espaço do mundo para se propagar no Brasil. Aí a gente pode gerar um segundo ciclo parecido com o primeiro. A melhor solução é reduzir o contágio.”

O economista aconselha uma abordagem: “Cabeleireiro, a melhor proteção pra você não é poder abrir seu salão e atender um cliente a cada duas horas. É acabar com o vírus de tal maneira que você possa atender um a cada meia hora. Isolamento temporário não ajuda em nada, a menos que com isso se consiga realmente erradicar o vírus.”

O Brasil, pelas opções feitas até o momento, não conseguirá fazer isso, diz. “O que é o melhor? Uma guerra prolongada ou a guerra rápida? Declara um feriado super prolongado, ninguém sai de casa, a gente baixa isso de maneira substancial e aí depois a gente retoma”, lamenta. “Não chegamos na metade do ano e São Paulo já tem mais de 40 mortes por 100 mil habitantes. É meio que o dobro de homicídios por ano. Desse jeito, podemos chegar a 10 mil até fim 2020. Muito mais alto que todas as taxas de homicídio extremamente elevadas brasileiras.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia
VARIZERO

LINK PATROCINADO

A esposa de Daniel Alves é provavelmente a mulher mais bonita do Brasil
TRADING BLVD

Mansueto já discute sucessor com Guedes

Saída de secretário do Tesouro é debatida desde o fim do ano passado

Por **Fabio Graner** — De Brasília

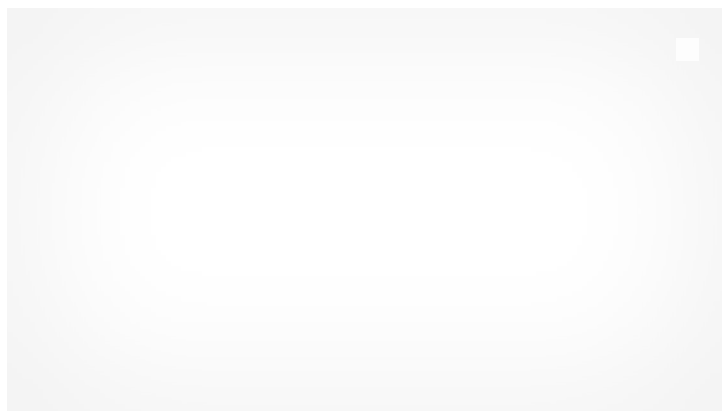
15/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A saída do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, está próxima. Ele já está discutindo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, um nome para sucedê-lo no comando do caixa do governo, cargo que ocupa desde 2018, último ano da administração Michel Temer.

A informação sobre a preparação da saída foi publicada ontem pelo colunista Lauro Jardim, de "O Globo", e confirmada pelo **Valor** com fontes da área econômica. Ao G1 Mansueto afirmou que a saída é consensual e que continuará no posto até o fim de julho ou agosto.

No fim do ano passado, Mansueto já havia manifestado a intenção de deixar a equipe econômica, mas acabou sendo convencido a ficar diretamente por Guedes, que tem avaliação muito positiva do trabalho dele.

PUBLICIDADE



O próprio ministro, no início do ano, havia sinalizado a possibilidade de saída do secretário em 2020, embora queira que ele faça parte do conselho fiscal da República, a ser criado se for aprovada a PEC do Pacto Federativo. Ainda não haveria um nome definido para sucedê-lo, segundo fontes.

Mansueto tem sido muito enfático na defesa de que ampliação de gastos em decorrência da pandemia tem que se circunscrever a este ano e a política fiscal precisa voltar à normalidade após o fim do estado de calamidade pública, previsto para durar até 31 de dezembro.

Quando o **Valor** no ano passado noticiou a intenção de saída dele e o esforço do ministro para mantê-lo, Mansueto disse que tinha como metas resolver a questão do ajuste fiscal dos Estados e aprovar as reformas fiscais. Estas medidas, contudo, não avançaram e, com a pandemia, estão fora da pauta, embora a equipe econômica pretenda retomar esses temas, em especial as PECs do Pacto Federativo, assim que o país retomar a normalidade.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera método natural que faz crescer cabelos
NUTROMAIS

LINK PATROCINADO

Solta urina ao espirrar ou tossir? Veja isto imediatamente
INCONTINI

LINK PATROCINADO

Alô Uruçuca. Bariátrica natural, cápsula amarra o estômago e diminui o apetite.
PHYTO POWER CAPS

LINK PATROCINADO

Truque oriental para acabar com manchas no rosto, rugas e melasmas com Óleo Johnson
DIÁRIO OCULTO

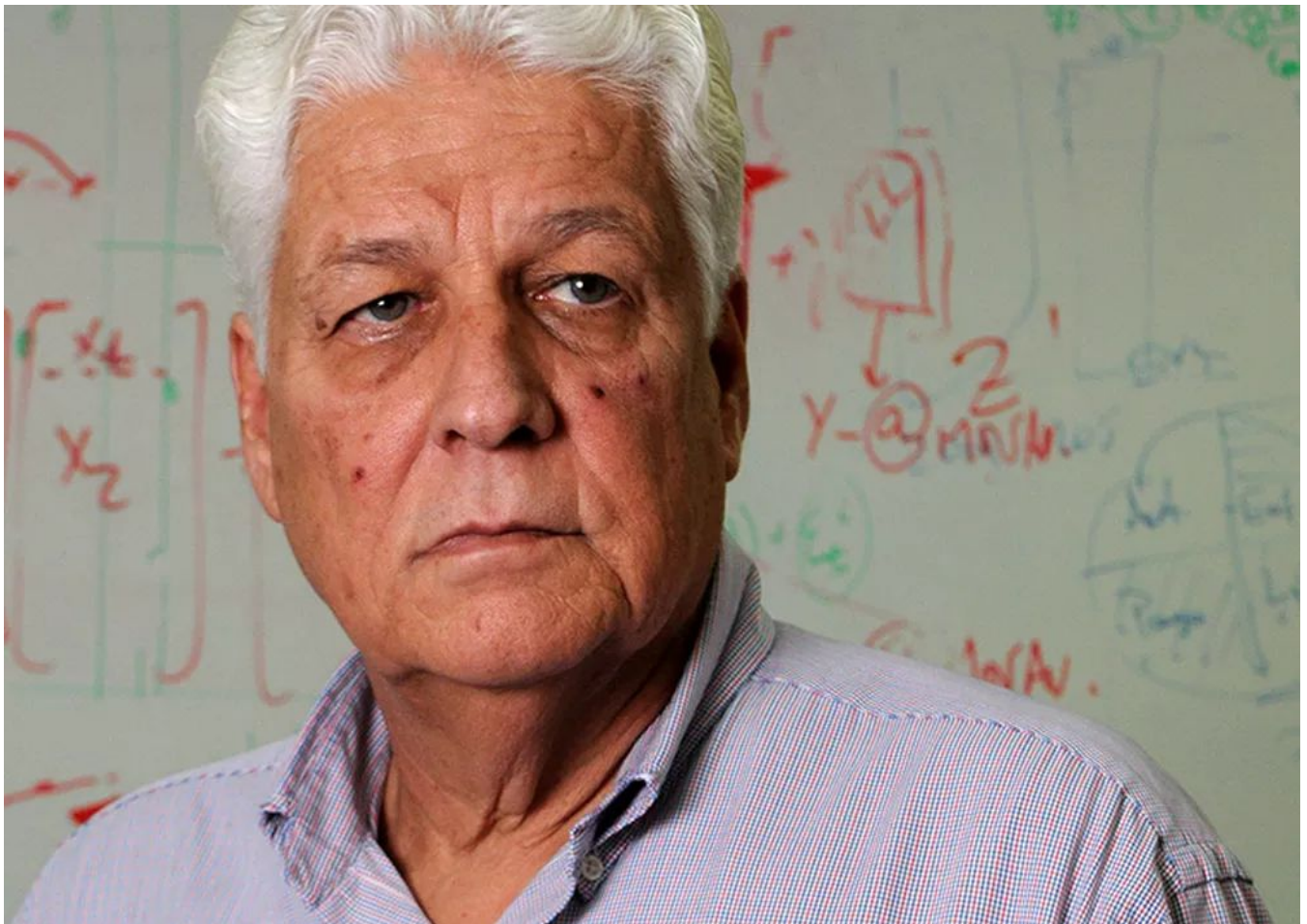
LINK PATROCINADO

Ociosidade econômica deve dobrar e bater recorde no 2º tri, afirma FGV

Para pesquisador, cenário é de piora para os próximos meses

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

15/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Claudio Considera: ociosidade é refletida na inflação baixo e desemprego alto — Foto: Leo Pinheiro/Valor

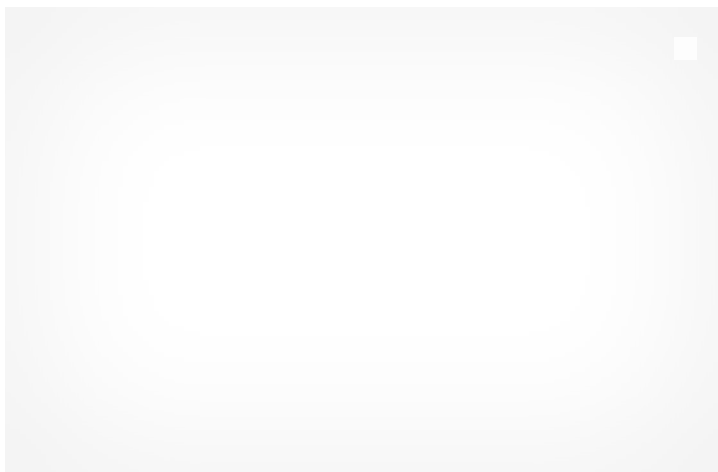
Com os impactos da pandemia a partir de março, a ociosidade da economia voltou a crescer no primeiro trimestre, iniciando uma reversão após leve melhora do fim do

ano passado, e deve bater recorde no segundo trimestre, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) obtidos pelo **Valor**.

“Houve meio mês de pandemia em março e isso já provocou uma queda da produção de diversas atividades, elevando a ociosidade. Pelos dados de abril, sabemos que o pior está por vir”, diz Claudio Considera, pesquisador associado do Ibre/FGV e autor do estudo ao lado das também pesquisadoras Elisa Andrade e Juliana Trece.

O Produto Interno Bruto (PIB) recuou 1,5% no primeiro trimestre deste ano em relação aos três meses anteriores, conforme divulgado pelo IBGE no fim de maio. Foi a maior queda da atividade desde o segundo trimestre de 2015, no início do ciclo da recessão econômica anterior, com destaques negativos para a indústria e os serviços.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A partir desse resultado, os pesquisadores calcularam que o hiato do produto - diferença entre o resultado efetivo da economia e seu potencial estimado de crescimento - foi negativo em 4,7% no primeiro trimestre. Com esse número, o indicador voltou a apontar para uma tendência de aumento da ociosidade da economia.

No momento de maior ociosidade da economia, ocorrido no primeiro trimestre de 2017, o hiato chegou a ser negativo em 6,6%. Desde então, o indicador mostrava lenta melhora. No quarto trimestre de 2019, o hiato estava negativo em 4,2%,

segundo o Ibre/FGV, que usa o método de função da produção, que considera a produtividade total dos fatores e o estoque de capital físico e humano.

Entre os componentes do PIB, a indústria mostrou o maior aumento de ociosidade no primeiro trimestre, com hiato negativo de 6,4%, em relação aos -6,1% do trimestre anterior. “Indústria já teve hiatos positivos em 2011 a 2013, mas depois disso vem crescendo sistematicamente abaixo do seu potencial”, explicou Considera.

Na atividade de serviços, o hiato foi negativo em 3,9% no primeiro trimestre. Na última década, o crescimento potencial do setor foi maior do que seu crescimento efetivo, com maior contribuição do insumo capital.

Considera disse, porém, que o pior está por vir. Com projeções de retração do PIB na casa dos 10% para o segundo trimestre, na comparação com o período de janeiro a março, o hiato do produto deverá atingir nível recorde. “Provavelmente teremos um hiato do produto na casa dos dois dígitos, a depender do que acontecer com o PIB potencial.”

Considera acrescenta que os resultados contribuem para entender a inflação em níveis historicamente baixos no país neste início de ano. Em maio, o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou deflação de 0,38%, a segunda maior queda dos preços desde 1980, início da série histórica.

“Essa ociosidade reflete-se também na perda de emprego. A taxa de desemprego projetada para este ano está bastante elevada. O total de desempregados pode encerrar o ano entre 17 milhões e 20 milhões de pessoas. Isso fora as pessoas que forem para a inatividade”, acrescenta o pesquisador.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

LINK PATROCINADO

A esposa de Daniel Alves é provavelmente a mulher mais bonita do Brasil

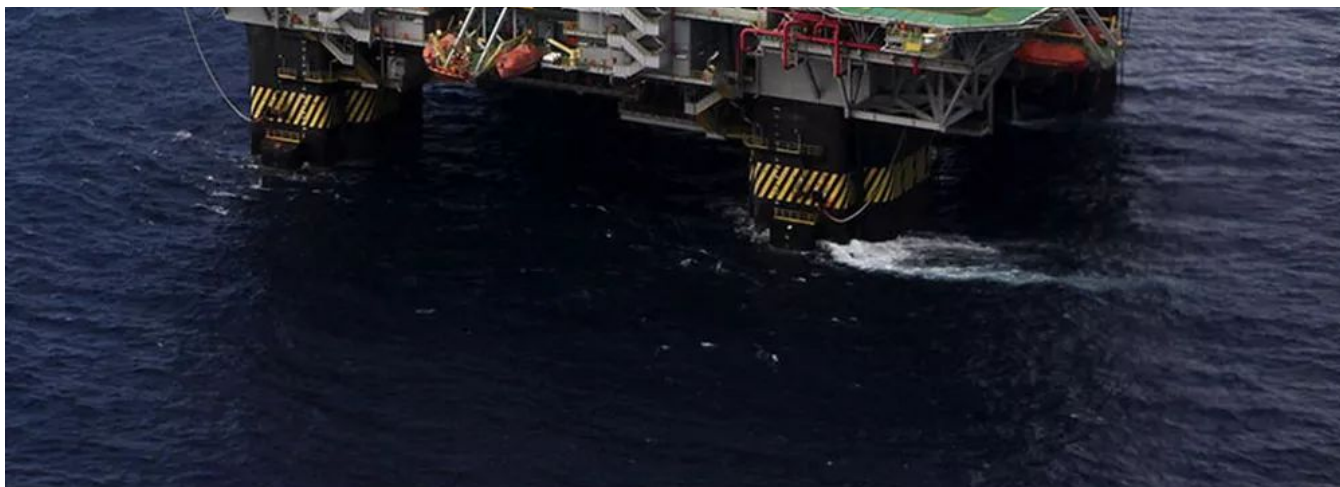
Petrobras inicia nova onda de renegociação com fornecedores

Estatual propõe suspensão temporária de alguns contratos com navios de apoio

Por André Ramalho — Do Rio

15/06/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas





Redução no custos da operação de plataforma está entre as prioridades da estatal — Foto: Rich Press/Bloomberg

Na tentativa de cortar pelo menos US\$ 2 bilhões dos custos operacionais em 2020, a Petrobras ataca em várias frentes e iniciou, nas últimas semanas, uma segunda onda de renegociação com alguns de seus fornecedores. A nova investida marca uma mudança no tom das conversas. Até então focada em adiar pagamentos e antecipar o fim de contratos próximos a vencer, a estatal propõe, agora, suspender temporariamente alguns de seus contratos de afretamento de navios de apoio offshore.

Desde o princípio do choque de preços do petróleo, a Petrobras vem reforçando que as negociações com a cadeia fornecedora se concentram apenas nas grandes empresas, naquelas com maior capacidade de suportar o impacto da crise. As medidas adotadas pela companhia para reduzir seus custos operacionais, contudo, têm se mostrado mais amplas e impactam, também, os fornecedores menores, segundo três fontes.

Logo nas primeiras semanas depois da queda abrupta do petróleo, ainda em março, a estatal anunciou um pacote de medidas para preservar o seu caixa e se comprometeu a acelerar os esforços para cortar suas despesas operacionais - que totalizaram US\$ 10,2 bilhões em 2019. A empresa informou, então, uma série de iniciativas para reduzir em US\$ 2 bilhões os custos, incluindo a paralisação de 62 plataformas em águas rasas e o adiamento de contratações e de atividades.

Refazendo as contas

Maior parte dos fornecedores da Petrobras tem contratos até R\$ 100 mil

Tamanho da cadeia de fornecedores(em 2019)

■ **12.162**

Nº de fornecedores que firmaram compromissos com a Petrobras

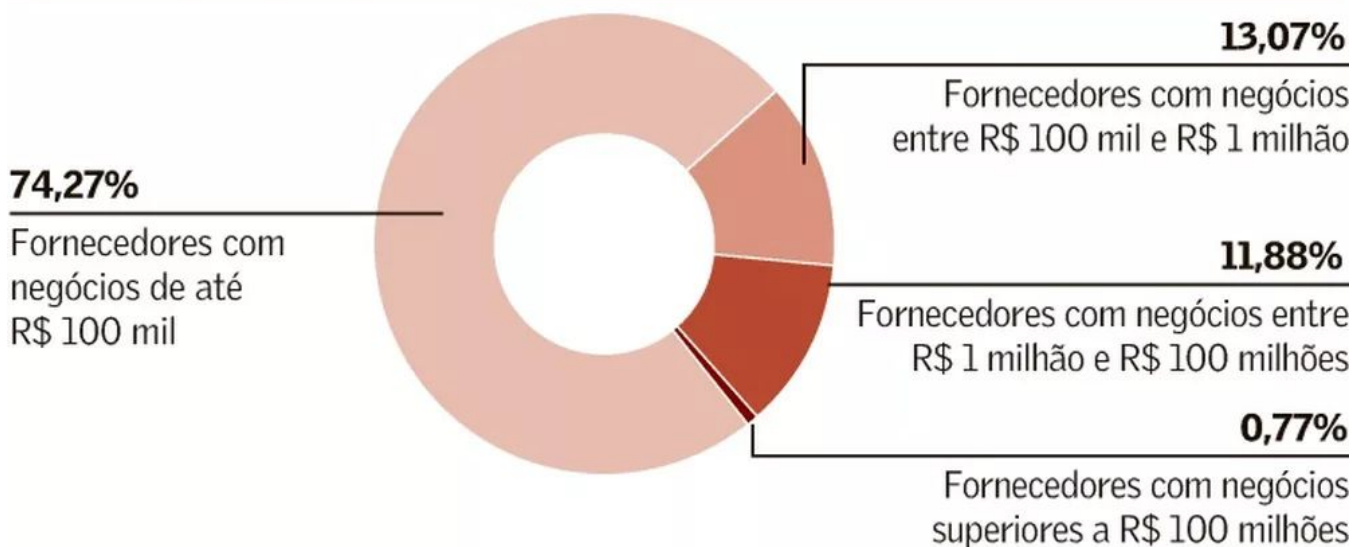
■ **4.951**

Contratos celebrados

■ **R\$ 55,7 bilhões**

Montante de transações

Perfil da cadeia de fornecedores



Fonte: Petrobras

É dentro desse contexto que a Petrobras vem renegociando as condições de contrato com os prestadores de bens e serviços. Fornecedores de serviços submarinos, os operadores de plataformas e barcos de apoio foram alguns dos elos convocados às mesas de negociação. Num primeiro momento, a Petrobras propôs adiar o pagamento de 5% a 15% das taxas de afretamento de plataformas e barcos de apoio para 2021. No caso do setor de apoio offshore, a estatal também propôs postergar o início de vigência de alguns contratos e antecipar o fim de outros próximos do vencimento. Agora, a petroleira chamou as companhias para pedir a suspensão temporária de alguns contratos.

A norueguesa DOF Subsea reportou em seu balanço do primeiro trimestre, por exemplo, que, devido aos efeitos da pandemia da covid-19 e do choque de preços do petróleo, recebeu vários pedidos de rescisão de contratos. E citou que a Petrobras rompeu, em abril, dois contratos que tinha com a empresa e que venciam em junho.

A crise pegou, no contrapé, empresas que se preparavam para renovar contratos próximos do fim e que temem, agora, ficar com a frota ociosa. No fim de maio, o diretor de operações da Wilson Sons no Brasil, Arnaldo Calbucci, disse que a pandemia freou o interesse da estatal na renovação de alguns contratos. “No início da pandemia, a Petrobras demonstrou interesse em renovar [contratos], mas criou um comitê de resiliência que aumentou a burocracia e a aprovação [da renovação] está demorando um pouco mais do que o esperado. Obviamente, surpresas podem ocorrer”, afirmou, durante teleconferência com investidores.

Petroleira já propôs adiar pagamentos e antecipar fim de contratos com navios de apoio offshore

Segundo fontes da cadeia de fornecimento, as medidas da Petrobras não se restringem apenas aos grandes fornecedores. Os esforços de redução de custos da petroleira têm passado não só pela renegociação de contratos com a cadeia, mas também pela redução de atividades que afetam diretamente supridores de menor escala. A paralisação temporária de 14 campos terrestres levou, por exemplo, à desmobilização de sondas de pequenos fornecedores, no Nordeste, como a Braserv.

Procurada, a Petrobras reiterou que busca uma forma de superar a nova crise em conjunto com seus grandes fornecedores e que, dada a complexidade e diversidade dos contratos de bens e serviços, cada caso está sendo tratado individualmente nas renegociações, “privilegiando sempre a busca de uma solução negociada”.

No segmento de apoio offshore, o receio é que a crise aumente ainda mais os níveis de ociosidade da frota, que já tinha sido afetada pela última crise, de 2015, quando a Petrobras rescindiu uma série de contratos com as empresas do setor. Segundo o sócio do escritório Kincaid Mendes Vianna, Godofredo Mendes Vianna, a nova investida da Petrobras pode trazer uma rodada de judicialização no setor.

“Vivemos uma espécie de ‘d’jà vu’ de 2015. Naquela crise a Petrobras já tinha entrado de forma drástica numa renegociação com os fornecedores. Isso gerou um trauma no mercado. Algumas empresas sumiram, outras saíram do Brasil e as margens foram achatadas”, afirma o advogado, que questiona o motivo de força

PPP de esgoto no MS prevê R\$ 1 bi de investimentos

Edital do projeto é lançado nesta segunda-feira, em meio à pandemia, e prevê universalização em 10 anos

Por Taís Hirata — De São Paulo

15/06/2020 05h01 · Atualizado há 8 minutos

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) publica hoje o edital de uma Parceria Público-Privada (PPP) para conceder toda sua operação de esgoto ao setor privado. Os serviços de água continuarão sob responsabilidade da estatal.

O prazo da concessão será de 30 anos, mas a ideia é que a universalização do serviço seja feita em dez anos. Hoje, a cobertura é de cerca de 40% nos 68 municípios atendidos. Ao todo, está previsto um investimento de R\$ 1 bilhão, além de outros R\$ 2,8 bilhões em custos operacionais.

Na concorrência, vencerá o grupo que pedir a menor remuneração - por se tratar de uma PPP, o operador privado recebe não apenas as tarifas, mas também uma contraprestação da estatal, que será o critério do leilão.

O projeto, que está sendo lançado em plena crise, começou a ser estudado em 2016, conta Bruno Lauria, sócio do Spalding Sertori Advogados e um dos consultores na estruturação do projeto. De lá para cá, foi feito um esforço para regularizar e renovar o prazo de diversos contratos com prefeituras, para dar segurança jurídica e ampliar o valor do pacote.

No entanto, a tarefa não foi concluída em todas as cidades. Em algumas delas, os acordos com a Sanesul vencem antes do prazo da PPP. Para equalizar a questão, foi

incluída uma cláusula de reequilíbrio que será acionada caso o contrato com algum dos 68 municípios se encerre antes da concessão.

Em relação ao órgão regulador, que costuma ser fonte de incertezas, Lauria reconhece que se trata de uma preocupação, mas afirma que a insegurança é minimizada pelo fato de o projeto ser uma PPP, o que significa que o grupo não terá que lidar diretamente com a Agepan (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos), e sim a Sanesul.

As premissas do projeto não foram revisadas diante da nova realidade econômica, mas o advogado avalia que a PPP será atrativa e deverá gerar concorrência. Ele destaca que, no processo, foram feitas rodadas de conversas com agentes de mercado - a última delas já durante a pandemia.

Além disso, o leilão deverá ocorrer apenas quando a situação já estiver mais estável, já que o prazo entre a publicação do edital e a entrega das propostas será de ao menos 100 dias, diz.

Esta não é a primeira concessão do setor no Estado. Hoje, os serviços de água e esgoto da capital, Campo Grande, já são operados pela Aegea, que, assim, se torna uma candidata natural.

Mas a PPP não é o único grande projeto do setor em curso. O BNDES também tem uma carteira de concessões de saneamento com ao menos seis ativos. O mais avançado deles é o da companhia estadual de Alagoas, cujo leilão deve ocorrer em 30 de setembro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

Reforma tributária em tempo de crise

Criação de um IVA será um dos maiores legados que um governo ou o Congresso poderá deixar para o país

Por Ernesto Lozardo e Melina Lukic

15/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





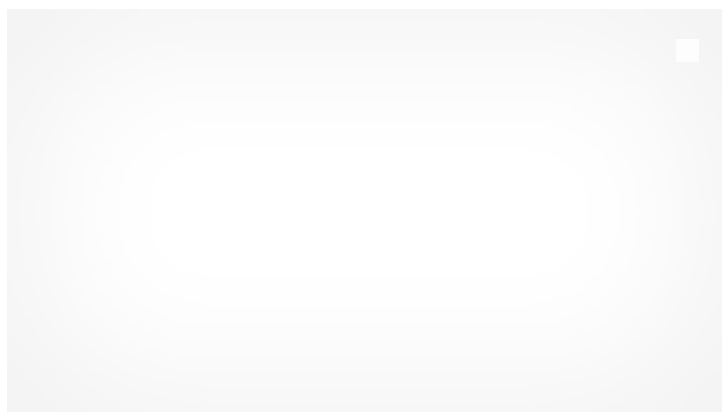
— Foto: Rodolfo Stuckert/Camara dos Deputados

Retomar o tema da reforma tributária quando a economia global adentra em uma grave crise provocada pela pandemia da covid-19 não deixa de ser uma tarefa difícil. Ao mesmo tempo, porém, o tema é sem dúvida oportuno, pois há que se ter estratégias para a saída da crise e para assegurar a capacidade produtiva e a tração econômica do país.

A retomada do crescimento no período pós-coronavírus dependerá de fatores críticos. No Brasil, serão necessárias políticas de redução da dívida pública para reequilibrar o orçamento público federal, recuperar o teto fiscal e estimular investimentos privados nacionais e estrangeiros. A retomada do crescimento não ocorrerá caso não se edificar, ainda neste ano, a pedra angular do crescimento acelerado, o que passa inevitavelmente por reformular o caótico sistema tributário nacional.

Criação de um IVA será um dos maiores legados que um governo ou Congresso poderá deixar para o país

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A reforma tributária em discussão tem por objetivo principal simplificar e eliminar a cumulatividade e as distorções dos tributos incidentes na cadeia produtiva de bens e

serviços. O Brasil tem o pior sistema tributário do mundo pela sua inconsistência, cumulatividade e litigância envolvendo os fiscos e contribuintes.

O imposto sobre o valor agregado (IVA), tributa somente o valor adicionado em cada fase da produção e comercialização e o seu ônus econômico recai sobre o último elo da cadeia produtiva - o consumidor final - que é quem efetivamente paga o tributo. Nada mais simples e eficaz. A sociedade ganha nesse novo sistema tanto pela simplificação do processo de arrecadação tributária como pela redução dos preços a longo prazo.

Há no Brasil duas linhas de propostas de IVA em discussão. A mais conhecida é a que incorpora vários impostos da União, Estados e municípios num único tributo compartilhado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Nesta linha, há duas propostas semelhantes no Congresso Nacional: os Projetos de Emenda Constitucional no. 45 e 110.

Mas há que se levar em conta que as propostas de IVA único nunca foram adiante no Brasil. Mesmo que as propostas apresentem, teoricamente, uma sistemática preferível em termos de simplificação do sistema, fato é que não são nada pragmáticas do ponto de vista de aprovação e implementação.

As propostas de IVA dos governos de FHC e Lula não foram aprovadas principalmente em razão das crises internacionais de seu tempo. Na PEC 175/95, o governo FHC retirou o seu apoio para a aprovação da reforma em virtude do contexto incerto trazido pelas crises asiáticas e russa. No governo Lula, a PEC 233/08 teve o mesmo destino, desta vez pela falta de apoio de alguns Estados em razão da crise financeira de 2008. As crises econômicas, nestes casos, acentuaram ainda mais as sempre presentes divergências entre os entes federativos.

Ao perceber o fatídico destino político das PECs 45 e 110, ao qual agora soma-se a crise da covid-19, o governo federal em diversas ocasiões demonstrou preferência pela adaptação das propostas de IBS em uma proposta de IVA Dual. Uma estratégia hábil e sensata.

Há vários aspectos políticos e institucionais que embasam a reforma tributária do IVA Dual, proposta inicialmente pelo Ipea em 2017. Diversas são as razões pelas

quais este modelo seria mais adequado para o Brasil: o seu aspecto pragmático do ponto de vista da aprovação política e implementação administrativa e sua perfeita adequação ao sistema federativo brasileiro.

A estrutura federativa brasileira não é cooperativa, mas competitiva. A União nunca dispôs de recursos fiscais suficientes para assegurar a compensação da perda de receitas dos entes federados. A consequência é a necessidade de um período de transição longo para que os recursos sejam transferidos para os Estados e municípios de destino, que varia de 8 a 50 anos nas propostas das PECs 110 e 45, respectivamente.

A Índia e o Canadá - países federativos como o Brasil - realizaram reformas tributárias para implementação de IVA assegurando a manutenção de receitas das províncias, pois os governos centrais dispunham de receitas para assegurar tal transição.

Na Índia, quando Manmohan Singh liderou o processo da reforma tributária naquele país, preparou o processo de transição dez anos antes, construindo um fundo de reservas para manter as receitas das províncias após a mudança para o IVA único. No Brasil, essa possibilidade atualmente inexistente.

Muitos especialistas e políticos têm cogitado que o caminho mais viável seria transformar as propostas em trâmite no congresso Nacional em uma proposta de IVA-Dual. O IVA-Dual seguiria as mesmas premissas técnicas das demais propostas, tal como base ampla e um regime único de tributação para todos os setores. No entanto, a principal diferença é que no IVA-Dual haveria a implementação de dois IVAs paralelamente: um IVA da União e outro dos Estados/municípios. Daí a denominação dual.

No âmbito federal, se unificam o PIS/Cofins e o IPI, e este último seria transformado em um imposto seletivo. No âmbito dos Estados e municípios se manteria a autonomia dos entes e se unificaria o ICMS e ISS. O IVA Estadual/municipal adotaria o princípio do destino, com aplicação da alíquota do destino e receitas destinadas ao Estado e município de destino da mercadoria ou serviço.

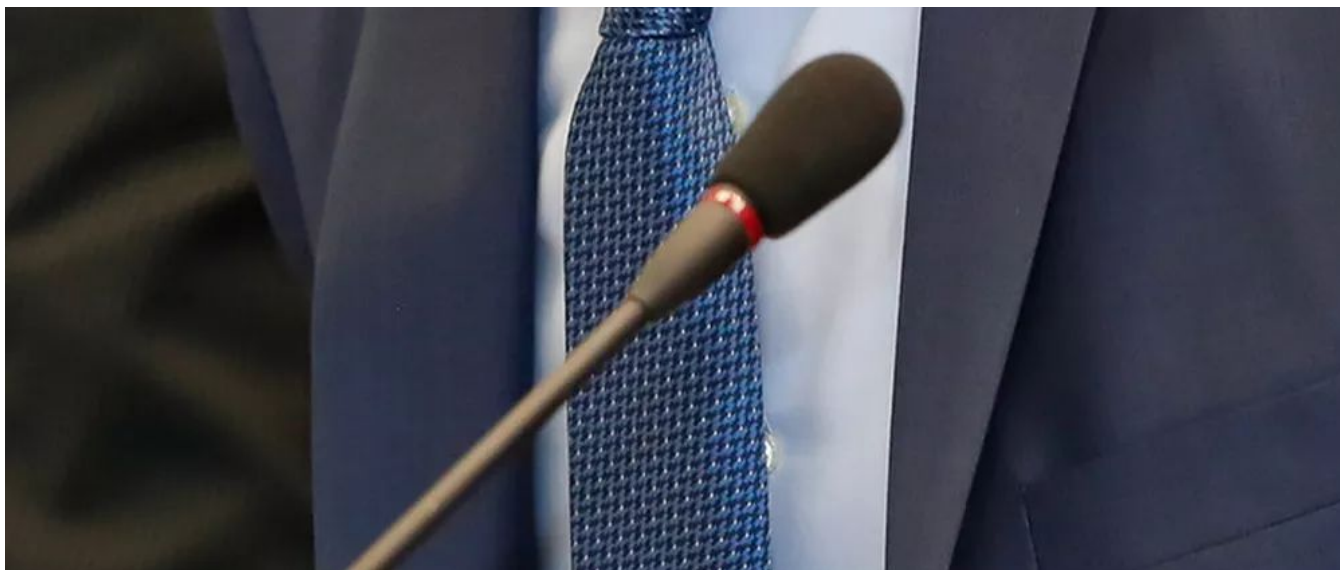
Skaf enfrenta racha crescente na Fiesp

Movimentação política e nova tentativa de reeleição desagradam parte do empresariado

Por **Fabio Graner** — De Brasília

15/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



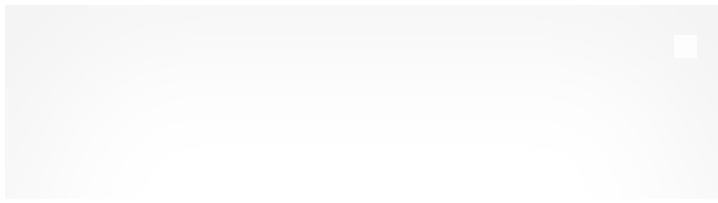


Paulo Skaf: ausência de defesa da democracia também gerou contrariedade — Foto: Alan Santos/PR

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, vive um dos períodos mais turbulentos em uma década e meia à frente do cargo. Com declarações abertas de líderes empresariais e ataques duros também nos bastidores, ele está tendo que lidar com uma crescente cisão na entidade, uma das mais importantes do país.

Até agora, Skaf não veio a público comentar as críticas de opositores, que apontam para uma excessiva ambição ao governo de São Paulo, a recente aproximação com o presidente Jair Bolsonaro e afastamento do governador João Doria e, principalmente, uma suposta falta de foco dele nos problemas e nas necessidades da indústria.

Na Fiesp, porém, há também um movimento de aliados para defendê-lo. O **Valor** teve acesso a uma minuta de carta que circula entre executivos empresariais ligados à entidade. O texto ainda não havia sido formalizado e estava sendo submetido a sindicatos.



O material critica os comentários feitos em entrevista ao **Valor** e em artigo na “Folha de S.Paulo” pelo vice-presidente da entidade, José Ricardo Roriz Coelho, tanto pelo conteúdo como pelo momento em que ocorreram, considerado inoportuno. E defende Skaf.

Interlocutores que hoje se opõem ao atual presidente apontam que o movimento teria sido orquestrado por ele. Indicam como evidência uma troca de mensagens em um grupo de WhatsApp de pessoas ligadas a sindicatos patronais. Nela, um dos integrantes diz que, “do mesmo modo que nos reunimos em prol de um objetivo comum, que foi de pleitear desconto no aluguel, é também adequado, neste momento, prestar nosso apoio conjunto em defesa da atual presidência da casa em desfavor da atitude pouco adequada do vice-presidente”. E diz que o texto seria levado para “opinião” da assessoria de Skaf, com quem o tema já teria sido discutido.

A menção à redução de aluguéis aos sindicatos foi apontada pela oposição como uma questão bastante problemática, que vincularia esse benefício ao apoio de alguns à nova tentativa de reeleição.

Aliados do presidente, porém, dizem que o movimento seria espontâneo, sem sua coordenação ou participação. E decorrente de uma percepção de que a gestão dele é positiva para os empresários, que os problemas da Fiesp deveriam ser discutidos internamente e que a fala recente de Roriz também agrediria os sindicatos.

Explicam, ainda, que a redução dos aluguéis de fato ocorreu, mas de forma provisória e a pedido dos próprios representantes sindicais, devido aos efeitos econômicos da pandemia, não vinculada a apoio.

Segundo Jerson do Nascimento Junior, presidente do Sindicato de Curtimento de Couro (Sindicouro), a tentativa de uma manifestação coletiva foi espontânea em um grupo de executivos, que não teriam a palavra final sobre o tema, a partir de um posicionamento do Sindicouro crítico à fala de Roriz. Nascimento enfatizou que não

houve pedido ou articulação de Skaf e que a consulta à assessoria do presidente foi apenas uma deferência. E disse que não há decisão sobre uma carta coletiva.

Paulo Schoueri, presidente do Sindicato da Indústria de Especialidades Têxteis (Sietex), confirmou que a carta circulou entre os empresários e que aceitaria assiná-la. “Ela posiciona que sindicatos são independentes e estão satisfeitos com a gestão”, afirmou, destacando que o embate deveria ser feito internamente. E disse ser favorável à possibilidade de reeleição. Para Schoueri, é natural a movimentação política de Skaf. “Ele é um ser político, faz política, nos defende junto a todas esferas de governo.”

O presidente do Sindicato da Indústria de Móveis de Junco e Vime e Vassouras e de Escovas e Pincéis (Simvep), Manolo Miguez, disse que pretende na próxima semana fazer uma manifestação própria, independente de outros sindicatos, para rebater a fala de Roriz. Para ele, Skaf tem feito um bom trabalho e busca resolver os problemas da indústria.

“Estamos com problemas muito mais graves hoje. Depois de 60 dias sem faturar, mantendo empregados, eu vou ficar preocupado com probleminhas internos da casa? A situação está tão grave, Brasil em situação terrível... Isso me incomodou muito, com todo respeito ao Roriz. Tudo que ele falou é para ser discutido internamente”, disse Miguez. “A comunicação de todo mundo foi sobre isso, é uma vergonha estar levando problemas quando precisa reunir a área industrial para inclusive cobrar e pedir ajuda ao governo”, adicionou.

Ricardo Martins, presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de Trefilação e Laminação (Sicetel) e diretor do Ciesp, disse que Skaf havia se comprometido a não buscar nova reeleição, quando ocorreu a última alteração de estatuto, o que outras fontes confirmam.

Ele teve acesso, mas afirmou que não assinará a carta pró-Skaf, por concordar com as críticas feitas por Roriz. “Me constrange saber que um presidente de sindicato disse que depois do desconto de 50% que o Paulo [Skaf] deu nos aluguéis para os sindicatos nós temos que apoiá-lo. Isso é mais ou menos como dizer que aceitei o pagamento e estou me vendendo.”

Ele aponta que, embora sindicatos digam que o movimento é espontâneo, há sinais de que Skaf estaria articulando nos bastidores, citando a troca de mensagens. Martins diz que a maioria das empresas industriais apoia Roriz e estão críticas a Skaf. Para ele, o atual presidente deveria estar mais preocupado em obter condições melhores para as empresas, como a compra de testes para a covid-19 e luta por ampliação do crédito.

Um opositor que pediu anonimato diz que não está sendo preparado um “golpe” contra Skaf. E que o movimento é em reação à excessiva atividade política dele e à tentativa de mexer no estatuto. Critica uma suposta postura “imperial”, que o afastaria de quem contraria suas posições. A fonte avisa que pode haver um processo de judicialização, caso Skaf prossiga com a tentativa de reeleição.

Outra fonte destaca a falta de posicionamento da Fiesp em defesa da democracia e das instituições, que teria sido cobrada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e a inclusão de Skaf como réu na Justiça Eleitoral.

O empresário Pedro Passos, ex-presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e que junto com ex-presidente da Fiesp Horácio Lafer Piva escreveu artigo cobrando mudanças na entidade, disse ao **Valor** existir um incômodo com a situação atual da liderança empresarial no país. E que é preciso rever o modelo, tornando-o mais representativo. “Não estou tomando partido de pessoas, defendo mudança de modelo. Precisamos despolitizar a representação da indústria.”

Piva, por sua vez, disse estar claro que há “um incômodo latente, inevitável, e independentemente dos personagens, saudável para a melhoria da forma e conteúdo da representação empresarial”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Juntos na estrada com o Mercedes Club



Por Luiz Carlos Mendonça de Barros

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é p... ver mais

Um segundo pacote fiscal

Governo e Congresso precisam iniciar logo um debate sobre a questão de novos estímulos para enfrentar 2021

15/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Evolução do PIB entre 2020 e 2021

2019=100



Fonte: Elaboração do autor

Volto a refletir sobre a linha do tempo proposta por mim para acompanhar a crise econômica que vivemos já há mais de 3 meses. No período de 60 dias, a evolução dos principais eventos que dela fazem parte consolidaram as minhas expectativas: uma grande recessão - na verdade uma depressão econômica - neste ano, seguida de uma recuperação parcial do PIB perdido por conta da pandemia em 2021. Somente em 2022 teremos de volta o crescimento cíclico das principais economias de mercado.

Neste sentido, ganhei na semana passada uma importante referência para este cenário quando a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) formalizou -- em um conjunto de previsões quantitativas - a sua linha do tempo para a recuperação econômica nos seus países membros em 2021. Em seguida o Fed, em sua reunião periódica, reforçou o quadro pintado pela OCDE com sua linha do tempo semelhante para a economia dos EUA.

Governo e Congresso precisam iniciar logo um debate sobre a questão de novos estímulos para enfrentar 2021

Diz o relatório da OCDE que “a economia global sofrerá a maior contração em tempos de paz em um século”. Para seus técnicos a economia global vai se contrair 6% este ano e se recuperar parcialmente em 2020 com um crescimento de 5,2%. Nos EUA, a OCDE espera que a economia tenha contração de 7,3% este ano, e alta de 4,1% no próximo ano e, para a zona do euro, uma queda de 9,1% do PIB em 2020, seguida de uma recuperação de 6,1% em 2021.

Para a China, o organismo prevê uma contração de 2,6% este ano, seguida de uma expansão de 6,8% em 2021. Será a única das grandes economias do mundo a ter, neste período de dois anos, um saldo positivo médio de crescimento econômico. Para o Brasil os números esperados são um crescimento negativo de 7,4% em 2020 e um crescimento de 4,2% em 2021.

Mas a volta do crescimento em 2021 não será suficiente para compensar as perdas da grande depressão deste ano e as economias acompanhadas pela OCDE entrarão em 2022 ainda com um PIB inferior ao realizado em 2019. Como está dito acima, a única exceção será a economia chinesa que deve chegar a 2022 com um PIB 4% maior do que o de antes da pandemia, um crescimento neste período 7,5% maior do que o dos Estados Unidos. A tabela mostra a evolução do PIB entre 2020 e 2021, tomando-se o ano de 2019 como sendo 100.

Segundo matéria publicada no site do Bloomberg, a desaceleração sincronizada em mais de 90% das economias em 2020 deve superar a recessão de 1931, quando pouco mais de 80% tiveram queda no PIB. Ou seja, a crise da covid-19 tem uma dimensão maior do que a grande depressão dos anos 30 do século passado. A gravidade do quadro econômico para os próximos anos - que agora é conhecido por

todos - fica clara nestas declarações do comitê de política monetária do Fed em sua recente reunião da semana passada.

“Para apoiar o fluxo de crédito para famílias e empresas, nos próximos meses, o Federal Reserve aumentará sua compra de títulos do Tesouro e em títulos lastreados em hipotecas residenciais e comerciais, para sustentar o bom funcionamento do mercado, promovendo assim uma transmissão eficaz de política monetária para condições financeiras mais amplas”, afirmou o Comitê Federal de Mercado Aberto em comunicado, após dois dias de reunião política. Além disto, disse que os juros vão continuar a zero pelos próximos três anos.

Um outro pacote fiscal

Uma das ações da minha linha do tempo a que venho me referindo - a que chamei de terceira fase da luta para estabilizar a economia mundial da depressão - será a definição de um segundo pacote de estímulos fiscais de cunho keynesiano para fortalecer a recuperação da atividade econômica na parte final de 2020.

Surpreendendo os analistas, o primeiro governo a definir a estrutura deste segundo programa de estímulo fiscal foi o governo da chanceler Angela Merkel na Alemanha. Vejam o que escreveu um jornalista do Financial Times sobre esta decisão;

“A chanceler Angela Merkel negociou um acordo com seu vice-social-democrata Olaf Scholz por um pacote de €130 bilhões em cortes de impostos e aumentos de gastos para aumentar a demanda e tratar de algumas das fraquezas subjacentes da economia da Alemanha. O estímulo é grande - vale quase 4% do produto interno bruto com um corte temporário no imposto sobre valor agregado (VAT) para incentivar os alemães a gastar, um regime de subsídios expandido para pequenas empresas, tratamento tributário mais favorável do investimento, um teto para pagamentos de seguridade social, ajuda para municípios e pagamentos familiares no valor de €300 por criança”

Derrubando anos de ortodoxia fiscal, a Alemanha tornou-se o primeiro grande país europeu a anunciar um estímulo pós-coronavírus. Certamente os outros países vão aproveitar este caminho aberto pela Alemanha e criar também os seus programas de estímulo. Nos Estados Unidos, com a proximidade de uma eleição presidencial radicalizada, qualquer ação mais agressiva no plano dos gastos públicos e na

redução de impostos vai esperar por novembro deixando nas costas do Fed a responsabilidade de criar as condições para a normalização da atividade econômica.

Mesmo no Brasil, com todas as dificuldades de lidar ainda com a fase de estabilização da pandemia, o governo Bolsonaro e o Congresso precisam iniciar logo um debate sobre a questão de novos estímulos para enfrentar 2021. Sem eles a recuperação vai ser muito lenta e o crescimento só voltará no ano eleitoral de 2022 como mostra a tabela.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é presidente do Conselho da Foton Brasil. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações. Escreve mensalmente às segundas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Juntos na estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Novo carro de Bernardo Silva mostra o quanto ele é rico
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Gosta de cozinhar? 15 negócios para abrir dentro da sua cozinha
OCACO.COM.BR

LINK PATROCINADO

Elimine fungos, calos e rachaduras dos pés com este remédio caseiro, fácil e barato
DIÁRIO OCULTO

LINK PATROCINADO

Conheça o cadastro único. Veja alguns programas sociais que ele disponibiliza
O NATALENSE